

**WELLINGTON DE CARVALHO COSTA FILHO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E  
SUSTENTABILIDADE: ESTUDO SOBRE AS  
CONCEPÇÕES DOS DOCENTES E DISCENTES DO  
ENSINO SUPERIOR EM DIREITO**

**Orientadora: Professora Doutora Maria das Graças Ataíde de Almeida**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2016**

**WELLINGTON DE CARVALHO COSTA FILHO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E  
SUSTENTABILIDADE: ESTUDO SOBRE AS  
CONCEPÇÕES DOS DOCENTES E DISCENTES DO  
ENSINO SUPERIOR EM DIREITO**

Dissertação defendida em prova pública na  
Universidade Lusófona de Humanidades e  
Tecnologias no dia 29 de Novembro de 2016,  
perante o júri, nomeado por despacho nº461/2016,  
de 24 de Novembro de 2016, com a seguinte  
composição:

Presidente: Professor Doutor Óscar Conceição de  
Sousa

Arguente: Professora Doutora Fernanda Veiga  
Gomes

Orientadora: Professora Doutora Maria das Graças  
Ataíde

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2016**

A presença humana é, definitivamente, dominante à face do planeta. Mas esse facto não lhe confere só direitos no exercício do poder – uma das faces da dominância historicamente por certas culturas humanas – mas obriga-o a levar a sério os cenários que adivinha como efeitos da sua própria dominância – a outra face das culturas no poder, que é a da responsabilidade, e dos deveres, face a esse poder.

(Marina Prieto Afonso Lencastre, 2006)

Dedico esta dissertação a meus pais, que sempre me mostraram o caminho da educação e da integridade, e a minha esposa e a minha filha, que são a razão da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Maria das Graças Ataíde de Almeida, orientadora desta dissertação, por ter incentivado, cobrado compromisso e possibilitado a conclusão deste trabalho, estando ao meu lado nos momentos que pensei em desistir.

Ao Professor Doutor Óscar de Sousa, co-orientador desta dissertação, por todo incentivo e apoio.

A todos os Professores deste curso de mestrado, pelos ensinamentos e convivência durante os últimos anos.

À Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

A todos os professores e alunos que aceitaram participar desta investigação, pela atenção e disponibilidade.

À minha família, pelo apoio incondicional, pela renúncia, pelo carinho irrestrito, pela paciência e compreensão infindáveis e por acreditarem nos meus sonhos.

## RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de realizar um estudo do modo como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada no ensino superior, no curso de direito das Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Norte. O estudo sobre as práticas de Educação Ambiental no ensino superior é pertinente por se tratar de um parâmetro curricular recente, desenvolvido muitas vezes de forma superficial e isolada. A pesquisa procurou identificar as concepções de Educação Ambiental dos professores, relacionando com o entendimento dos alunos acerca da EA obtido através dos questionários aplicados. Levantou informações baseadas em entrevistas com professores de disciplinas que possuem na sua ementa relação com a temática ambiental, bem como com aplicação de questionários aos alunos do curso de direito, procurando identificar o modo de abordagem da educação ambiental nos conteúdos ministrados.

A metodologia da pesquisa recorre a uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. Foram realizadas entrevistas junto aos professores das disciplinas de direito ambiental, direito agrário e ética, de quatro IES situadas no Rio Grande do Norte. Complementando a pesquisa, utilizamos ainda elementos da pesquisa quantitativa, aplicando questionários junto aos alunos do curso de direito, especificamente aos alunos concluintes.

Os resultados apontam que a temática da Educação Ambiental no âmbito da sustentabilidade é pouco presente na prática quotidiana do ensino superior em direito, sendo notório que a temática não está devidamente incorporada nos processos de formação dos professores. Além disso, observamos como agravantes a necessidade de aprofundamento da temática referida pelos alunos, diante da declarada importância que estes conferem ao tema.

Pôde-se constatar que a Educação Ambiental não vem sendo devidamente inserida no ambiente acadêmico do ensino superior em direito, sendo notada sua presença de maneira superficial, isolada, sem planejamento, contribuindo pouco para a formação do aluno do curso de direito.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Sustentabilidade, Transversalidade, Ensino Superior, Curso de Direito.

## **ABSTRACT**

The present work had the objective to carry out a study of the way Environmental Education has been worked in higher education, in the law course of Higher Education Institutions of Rio Grande do Norte. The study on Environmental Education practices in higher education is pertinent because it is a recent curricular parameter, often developed in a superficial and isolated way. The research sought to identify the conceptions of Environmental Education of the teachers, relating to the students' understanding of the EE obtained through the questionnaires applied. It gathered information based on interviews with professors of disciplines that have in their menu related to the environmental theme, as well as with questionnaires to students of the course of law, trying to identify the way of approaching environmental education in the contents taught.

The methodology of the research uses a mixed, qualitative and quantitative approach. Interviews were conducted with the professors of the disciplines of environmental law, agrarian law and ethics, of four HEIs located in Rio Grande do Norte. Complementing the research, we also used elements of the quantitative research, applying questionnaires to the students of the course of law, specifically to the final students.

The results point out that the theme of Environmental Education in the area of sustainability is little present in the daily practice of higher education in law, being notorious that the thematic is not properly incorporated in the processes of teacher training. In addition, we note as aggravating the need to deepen the subject referred by the students, given the importance they confer to the theme.

It could be verified that Environmental Education has not been properly inserted in the academic environment of higher education in law, being noticed its presence in a superficial way, isolated, without planning, contributing little to the formation of the student of the course of law.

**Key words:** Environmental Education, Sustainability, Transversality, Higher Education, Law Course.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AD</b>	Análise do Discurso
<b>CEA</b>	Centro de Educação Ambiental
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional do Meio Ambiente
<b>DS</b>	Desenvolvimento Sustentável
<b>EA</b>	Educação Ambiental
<b>ED</b>	Excertos de Depoimento
<b>ESAM</b>	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
<b>FD</b>	Formação Discursiva
<b>FURRN</b>	Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes Básicas da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PNEA</b>	Política Nacional de Educação Ambiental
<b>PNUMA</b>	Programa de Meio Ambiente da ONU
<b>RN</b>	Rio Grande do Norte
<b>SISNAMA</b>	Sistema Nacional do Meio Ambiente
<b>UERN</b>	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
<b>UFERSA</b>	Universidade Federal Rural do Semi Árido
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
<b>UNIEC</b>	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas
<b>UNP</b>	Universidade Potiguar
<b>URRN</b>	Universidade Regional do Rio Grande do Norte



## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I. Referencial Teórico da Pesquisa.....	18
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	18
1.1. Marcos Históricos da Temática Ambiental .....	18
1.2. Educação Ambiental e Sustentabilidade .....	34
1.3. Educação Ambiental e Interdisciplinaridade/Transversalidade .....	40
1.4. Ética nas relações com o Meio Ambiente .....	42
CAPÍTULO II –TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	46
2.1. OBJETIVOS .....	46
2.1.1. Geral.....	46
2.1.2. Específicos .....	47
2.2. MÉTODO ESCOLHIDO .....	47
2.2.1. Pesquisa quantitativa/qualitativa.....	47
2.3. Locus da Pesquisa .....	50
2.4. Sujeitos da Pesquisa .....	51
2.5. INSTRUMENTOS DE COLETA DA PESQUISA.....	51
2.5.1. Questionário.....	51
2.5.2. Adaptação do Questionário .....	52
2.5.3. Entrevista .....	53
2.6. Procedimento da Pesquisa.....	55
2.7. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	56
2.7.1. Pesquisa Quantitativa/Mapeamento Estatístico .....	56
2.7.2. Pesquisa qualitativa.....	57
CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	59
3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA .....	59
3.1.1. Distribuição da vivência dos alunos na vida acadêmica com temas relacionados ao meio ambiente na IES e as temáticas trabalhadas, segundo a universidade/faculdade onde estuda. ....	59
3.1.2. Distribuição da percepção dos alunos acerca do envolvimento da IES na realização de ações e utilização de temas voltados para educação ambiental durante as aulas, segundo a universidade/faculdade onde estuda .....	63

3.1.3. Distribuição da opinião dos alunos acerca da importância do estudo da educação ambiental no curso e o uso do tema sustentabilidade nas disciplinas do curso .....	68
3.2. ANÁLISE QUALITATIVA .....	72
3.2.1. Formação Discursiva (FD) – Identificação do entrevistado .....	72
3.2.2 Formação Discursiva (FD) – Presença da Educação Ambiental nos conteúdos.....	73
3.2.3 Formação Discursiva (FD) – Entendimento acerca da sustentabilidade nos conteúdos das disciplinas e no curso de direito. ....	75
3.2.4 Formação Discursiva (FD) – Concepção dos professores sobre a relação entre a Educação Ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito .....	77
3.2.5 Formação Discursiva (FD) – A consciência dos docentes acerca das normas que disciplinam a presença da Educação Ambiental nos conteúdos. ....	79
3.2.6 Formação Discursiva (FD) – Concepção dos docentes sobre sustentabilidade e transposição didática. ....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	87
APÊNDICE I. Carta à Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi.....	II
APÊNDICE II. Carta à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN .....	III
APÊNDICE III. Carta à Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA.....	IV
APÊNDICE IV. Carta à Universidade Potiguar –UNP .....	V
APÊNDICE V. Guião de Entrevista .....	VI
APÊNDICE VI. Questionário.....	VIII
APÊNDICE VII. Respostas das Entrevistas.....	XI

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia das concepções do DS – Calgary Latin American StudiesGroup (1994). .....	37
Quadro 2 – Descrição das variáveis do questionário original de Santos Neto (2013)aplicado aos alunos.....	53
Quadro 3 – Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores .....	55
Quadro 4 - Distribuição tabular da identificação pessoal e profissional dos professores .....	73
Quadro 5 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “presença da educação ambiental nos conteúdos” .....	74
Quadro 6 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “entendimento acerca da sustentabilidade nos conteúdos das disciplinas e no curso de direito” .....	76
Quadro 7 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “Concepção dos professores sobre a relação entre a Educação Ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito” .....	78
Quadro 8 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “A consciência dos docentes acerca das normas que disciplinam a presença da Educação Ambiental nos conteúdos” .....	79
Quadro 9 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “Concepção dos docentes sobre sustentabilidade e transposição didática” .....	81

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da percepção dos alunos acerca da vivência do estudo de temas relacionados ao meioambiente e as temáticas trabalhadas, segundo a universidade/faculdade onde estuda.....	63
Tabela 2. Distribuição da percepção dos alunos acerca do envolvimento da IES na realização de ações e utilização de temas voltados para educação ambiental durante as aulas, segundo a universidade/faculdade onde estuda. ....	67
Tabela 3. Distribuição da opinião dos alunos acerca da importância do estudo da educação ambiental no curso e o uso do tema sustentabilidade nas disciplinas do curso, segundo a universidade/faculdade onde estuda. ....	72

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estado do Rio Grande do Norte .....	50
Figura 2. Distribuição da vivência dos alunos na vida acadêmica com temas relacionados ao meio ambiente na IES. ....	61
Figura 3. Distribuição da frequência da abordagem da educação ambiental dentro do tema meio ambiente na IES. ....	62
Figura 4. Distribuição da frequência da abordagem da sustentabilidade dentro do tema meio ambiente na IES. ....	62
Figura 5. Distribuição da frequência de realização de ações de educação ambiental na IES. .	65
Figura 6. Distribuição do momento de maior utilização de temas ambientais na IES. ....	66
Figura 7. Distribuição do nível de participação dos professores nas ações ambientais desenvolvidas na IES. ....	66
Figura 8. Distribuição da disciplina mais presentes nas ações ambientais desenvolvidas pelas IES. ....	67
Figura 9. Distribuição do grau de importância atribuído ao estudo de educação ambiental em disciplinas do curso. ....	70
Figura 10. Distribuição do grau de importância atribuído ao entendimento acerca da educação ambiental para a vida cotidiana. ....	70
Figura 11. Distribuição da motivação de participação dos alunos nas atividades de educação ambiental realizada na IES. ....	71
Figura 12. Distribuição do interesse do trabalho do tema sustentabilidade em todas as disciplinas do curso. ....	71

## INTRODUÇÃO

A sociedade como hoje se apresenta é fruto de transformações experimentadas ao longo dos tempos, transformações essas que influenciaram - nos mais diversos aspectos - a formação e o desenvolvimento dos seres humanos, bem como do ambiente que se encontra a sua volta. Nas últimas décadas o homem sentiu a forte influência de fenômenos naturais na sua formação cultural, econômica, política, social, etc., que o levou a pensar de forma mais ampla, sobre a forma como as suas práticas com o meio ambiente influenciavam a sua vida e a vida de outros seres nos diversos lugares do mundo.

O comportamento antropocentrista do homem levou-o a sofrer os efeitos de catástrofes naturais e desequilíbrios de ecossistemas, levando à necessidade de mudança de paradigmas na educação formal e não formal, bem como na formulação de políticas públicas voltadas à Educação Ambiental. Isso reforça a importância da Educação Ambiental na formação da sociedade, como forma de pensar a necessidade de desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva de necessidade de valorização da educação, nota-se a urgência na forma como o homem explora os recursos naturais, e até mesmo qual a forma mais ética de pensar a educação ambiental, aprimorando a intervenção no meio ambiente de forma a tornar sustentável este convívio homem-natureza.

Não obstante notarmos um aumento do número de publicações acerca de temas relacionados ao meio ambiente nas últimas décadas, no Brasil esse número ainda é escasso, notadamente no que se refere à prática docente no ensino superior e a Educação Ambiental.

Aprofundamos a pesquisa no estudo das teses e dissertações de publicações de autores. Destacamos os trabalhos de: Japiassu (2009), que escreveu sobre a “Educação Ambiental: agenda 21 nas escolas públicas estaduais do Tocantins – Brasil” analisando e descrevendo o processo de construção e implementação da Agenda 21 Escolar, concluiu “que a Agenda 21 Escolar não é uma realidade em todas as escolas públicas tocantinenses”. Percebemos que a política pública federal de educação ambiental consegue sensivelmente mobilizar as escolas tocantinenses para a construção de suas Agendas 21, porém não viabiliza a sua implementação. Sugerimos a implantação de programas estaduais para preencher esta lacuna e consolidá-la e prepararmos o Tocantins para um futuro melhor”.

Santos Neto (2013) dedicando-se “A transversalidade do tema meio ambiente na prática pedagógica”, concluiu “que o trabalho docente envolvendo o tema Meio Ambiente ainda não atingiu o patamar transversal, embora utilizando abordagens significativas, como projetos pedagógicos, a prática interdisciplinar que a transversalidade requer ainda não foi consolidada,

indicando a necessidade de aperfeiçoamento profissional - teórico e prático - sobre a aplicabilidade do tema”.

Machado (2008), no trabalho “Um estudo diagnóstico da Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental do município de Piracicaba/SP” nos apresenta um estudo diagnóstico da educação ambiental nas escolas do ensino fundamental do município de Piracicaba/SP, observando que “a Educação Ambiental vem sendo trabalhada nas escolas em disciplinas consideradas “ambientais”, como Ciências e Geografia, com o desenvolvimento de projetos temáticos ou em atividades extracurriculares e pontuais. Pôde-se constatar que a Educação Ambiental vem sendo incorporada pelas escolas de maneira fragmentada, superficial, isolada e descontínua, portanto, contribuindo pouco para uma educação escolar que almeje ser crítica, transformadora e emancipatória”.

Mauro Guimarães (2003), com a tese “Educadores ambientais em uma perspectiva crítica-reflexões em Xerém”, defende princípios para a formação de educadores ambientais.

Fábio Deboni da Silva (2004) em tese “Histórico, classificação e análise de centros de educação ambiental no Brasil”, constatou um distanciamento, que classificou de preocupante, “entre o discurso e a prática dos CEAs no tocante a dois princípios-chave adotados – diálogo e participação”.

Para além da produção científica da academia, teóricos têm se debruçado sobre a temática da Educação Ambiental com uma produção científica reconhecida a nível nacional e internacional. Podemos citar especialmente Leff (2007, p. 9), que considera que “o grande desafio socioambiental hoje é, portanto, romper com a ideia de um pensamento único e unidimensional, orientado rumo a um “progresso sem limites”, que vem reduzindo, sufocando e superexplorando a natureza. E para isso não basta se firmarem acordos e convenções, que depois de colocados em prática vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos, mas sim ir legitimando outras formas de compreensão da vida e da complexidade do mundo e uma nova ética da práxis no mundo.”

No Brasil, Reigota (2009, p. 45) afirma que “a introdução da educação ambiental na escola supõe uma modificação fundamental na própria concepção de educação, provocando mesmo uma revolução pedagógica”. Na mesma linha, Carvalho (2004, p.39) traz grandes contribuições ao tema, como por exemplo, quando introduz o conceito científico da ecologia informando que “está associado ao ano de 1866, quando, pela primeira vez, o biólogo alemão Ernest Haeckel usou esse conceito na literatura científica”.

Sobre a temática da transversalidade, também abordado no presente trabalho, Yus (1998, p. 17) considera como “um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que não estando ligados em nenhuma matéria em particular, pode-se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar disciplinas novas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola”.

A temática da ética é abordada por autores como Lencastre (2010, p. 123) enriquecendo o texto com considerações sobre os novos desafios da ética, considerando que “Vivemos num mundo em que as questões éticas estão globalizadas, mas as condições etológicas e psicológicas para a experiência da bondade e do altruísmo não são hoje muito diferentes daquelas que caracterizaram um mundo humano de mais pequena escala. Continuamos a escolher pertencer a pequenos grupos e as nossas tendências altruístas tendem a beneficiar, em primeiro lugar, os nossos familiares, de seguida o nosso grupo e só depois a comunidade mais alargada”.

Diante do estado da arte da temática, o recorte deste estudo se volta para estudar a temática da educação ambiental e da sustentabilidade no âmbito do curso de direito de Instituições de Ensino Superior – IES do Rio Grande do Norte. Assim a questão de partida norteadora desta investigação é: de que modo, na concepção dos professores e alunos do ensino superior em direito ofertado nas Instituições de Ensino Superior estudadas, a temática da educação ambiental no âmbito do conceito da sustentabilidade é abordada no Rio Grande do Norte, no ano de 2016?

Para tanto, nossas categorias eleitas que deram suporte à pesquisa empírica foram: Educação Ambiental, Sustentabilidade, Transversalidade e Ensino Superior.

O objeto deste estudo, inicialmente, é, pois, a temática da Educação Ambiental, verificando de que modo ela está presente no curso de direito das IES pesquisadas, na concepção dos docentes e dos discentes. A temática é abordada ainda aprofundando-se a reflexão acerca do entendimento dos docentes sobre a sustentabilidade, relacionando com o sentimento dos alunos sobre a importância dos conceitos estudados, para possibilitar o estudo de pontos convergentes e divergentes entre os discursos dos professores e alunos.

A escolha da temática se deu pela observação inicial acerca da carência de estudos na área ambiental, no ensino superior em direito, levando a reflexão da necessidade de valorização de temas transversais para o curso estudado, comumente limitado a disciplinas e professores prioritariamente positivistas.



Quando da apresentação dos temas, levamos em consideração ainda a forma de abordagem que é feita em sala de aula e nas demais atividades curriculares e extra curriculares, mostrando-se necessário ainda tecermos considerações sobre a forma transversal de apresentação da temática da educação ambiental e da sustentabilidade, bem como o levantamento de aspectos éticos necessários ao entendimento do assunto.

Fizeram parte dessa amostra quatro instituições de ensino superior sediadas no Rio Grande do Norte. A metodologia foi qualitativa e quantitativa, com aplicação de entrevista para os professores das disciplinas objeto do estudo e questionário para os estudantes concluintes do curso de direito.

Temos consciência das dificuldades em estudar a Educação Ambiental, não somente na educação formal, mas de forma geral, onde a experiência mostra que os acordos internacionais, encontros, reuniões, etc. dificilmente são colocados em prática, fazendo com que a discussão, muitas vezes, se resume à avaliação de catástrofes naturais e sua influência no modo de vida dos seres humanos. O desafio de debater uma temática de difícil aceitação prática é um dos estímulos para o presente estudo, em que pretendemos dar nossa contribuição para seu desenvolvimento.

O presente estudo foi desenvolvido em três capítulos centrais que tentam se articular para um melhor conhecimento da problemática.

O Capítulo 1 “Educação Ambiental e Sustentabilidade”, se desdobra em subtítulos onde procuramos fixar marcos teóricos da Educação Ambiental e da Sustentabilidade no Brasil e no mundo, introduzindo ainda temas relacionados com a crise ambiental e a busca pelo desenvolvimento sustentável, bem como aos marcos normativos nacionais que tratam da matéria relacionada ao meio ambiente e a educação ambiental.

Seguimos orientação dos autores que nos subsidiaram, buscando uma leitura atual e abrangente dos problemas ambientais que afetam a sociedade, sem contudo colocar nossa própria opinião e conceitos pré existentes.

No Capítulo 2, Trajetória Metodológica, também desdobrado em subtítulos, procuramos delinear e contextualizar o universo de pesquisa e o caminho metodológico que percorremos. Procuramos expor, de modo claro e objetivo, o processo que desenvolvemos para chegarmos ao objetivo da pesquisa.

No capítulo 3 apresentamos a análise e discussão dos dados, descrevendo os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada, com as formações discussivas extraídas das respostas às entrevistas e questionários, passando, após, às considerações finais sobre o tema.

É importante ressaltar, ainda, que o presente trabalho não tem a intenção de esgotar o tema em estudo, mas sim de fomentar o debate acerca da temática objeto da investigação, contribuindo para o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil.

## **CAPÍTULO I. Referencial Teórico da Pesquisa**

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

#### **1.1. Marcos Históricos da Temática Ambiental**

Para possibilitar a compreensão da temática abordada no presente trabalho, se faz necessário situar a Educação Ambiental em seus marcos referenciais, englobando os marcos legais, de amplitude nacionais e internacionais, bem como marcos conceituais nacionais e internacionais, de forma a caracterizar o papel da EA quanto à sua missão, natureza, objetivos e o compromisso do Brasil com questões sócio ambientais.

As questões relacionadas à temática ambiental foram submetidas a mudanças conceituais em vários momentos históricos ao longo das últimas décadas.

Não será objeto deste trabalho nos aprofundarmos em conceituações histórico-filosóficas criadas na antiguidade, que apesar de serem importantes para a construção do pensamento, são dissociadas da realidade acadêmica moderna, como o estudo de conceitos obtidos por pensadores pré-socráticos: que “se preocuparam em criar hipóteses para explicar os princípios que regem a natureza a fim de justificar todo seu funcionamento”; ou a conceituação advinda do pensamento Socrático, onde “as questões naturais foram deixadas de lado e a importância do pensamento de Sócrates voltou-se para os questionamentos de quem era o homem”, ou do pensamento biológico/ambiental Aristotélico, como bem conceitua Gonçalves (2013, p. 23).

Nos deteremos nos estudos a partir das transformações da natureza/ecologia observados nas últimas décadas, sob a égide da modernidade.

Em princípio, conforme explana Carvalho (2004,p.39) quanto ao surgimento da ecologia enquanto ciência “está associado ao ano de 1866, quando, pela primeira vez, o biólogo alemão Ernest Haeckel usou esse conceito na literatura científica”. Assim, ao analisarmos as questões ambientais, temos a presença da Ecologia como ciência precursora, de forma que o mundo compreendesse as mudanças ambientais dissociadas da visão antropocêntrica. Atualmente o conceito de ecologia vai além das limitações do termo e estabelece uma visão mais abrangente, atingindo aspectos sociais e culturais pertinentes a uma cidadania ambientalmente complexa.

Para que a Educação Ambiental alcançasse o patamar que hoje detém vários caminhos foram percorridos, sendo imprescindível estudarmos a evolução histórica de alguns fatos considerados relevantes que contribuíram para a construção do seu conceito.

Inicialmente, as discussões acerca da problemática ambiental, aconteceram de forma esparsa, sem planejamento e organização, dependente de acontecimentos geralmente trágicos que levaram a uma reflexão sobre a forma de tratamento que o homem vinha dando ao meio ambiente. Diante de referidas tragédias, o mundo era levado a refletir sobre a importância do meio ambiente em suas vidas. Assim aconteceu em 06 de agosto de 1945, dia do lançamento das bombas atômicas, durante a Segunda Guerra Mundial, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, levando a morte de milhares de pessoas, o que evidenciou o poder do ser humano sobre a destruição da vida na terra, inclusive a sua, levando a reflexão sobre a possibilidade de destruição do planeta. Considera-se, a partir daí, a ‘idade ecológica’, sendo citado por Worster(1992) e Grün (2010), o marco inicial para o início da ecologização ocidental.

Desde o final dos anos de mil novecentos e sessenta, deu-se início a uma percepção da problemática relacionada com os “limites ecológicos do crescimento material”, sendo crescente a atenção das comunidades científicas e da opinião pública em todo o mundo. O conceito de ecologia e desenvolvimento passou a ser entendido como sistêmico, e disseminou-se gradativamente como expressão de uma crítica radical da ideologia economicista subjacente à suposta “civilização” industrial-tecnológica.

Rachel Carson lança o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) no ano de 1962. A obra teve grande repercussão por abordar os efeitos dos agrotóxicos na natureza e servir de alerta e reflexão tanto para as lideranças governamentais quanto para o meio acadêmico. A autora considerava que “no período representado pelo século presente uma das espécies – o ser humano – adquiriu poder significativo para alterar a natureza do seu mundo”, e defendia que “o mais alarmante de todos os ataques do ser humano ao meio ambiente é a contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares com materiais perigosos e até mesmo letais” (p. 22), destacando alguns dos problemas ambientais da época. Sua preocupação com os problemas apresentados contribuiu para o começo do despertar de uma nova consciência, até então desconhecida da sociedade civil e de seus líderes, a consciência ecológica, tornando a sua obra um marco revolucionário do movimento ambientalista mundial.

Questões sobre os valores e as relações de poder na sociedade capitalista passaram a estar cada vez mais presentes nas discussões políticas e acadêmicas, com ênfase para a proteção da natureza, o consumo apenas do necessário, a autonomia da sociedade e a paz entre

os povos, serviam de causa para o levantamento da bandeira dos movimentos sócio ambientais realizados pelos então chamados ‘ecologistas’.

Reigota (2007, p. 42/43) afirma que o surgimento do movimento ecológico fundamentou-se “na crítica à modernidade, aos modelos de desenvolvimento capitalista e socialista, propondo a autogestão, o desarmamento, o pacifismo etc. Nas duas últimas décadas, esse pensamento se expandiu, dando origem a inúmeras tendências, não sendo mais privilégio de um grupo minoritário, e, muito antes do que se podia imaginar, tornou-se planetário”.

No Clube de Roma, como ficou conhecida a reunião realizada em Roma envolvendo vários especialistas de países desenvolvidos, discutiu-se a utilização dos recursos naturais não-renováveis atrelados ao crescimento populacional, fincando claro a necessidade de conservar os recursos naturais e de uma nova mentalidade de consumo atrelados ao controle populacional (Reigota, 2009).

Morin (2005) classifica a crise ecológica como problema planetário, a partir da divulgação da morte do oceano por Ehrlich no ano de 1969 anunciando um verdadeiro perigo ecológico; e também, pela elaboração do relatório Meadows, feito sob a encomenda do Clube de Roma no ano de 1972. Grün (2010) aponta que com o relatório Meadows a crise ambiental passa a fazer parte do meio empresarial, com o objetivo de fortalecer o capitalismo em escala mundial. Os países de Terceiro Mundo não foram sensíveis aos argumentos dos países desenvolvidos, pois viram nas propostas do Clube de Roma uma forma de aprofundar as desigualdades sociais entre desenvolvidos e sub desenvolvidos, criando, em consequência, um ‘bloco de oposição’ às propostas de ‘crescimento zero’ presentes no relatório.

Percebe-se claramente que mesmo que a pauta dos encontros e reuniões de líderes mundiais tenham sido oficialmente a ecologia e o meio ambiente, as discussões e consequências destes eram prioritariamente de ordem econômica, não sendo observada efetividade nas medidas propostas, tendo como consequência o agravamento da degradação ambiental em todo o mundo.

Conferências internacionais foram organizadas para dar efetividade às discussões ambientais, com a reformulação de políticas públicas, sendo importante destacar a I Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, Suécia no ano de 1972. Essa conferência ficou marcada por ter legitimado, pela primeira vez, a real importância da educação nas questões relacionadas ao ambiente. Nela foi assinada a Declaração de Estocolmo, que influenciou o primeiro Programa Internacional de Educação Ambiental no ano de 1975 (Dias, 2003). Também serviu de alerta ao publicar a obra Limites

do Crescimento em 1972, na qual o equilíbrio ambiental está diretamente relacionado com o crescimento populacional e industrial, incentivando o controle demográfico mundial (Jacobi, 2003).

Com a intenção de diminuir as diferenças entre a teoria e a prática nas discussões ambientais, em 1977 a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA) realizaram a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi (na Geórgia, ex-URSS), onde foram realizadas discussões relevantes para o desenvolvimento da educação ambiental, sendo uma referência para a área de educação ambiental.

Com a consolidação do conceito de meio ambiente, a Conferência de Tbilisi resultou na elaboração de algumas finalidades, como destaca Alves e Silva (2010) em sua tese:

“A necessidade do ser humano compreender “a complexa natureza do meio ambiente, resultante da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais” (p. 36). Para isso, devem ser criadas as alternativas necessárias para a interpretação das relações existentes entre sociedade e natureza, no que se refere à interdependência entre os seus componentes;

Contribuir para que a pessoa perceba “a importância das questões ambientais nas atividades de desenvolvimento econômico, social e cultural”, de forma a favorecer uma maior integração nas ações de responsabilidade socioambiental mais eficaz na população, “na concepção e aplicação das decisões que põem em jogo a qualidade do meio natural, social e cultural” (in UNESCO, 1997, p. 37);

A interpretação simplificada das relações estabelecidas entre a economia, a política e o meio ambiente na contemporaneidade e das articulações entre países de todo o mundo, visando “o desenvolvimento de um sentido de responsabilidade e solidariedade para uma nova ordem de cooperação internacional que garanta a conservação e melhoria do meio humano” (in UNESCO, 1997, p. 37).

Dez anos depois, a necessidade de intensificar a EA nos diversos níveis de educação era patente em todos os países, inclusive no Brasil. Em 1987, a UNESCO realiza em Moscou a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, destacando a importância de qualificar pessoas envolvidas com o tema.

A partir destes movimentos internacionais, a EA consolidou-se e passou a fazer parte dos movimentos sociais, ganhando importância os eventos internacionais promovidos pela ONU, como por exemplo a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada no Brasil, Rio de Janeiro. Destaca-se a formulação da Agenda 21, documentos que servem como orientadores de ações e estratégias ambientais com o objetivo de enfrentar a crise ambiental no mundo, para serem seguidos pelos países no século XXI.

“A Agenda 21, documento também concebido e aprovado pelos governos durante a Rio 92, é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Além do documento em si, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma socioambientalmente sustentável.” (MEC, 2007, p. 12).

Scotto (2009) nos traz uma síntese das principais propostas e acordos produzidos durante o evento intitulado Rio-92, os quais foram produzidos não apenas pelos chefes de governos, mas também com a participação popular:

“O documento intitulado Carta da Terra.

A elaboração de 36 tratados firmados entre ONGs incentivando ações e políticas de cunho socioambiental.

A elaboração do Relatório Nacional nomeado Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros. A elaboração de 27 princípios sobre direitos e deveres sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Esse documento ficou conhecido como Declaração do Rio.

A participação e assinatura de compromisso de 154 países na Convenção sobre Mudança do Clima.

A participação e assinatura de compromisso de 154 países na Convenção sobre Diversidade Biológica.

Elaboração do documento Nossa Agenda, envolvendo países da América Latina e do Caribe, com prioridades sobre o meio ambiente.

A construção de Relatórios Nacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento. O relatório do Brasil ficou a cargo da Comissão Interministerial para o Meio Ambiente – Cima.

A criação da Agenda 21, com a participação de 179 países. O documento expõe propostas de intervenção para os países participantes, objetivando a integração socioambiental no que diz respeito à sustentabilidade da sociedade civil, da natureza, dos setores de produção e dos governos em níveis locais, estaduais e nacionais.

“Nesse contexto, a Carta da Terra emerge como uma declaração de princípios éticos e valores fundamentais para a construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica. Ela inspira todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada; ela nos desafia a examinar os nossos valores e princípios éticos.” (Gadotti, 2010, p. 07)

Eventos seguiram-se à Rio-92, para avaliar a eficiência no cumprimento das obrigações assumidas pelos participantes do evento paradigma (Rio-92), como na cidade de Thessaloniki em 1997, cinco anos após a Rio-92, com a Conferência Internacional da Unesco sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade. No mesmo ano, no Japão, foi criado o Protocolo de Kioto, que previa uma redução de 5% das emissões de gás carbônico no planeta pelos países desenvolvidos no período de 2008 até 2012, levando em

consideração as emissões de gases realizadas em 1990 (Scotto, 2009). Dez anos após, na Rio+10 a ONU realizou na cidade de Johannesburgo, África do Sul, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Os eventos foram considerados fracassados, “por não ter possibilitado o avanço efetivo das diretrizes e promessas apresentadas no Rio de Janeiro” (Reigota, 2007, p. 26).

Observando os resultados frustrantes e as repercussões negativas em alguns desses eventos, Leff (2007) nos explica o porquê de na maioria das vezes os trabalhos realizados nas conferências nacionais e internacionais não alcançarem os resultados desejados:

“O grande desafio socioambiental hoje é, portanto, romper com a ideia de um pensamento único e unidimensional, orientado rumo a um "progresso sem limites", que vem reduzindo, sufocando e superexplorando a natureza. E para isso não basta se firmarem acordos e convenções, que depois de colocados em prática vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos, mas sim ir legitimando outras formas de compreensão da vida e da complexidade do mundo e uma nova ética da práxis no mundo.” (Leff, 2007, p. 9).

Mais recentemente, outro evento da ONU voltado ao meio ambiente teve sede no Brasil, a RIO+20, que contou com a participação de governos de países de todo o mundo e da sociedade civil. Mais uma vez, objetivou-se renovar compromissos da sociedade global com o desenvolvimento sustentável e a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para nosso planeta e para as gerações presentes e futuras (ONU, 2012).

O documento oficial da Conferência da RIO+20 intitulado “O Futuro que Queremos” nos apresenta várias propostas e compromissos a serem firmados pelos participantes, o que no geral reforça os documentos das conferências anteriores. Para que possamos ter uma maior dimensão do evento e da complexidade dos temas que envolveram os debates, citamos os itens que foram discutidos no encontro:

“Renovação do compromisso político: reafirmando os princípios estabelecidos no Rio de Janeiro e nos planos de ação anteriores através da avaliação dos avanços decorrentes das reuniões anteriores e o que resta a ser feito, baseando-se nas dificuldades para efetivação do desenvolvimento sustentável;

A implantação da Economia Verde com foco no desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza;

O fortalecimento das três dimensões do desenvolvimento sustentável (sociedade, economia e ambiente) atrelados às instituições governamentais e não-governamentais nos níveis local, regional, nacional e internacional;

Estratégias de ação com atenção à biodiversidade e aos recursos naturais, às fontes de energia e aspectos relativos à saúde, ao trabalho e a educação; erradicação da pobreza, diminuição das catástrofes ambientais, mudanças



climáticas, redução da poluição, e o incentivo a práticas de consumo e produção sustentáveis.”

O Brasil se destacou no cenário ambiental mundial a partir da Rio-92, evento considerado referência para diversas ações mundiais em temas relacionados à preservação ambiental. Porém, fazendo uma investigação mais detida, percebemos que a Educação Ambiental no Brasil vem sendo trabalhada em datas anteriores, sendo a Rio-92 um importante marco desta história.

“A Educação Ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Temos a existência de um persistente movimento conservacionista até o início dos anos 70, quando ocorre a emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas, manifestada através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental.” (MEC, 2007, p. 13)

Para Vieira (2009, p. 28), no “contexto brasileiro, até a época da elaboração da nova Carta Constitucional de 1988, a incorporação da problemática ecológica na agenda das políticas públicas foi processada de maneira fragmentada e desvinculada do debate acadêmico sobre o binômio meio ambiente e desenvolvimento (MONOSOWSKI, 1989). Fortemente induzidas por movimentos de opinião pública sediados nos países afluentes, e imbuídas de uma representação essencialmente “preservacionista” dos problemas em pauta, as demandas sociais e as ações governamentais refletiam uma percepção ainda muito rudimentar da necessidade de conter a degradação intensiva do nosso patrimônio natural e de controlar a poluição urbano-industrial”.

Sobre os marcos legais no âmbito normativo brasileiro, teceremos considerações, listando os diferentes textos normativos com foco na questão ambiental de forma geral, que servem de referência para a implementação das políticas públicas educacionais voltadas à temática.

O primeiro dispositivo acerca da temática ambiental na legislação brasileira se observou em 1981, que foi a Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, já trazendo em seus enunciados princípios para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, sendo esta lei a responsável pela inclusão do componente ambiental na gestão das políticas públicas nacionais, além de ter sido a grande inspiradora para a inserção de um capítulo específico sobre o Meio Ambiente na Constituição Federal.

Seguindo inspiração da Lei Federal 6.938/81, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) trouxe especificamente em seus artigos 23 e 24 matérias relacionadas à competência da União Federal, Estados Membros e Municípios no tocante à atuação de cada ente quanto ao tema meio ambiente:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

(...)

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

(...)

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;”

Especificamente quanto à proteção ao Meio Ambiente, a Constituição Federal dedica-se inteiramente ao tema, quando traz previsão explícita no Capítulo VI, artigo 225, os direitos a serem observados para possibilitar um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Considera ainda um bem essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo responsabilidades tanto ao Poder Público quanto a todos os cidadãos para a sua defesa e preservação. Nota-se no inciso VI do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal que o Poder Público tem a incumbência de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, como um dos fatores asseguradores do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
  - II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
  - III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
  - IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
  - V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
  - VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
  - VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- § 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- § 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.”

Após ser conferido *status* Constitucional à matéria ambiental, outras normas legais dela decorreram e são subordinadas, surgindo aí o sistema legislativo destinado ao Meio Ambiente.

Podemos destacar, em especial, a Lei 9.795/1999, regulamentada pelo Decreto nº. 4.281/02, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), onde é definida a EA, dá atribuições, enuncia princípios básicos e indica objetivos fundamentais da educação ambiental, conceituando-a na educação escolar como incluída nos currículos de todas as etapas da Educação Básica e na Educação Superior, inclusive em suas modalidades, abrangendo todas as instituições de ensino públicas e privadas.

Importante ainda a valorização da “abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e nacionais”, e o meio ambiente como emergência das relações dos aspectos sociais, ecológicos, culturais e econômicos, com a perspectiva de que a Educação Ambiental

será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, não devendo se constituir disciplina específica no currículo de ensino, exceto nos cursos de pós-graduação e extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando necessário.

Nos detivemos de forma mais aprofundada no estudo da Lei 9.795/1999, por ser um diploma normativo bastante abrangente, integrando princípios básicos e objetivos fundamentais da educação ambiental, nos termos do artigo 4º e 5º:

“Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.”

Observa-se da transcrição do texto normativo acima posto, que houve uma preocupação do legislador em situar a temática da EA não como uma simples vertente preservacionista, mas com “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo”, trazendo a forte relação da “concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”, entendendo ser um

tema com “múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”.

A partir da previsão legislativa da EA, os doutrinadores passaram a tratar da importância em incluí-la no âmbito escolar, na perspectiva de ser uma base solidificadora na formação do cidadão. Reigota (2009, p. 45) afirma que “a introdução da educação ambiental na escola supõe uma modificação fundamental na própria concepção de educação, provoca mesmo uma revolução pedagógica”.

Outra grande preocupação do legislador foi situar a EA para o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania, sendo muito presente o estímulo do estudo de conceitos éticos ligados a temática ambiental e sustentável. Se faz necessário a construção de uma consciência ecológica, a qual não se limita ao ecologismo dos conceitos acadêmicos, mas que aborda as questões ambientais de forma a transformar a realidade, seguindo o princípio de que “a consciência, para ser ecológica, precisa ser crítica” (Loureiro, 2000, p. 32). Reigota (2009) também nos afirma que a EA crítica é utópica quando se propõe a mudar radicalmente as relações socioambientais que conhecemos hoje, sejam elas entre as pessoas ou entre as pessoas e a natureza. Em complementaridade Mauro Guimarães (2007) define a EA crítica como aquela que aponta para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental através de uma proposta política e pedagógica. O autor nos afirma que,

“uma Educação Ambiental crítica aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem-natureza, na relação do homem com sua própria subjetividade, num processo de construção coletiva de uma ética, uma nova cultura, novos conhecimentos. Processos esses assumidos por sujeitos individuais e coletivos que desvelam a necessidade da construção de novo paradigma, um novo modelo de relacionamento com a natureza e de intervenção na história.” (p. 84).

A Lei 9.795/1999 traz ainda temas específicos quanto a operacionalização da EA nos diversos âmbitos educacionais, inclusive com disposições acerca da formação inicial de professores, quando preceitua em seu artigo 11, que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”, evidenciando o caráter transversal da educação ambiental nos diferentes espaços e tempos das instituições educacionais, sendo este artigo de observância obrigatória, requisito inclusive a ser observado pelo MEC para autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada”.

Tais aspectos citados acima, concernentes à administração educacional, sequer foram previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), mesmo sendo esta anterior à Lei nº 9.795/1999.

Em uma análise mais detida sobre a LDB, percebe-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não é explícita em relação à Educação Ambiental, nem a questões ambientais. Entretanto, os princípios e os objetivos da Educação Ambiental coadunam-se com os princípios gerais da educação contidos na LDB.

Um bom exemplo da sintonia entre conceitos previstos na LDB e dispositivos previstos na Lei 9.795/99 é o artigo 32 da LDB, que dispõe que o ensino fundamental terá por objetivo a “formação básica do cidadão mediante: (...) II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”. Outro dispositivo da LDB, o artigo 26 § 1º, prevê que os currículos a que se refere devem abranger, “obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente no Brasil”.

Há ainda disposições atinentes ao Ensino Superior, onde listamos o artigo 43, inciso III da LDB, que estabelece como finalidade dessa etapa “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”.

Outros atos normativos se seguiram à Lei 9.795/99, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, instituído pelo Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007, que propõe a “implementação de programas de espaços educadores sustentáveis, com readequação de prédios (escolares e universitários) e da gestão, além da formação de professores e da inserção da temática de mudança do clima nos currículos e materiais didáticos” entre as principais ações da Educação Ambiental”.

Já a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, articulada com a Política Nacional de Educação Ambiental e com a Política Nacional de Saneamento Básico, reconhecendo a Educação Ambiental como um instrumento indispensável para a gestão integrada, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.

Com uma vertente mais preservacionista, foi aprovada a Lei 12.651/2012, estabelecendo normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da

origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Atos administrativos emanados do Poder Executivo regulamentaram e complementaram as leis acima citadas, a exemplo de Decretos editados pelas chefias do Poder Executivo e de Resoluções do Conselho Nacional de Educação.

O decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, conforme a seguinte estrutura: Órgão superior (conselho de governo); Órgão consultivo e deliberativo (Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); Órgão central (Ministério do Meio Ambiental (MMA); Órgão executor (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Órgãos seccionais (órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental) e; Órgãos locais (órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e pela fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições).

A atuação do SISNAMA se dá mediante articulação coordenada de órgãos e entidades que o constituem, observado o acesso da opinião pública às informações relativas às agressões ao meio ambiente e às ações de proteção ambiental, na forma estabelecida pelo CONAMA.

Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a regionalização das medidas emanadas do SISNAMA, elaborando normas e padrões supletivos e complementares.

Importante citar atos normativos emanados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), como as Resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE, que principiaram abordando a temática da EA de forma periférica, ao tratar de outros temas importantes para a educação. Dessa forma, a Resolução CNE/CEB 4/2010, ao disciplinar as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, reconheceu a relevância e obrigatoriedade da EA em todas as suas etapas e modalidades.

Já a Resolução CNE/CP 1/2012, de 31 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, incluiu os direitos ambientais no conjunto dos direitos internacionalmente reconhecidos:

“Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção,

defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

§ 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.”

Referida Resolução lista os princípios fundamentadores da educação em Direitos Humanos, informando que tais princípios têm a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, incluindo, entre eles, a sustentabilidade socioambiental, demonstrando a importância da temática da EA no estudo global dos direitos humanos.

Especificamente quanto ao estudo da Educação Ambiental, encontramos a Resolução CNE/CP 2/2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, listando o objeto, marco legal, princípios e objetivos da educação ambiental, organização curricular e os sistemas de ensino e regime de colaboração em educação ambiental, a “serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com os seguintes objetivos”:

“I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.”

Os artigos de 2 a 6 da referida resolução trazem conceitos acerca da educação ambiental, que se complementam, sendo importante sua transcrição:

“Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural reconstruído.



Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.”

Ainda quanto ao marco legal, em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos, ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades da educação.

Traz ainda considerações de grande relevo ao dispor que, nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética socioambiental das atividades profissionais, situando a temática da EA no campo da ética sustentável.

Os princípios informadores da Educação Ambiental, citados na Resolução CNE/CP 2/2012, têm por base práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos, assim transcritos:

I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;

II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;

III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;

V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;

VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

São objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

- I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;
- II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;
- III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;
- IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;
- VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;
- VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e de interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;
- VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;
- IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade.”

Quanto a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos das instituições educacionais, seja tratando-se da Educação Básica, seja da Educação Superior, a citada Resolução CNE/CP 2/2012 sugere que esta seja feita: pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; ou pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Reigota (2008, p. 09) falando sobre o tema, considera que “é cada vez mais consensual a ideia de que o tema ‘Meio Ambiente’ pode ser estudado em todas as áreas do conhecimento presentes no cotidiano escolar...”, assumindo dessa forma que a responsabilidade de educar para a sustentabilidade é de todos, não se limitando apenas a disciplinas específicas da área ambiental.

Morin (2002) vai mais além ao deixar claro que a educação não se limita apenas aos saberes científicos, mas acima de tudo está presente nas relações sociais permeadas pela ética e que são fundamentais à sobrevivência do planeta.

“Estamos comprometidos, na escala da humanidade planetária, na obra essencial da vida, que é resistir à morte. Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade. A consciência de nossa humanidade nesta era

planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiseração recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária.” (Morin, 2002, p.78)

Prevê ainda a Resolução CNE/CP 2/2012 que os cursos de licenciatura que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com a dimensão da Educação Ambiental, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar, bem como ao dispor sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas para os cursos e programas da Educação Superior, que devem, na sua necessária atualização, prescrever as normas adequadas para essa formação em EA.

Assim, “a dimensão ambiental representa a possibilidade de lidar com conexões entre diferentes dimensões humanas, possibilitando entrelaçamentos e trânsitos entre múltiplos saberes. Atualmente, o desafio de fortalecer uma educação para a cidadania ambiental convergente e multi-referencial se coloca como prioridade para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a crise ambiental e os problemas sociais. Assim, o entendimento sobre os problemas ambientais se dá por meio da visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construídos, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse” Jacobi (2005, p. 244).

## **1.2. Educação Ambiental e Sustentabilidade**

Tendo por base as reflexões tratadas neste estudo, nota-se que a EA passa a considerar importante o esclarecimento do conceito de sustentabilidade, estando as duas, EA e Sustentabilidade, intimamente ligadas.

O conceito de sustentabilidade nasce da evolução de discussões acerca da complexa relação entre desenvolvimento e meio ambiente, com a intensificação da inserção dos temas ecológicos nas decisões econômicas e políticas mundiais, ao tratar o desenvolvimento como uma forma de modificação da natureza.

Leff (2007, p. 15), afirma que o “princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza.”

Contrapondo-se ao pensamento preservacionista, em que comunidades consideravam que o meio ambiente deveria ser “intocado”, sem qualquer intervenção humana, exceto quanto à sua subsistência, o pensamento desenvolvimentista radicalizava quanto à inobservância de práticas ecológicas. Carvalho (2001) e Larrère&Larrère (1997) discorrem sobre o tema:

“Sobre este processo constante de ressignificação e de extensão de sentidos para o caso da problemática ambiental, poder-se-ia, apenas a título de ilustração, pensar-se, por exemplo, em certas tradições inscritas na concepção de natureza viva e pensante dos gregos pré-socráticos; na compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão; nos sentimentos idílicos e arcadianos de apego à terra no século XVII; nas sensibilidades românticas oitocentistas de (re)encantamento do mundo; na nostalgia cristã à procura do Éden, depois transformado em uma suposta "natureza intocada" pelos preservacionistas norte-americanos do século XIX; nos movimentos contraculturais e contestatórios iniciados nos anos 1960; ou, ainda, na revalorização, sob o signo do *Small is Beautiful*, de modos de vida praticados pelas populações tradicionais durante a década de 1970” (CARVALHO, 2001; LARRÈRE & LARRÈRE, 1997).

Jacobi (2005, p. 235) afirma a evolução do conceito de desenvolvimento:

“O conceito de desenvolvimento foi objeto de controvérsias, e, até recentemente, a abordagem era de ver desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos.”

Amartya Sen (2004), citado por Jacobi (2005, p. 235) acrescenta informações sobre a evolução do conceito de desenvolvimento, com incremento de um viés social e cultural.

“Relativizando os fatores materiais e os indicadores econômicos, Sen insiste na ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas. A base material do processo de desenvolvimento é fundamental, mas deve ser considerada como um meio e não como um fim em si. Além da capacidade produtiva, ao postular a melhoria da qualidade de vida em comum, a confiança das pessoas nos outros e no futuro da sociedade, destaca as possibilidades das pessoas levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar seu potencial criativo e contribuir efetivamente para a vida coletiva. Sen resume suas idéias sobre o desenvolvimento como as possibilidades que a cooperação e a solidariedade entre os membros da sociedade trazem ao transformar o crescimento econômico de destruidor das relações sociais em processo de formação de capital social ou em “desenvolvimento como liberdade” (Sen, 2004). Para Sen, a expansão da liberdade é o principal fim e meio do desenvolvimento, e só há desenvolvimento quando os benefícios servem à ampliação das capacidades humanas. Segundo ele, isto requer que sejam superadas.”

Ainda para Leff (2007, p. 16), “o discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na Conferência das Nações Unidas

sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrado no Rio de Janeiro, em 1992. Mas a consciência ambiental surgiu nos anos 60 com a Primavera Silenciosa de Rachel Carson”.

Em 1973, utiliza-se pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento, para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento. “O conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela Comissão de Brundtland em 1987 ao projetar o termo “desenvolvimento sustentável” o faz, de acordo com Hobsbawn (1995), “convenientemente sem sentido”, baseado num conjunto vago de análises e recomendações e, segundo Brookfield (1988), “intencionalmente um documento político, mais do que um tratado científico sobre os problemas do mundo” (Jacobi, (2005, p. 237).

Com discursos vazios e repetitivos emanados pelos líderes políticos mundiais e falhas na elaboração e execução de programas efetivos em matéria ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável significou pouco avanço, na prática.

Gadotti (2008, p. 43) transcreve as condições para o desenvolvimento dispostas no relatório Brundtland:

“Um sistema político que garanta a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;  
Um sistema econômico capaz de gerar superávit e conhecimento técnico em bases confiáveis e constantes;  
Um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não-equilibrado;  
Um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;  
Um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;  
Um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e  
Um sistema administrativo que seja flexível e capaz de se autocorrigir.”

O mesmo autor (Gadotti - 2008, p. 43), enfatiza ainda as definições emanadas pelo Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – quanto ao conceito de “desenvolvimento humano sustentável”, “ampliando o seu sentido inicial e enfatizando as várias dimensões necessárias para o desenvolvimento de um povo, abrangendo não só o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental, mas também a erradicação da pobreza, a promoção da equidade, a inclusão social, igualdade de gênero e raça e a participação política, todos considerados como fatores importantes na promoção de um “modo de vida sustentável”, como sustenta a carta da Terra”.

Quanto às relações estabelecidas entre a educação e o Desenvolvimento Sustentável (DS), muito nos esclarece Sauvé (1992, 1994) *apud* João Neto (2012), ressalta “a diversidade de significados, mesmo quando nos referimos a uma mesma questão. Isso faz com que corramos

o risco de utilizarmos alguns termos específicos de forma equivocada e errônea; a começar pela própria concepção que se tem do termo DS”.

Transcrevemos também a classificação das concepções do tema DS proposto pelo *Calgary Latin American Studies Group*, usada por Santos Neto (2012) em seu trabalho, ao citar Sauvé (1992, 1994), acerca da dimensão das possibilidades de interpreta  es possíveis do DS ainda em 1994, o que, sem d  vida, certamente hoje se encontram ampliadas, diante da evolu  o dos conceitos de DS na busca de um real significado teórico e prático deste conceito.

**Quadro 1 - Tipologia das concep  es do DS – Calgary Latin American Studies Group (1994).**

<b>Concep��o do DS</b>	<b>Principais características</b>	<b>Concep��o do ambiente</b>	<b>Paradigmas educativos</b>
<b>Desenvolvimento contínuo, com inova��o tecnológica e mercado livre baseado no crescimento econômico.</b>  <b>CREDO: crescimento econômico, com princípios neoliberais, que irão resolver os problemas sociais e ambientais.</b>	Produtividade e competitividade.  A ciência e a tecnologia para o crescimento econômico com respaldo nos controles legais.	Ambiente como recurso para o desenvolvimento e o gerenciamento.  Uso racional dos Recursos para a sustentabilidade.	Paradigma racional: “treinamentos”, transferência e informa��o (científicas, tecnológicas e legais).
<b>Desenvolvimento dependentena ordem mundial.</b>  <b>CREDO:os problemas sociais serão resolvidos pelo crescimento econômico se houver um controle pelas organiza��es superiores.</b>	Mercado livre em Grandes escalas e inova��es científicas e tecnológicas para reestrutura��o das condi��es sociais.  Organiza��es: mundial ou pactos regionais, acordos e legisla��o.	Toda biosfera comum “pool” de recursos para ser gerenciado pelas organiza��es superiores.	Paradigma racional: Mesma abordagem acima, mas com uma aceita��o da possível falha do modelo neoliberal.

<b>Desenvolvimento alternativo.</b>  <b>CREDO:somente uma mudança global nos valores e nas escolhas sociais irá permitir um desenvolvimento sustentável nas comunidades.</b>	Desenvolvimento Biorregional econômico: com distinção das necessidades e dos desejos, redução da dependência, utilização dos recursos renováveis, estímulo aos processos democráticos, participação e solidariedade.	Ambiente como um projeto comunitário.	Paradigma inventivo: projetos comunitários paraas transformações das realidades sociais.
<b>Desenvolvimento autônomo (desenvolvimento indígena)</b>  <b>CREDO:o desenvolvimento é valorizado se a manutenção da identidade cultural e da integridade territorial for preservada.</b>	Economia de subsistência, baseada na solidariedade, associada às distintas cosmologias.	O ambiente Como território (lugar para se viver) e projetos culturais comunitários.	Paradigma inventivo: construção do conhecimento contextualmente significativa resgatando os valores e <i>know-how</i> tradicionais.

Como concluiu Jacobi, (2005, p. 246) “o desafio político-ético da educação ambiental, apoiado no potencial transformador das relações sociais, encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção de uma cidadania ambiental. Nesse sentido, o papel dos educadores e professores é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de uma visão crítica, de valores e de uma ética para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável”.

Leff (2010, p. 184) avalia que “a possível construção de um futuro sustentável terá de ocorrer na arena política. Mas a escola pode ser o melhor laboratório, o melhor espaço de experimentação e de formação para esta mudança civilizatória. Por isso é necessário dar carta de cidadania à educação ambiental.”

Rodrigues (1997, p. 159) discorre sobre a utopia da sociedade sustentável, como uma perspectiva política presente na produção acadêmica da educação ambiental e uma das suas definições possíveis é aquela “que vive e se desenvolve integrada à natureza, considerando-a um bem comum. Respeita a diversidade biológica e sócio-cultural da vida. Está centrada no pleno exercício responsável e conseqüente da cidadania, com a distribuição equitativa da

riqueza que gera. Não utiliza mais do que pode ser renovado e favorece condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras.”

Quanto aos princípios formadores de uma sociedade definida como sustentável, Guimarães (2003, p. 62-63) informa: “ter uma taxa de exploração igual ou menor que a taxa de regeneração dos recursos naturais (como água, animais, vegetais, solo, etc.); substitui os recursos não renováveis ou que têm um estoque limitado (como o petróleo), por renováveis; recursos não renováveis utilizados devem ser aqueles que possam ser reciclados e reutilizados para que se diminua a taxa de extração e de dispersão dos resíduos; aqueles contaminados que podem ser biodegradados e reintegrados aos ciclos naturais devem ter sua taxa de emissão igual ou menor que a sua taxa de assimilação; contaminações que não são biodegradáveis nem se reintegram aos ciclos de matéria, e que se acumulam indefinidamente (como contaminação radioativa e algumas químicas) devem ver proibida sua emissão, finalmente, deve haver uma seleção de tecnologias segundo sua eficiência deve haver também um princípio geral de precaução tecnológica (dada a complexidade dos processos, inter-relações e efeitos)”.

Jacobi (2005, p. 239) traz considerações sobre o panorama atual das práticas sustentáveis, quanto ao “quadro atual, claramente demonstrado por estudos científicos, indica que os ecossistemas continuam sentindo o impacto de padrões insustentáveis de produção e de urbanização. Além disso, durante a última década, muitos países aumentaram sua vulnerabilidade a uma série mais intensa e frequente de fenômenos que tornam mais frágeis os sistemas ecológicos e sociais, provocando insegurança ambiental, econômica e social, minando a sustentabilidade e gerando incertezas em relação ao futuro. Prevalece ainda a ideologia do progresso, que rejeita ou minimiza as questões ambientais, seja no discurso ou na prática”.

Porém, Jacobi (2005, p. 239) não descarta os avanços das “boas práticas de sustentabilidade” em escala local, ressaltando ainda “que a proliferação de posições sobre a sustentabilidade é um sintoma positivo de dinamismo, já que os debates atuais eram impensáveis há alguns anos. Isto mostra que as mudanças são possíveis, e que a questão da sustentabilidade tem muitas leituras, algumas contraditórias e outras convergentes, apesar de apropriadas de forma diferenciada pelos grupos e pessoas que atuam numa perspectiva de propor uma sustentabilidade articulada a novas realidades materiais e novas posições epistemológicas”.



### **1.3. Educação Ambiental e Interdisciplinaridade/Transversalidade**

Neste tópico da pesquisa, abordaremos a interdisciplinaridade/transversalidade como forma de abordagem das temáticas ambientais e da sustentabilidade no meio educacional, e não como conteúdo programático de disciplinas. Dizemos isso para ressaltar que não serão objeto do estudo as minúcias e detalhes sobre os conceitos da interdisciplinaridade, pois este será visto como meio para consecução do saber ambiental, não como finalidade do trabalho.

Jacobi (2005, p. 243) bem conceitua a possibilidade de integrar teoria e prática utilizando-se da transversalidade de saberes, um novo modo de pensar, pesquisar e elaborar conhecimento.

Yus (1998, p. 17) conceitua os temas transversais como “um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que não estando ligados em nenhuma matéria em particular, pode-se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar disciplinas novas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola”.

Bursztyn (2004, p. 70), afirma que “após décadas de especialização, fragmentação, compartimentalização e auto-enclausuramento das ciências disciplinarizadas, a questão ambiental suscita um movimento reverso de des-especialização. A própria natureza e complexidade dos problemas a serem tratados no universo dos temas ambientais – sinergias, objetos mutantes, abrangências, interesses envolvidos, superposição de diferentes escalas, revisão de paradigmas consagrados etc. – exige que as competências a serem mobilizadas sejam amplas”. O mesmo autor que ressalta alguns desafios, dificuldades e obstáculos a serem superados por quem defende esta forma de abordagem científica, resumindo-os assim:

“O *modus operandi* dos programas de Pós-Graduação interdisciplinares em meio ambiente, qualquer que seja o modo de institucionalização que seguiu, implica dificuldades e obstáculos, tanto em nível da legitimação no âmbito da própria universidade em que se situam, quanto em termos de credenciamento e avaliação pela Capes. É possível classificar os desafios enfrentados nas tentativas de organizar comunidades universitárias em torno da questão ambiental como um conjunto de síndromes. São síndromes, pois além de serem patologias, têm tipicidades e são recorrentes.”

Bursztyn (2001, p. 15), resume alguns pontos importantes para superar as dificuldades da prática interdisciplinar, citando quatro categorias de consideração:

“- É preciso deixar claro que os espaços de interdisciplinaridade não devem ser vistos como concorrentes em relação aos departamentos: são complementares.

- Há que se romper com preconceitos de cunho especialista: a visão generalista e integradora não é uma qualidade menor; é um atributo necessário ao enfrentamento de problemas complexos.
- É relevante instituir instrumentos de avaliação e de apoio que sejam flexíveis e permeáveis às características dos enfoques interdisciplinares.
- É fundamental que espaços interdisciplinares sirvam de foco às reflexões de fundo sobre desenvolvimento da ciência e da tecnologia (tais como a transgenia e a bioética). E, aqui, um desafio particular se apresenta: mesmo tendo sido um avanço em termos de democratização do processo decisório, o “julgamento dos pares” traz, em si, o risco da cumplicidade e da falta de visão crítica; agora, temos de pensar também no julgamento dos ímpares.”

Jacobi (2005, p. 246), ensina que “como combinação de várias áreas de conhecimento, a interdisciplinariedade pressupõe o desenvolvimento de metodologias interativas, configurando a abrangência de enfoques e contemplando uma nova articulação das conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas. Cabe ressaltar que o contexto epistemológico da educação ambiental permite um conhecimento aberto, processual e reflexivo, a partir de uma articulação complexa e multirreferencial. Nesse sentido, o conhecimento transdisciplinar se configura como um horizonte mais ousado de conhecimento.

A forma tradicional de organização dos currículos dos cursos de direito atualmente, que divide o conhecimento em áreas afins, estabelece fronteiras para o conhecimento de cada área, impedindo o entendimento de assuntos que estariam necessariamente inter-relacionados, como a EA.

Jacobi, (2005, p. 246) afirma que “a preocupação em consolidar uma dinâmica de ensino e pesquisa a partir de uma perspectiva interdisciplinar enfatiza a importância dos processos sociais que determinam as formas de apropriação da natureza e suas transformações, por meio da participação social na gestão dos recursos ambientais, levando em conta a dimensão evolutiva no sentido mais amplo e incluindo as conexões entre as diversidades biológica e cultural, assim como as práticas dos diversos atores sociais e o impacto da sua relação com o meio ambiente”.

Jacobi, (2005, p. 246) diz que as experiências interdisciplinares são recentes e incipientes, até mesmo em nível de pós-graduação. O que prevalece são práticas multidisciplinares e, segundo Tristão (2002, p. 175), “como as disciplinas de geografia e biologia têm uma afinidade de conteúdos em relação à dimensão ambiental, a inserção da educação ambiental ocorre por meio de um exercício multidisciplinar, às vezes até de uma cooperação entre os conteúdos dessas disciplinas”.

Gonzáles Lucini (1994), citado por Yus (1998, p. 67) nos informa que “é preciso um projeto a partir de valores como parte essencial do processo educativo da escola por meio de

uma perspectiva moral e ética. No projeto os temas justiça, solidariedade, igualdade, vida, saúde, liberdade, tolerância, respeito, paz e responsabilidade” consubstanciam valores que representam dominadores comuns de cada um dos temas transversais, já que estes apresentam conteúdos atitudinais (valores, atitudes e normas).

#### **1.4. Ética nas relações com o Meio Ambiente**

A importância da discussão acerca da utilização dos recursos naturais, entre os que defendem a preservação da natureza e do meio ambiente, em detrimento a sua utilização como recursos a serem consumidos pelos seres humanos passa a ter interpretações antagônicas no campo dos teóricos ambientais. Grün (2007, p. 192-193), ao citar Rolston, eleva a discussão, de forma a instigar o pensamento acerca da real importância da natureza numa visão não-antropocêntrica:

“Holmes Rolston III é um dos mais influentes filósofos ambientais do valor intrínseco da Natureza. Ele se queixa que a Natureza tem sido tratada quase exclusivamente como um recurso natural e afirma que uma Educação Ambiental deveria nos ajudar a valorizar uma Natureza não consumida. A mudança radical ocorreria quando as pessoas, governos e empresas parassem de valorizar tanto os recursos e passassem a admirar mais “a Natureza em seus próprios termos” e não a perturbassem nem a desvalorizassem tanto. Isso não quer dizer que uma pequena parte da Natureza não possa ser transformada em recurso, mas teríamos de aprender a não valorizar somente os recursos e sim toda uma parte da Natureza que aparentemente não tem valor. Nós valorizamos apenas aquilo que processamos – madeira, água represada, minérios, etc –, deixando de lado o valor intrínseco da Natureza. A nossa civilização Ocidental parece ser capaz de conferir apenas valor instrumental à Natureza, valor de uso e de negociação. Simplesmente, não concebemos que uma enorme área da Natureza pode não servir ao mero interesse utilitário da maioria dos seres humanos. Para Rolston (1993), a afirmação “tudo é recurso” encontra paralelo na sentença “todo mundo é egoísta”. As ações das pessoas estão baseadas no interesse e no benefício próprio.”

A temática da ética é comumente associada a críticas ao pensamento individualista, e até egoísta, como visto no texto acima transcrito. Lencastre (2010, p. 123) também traz importantes informações sobre a temática, analisando o comportamento humano diante da importância da coletividade:

“Vivemos num mundo em que as questões éticas estão globalizadas, mas as condições etológicas e psicológicas para a experiência da bondade e do altruísmo não são hoje muito diferentes daquelas que caracterizaram um mundo humano de mais pequena escala. Continuamos a escolher pertencer a pequenos grupos e as nossas tendências altruístas tendem a beneficiar, em

primeiro lugar, os nossos familiares, de seguida o nosso grupo e só depois a comunidade mais alargada.”

A discussão entre os autores que defendem a preservação da natureza, contrapondo-se ao consumismo que leva a degradação do meio ambiente coloca no centro dos debates a temática da ética ambiental, passando a ter importância as discussões no campo da Educação Ambiental. Grün (2007, p. 196) encontra diferenças entre os principais teóricos em matéria de ética ambiental, mas também descreve convergências:

“As éticas ambientais de Routley (2003), Naess (1995), Rolston (1993, 1996) e Callicott (1989, 1993), que apregoam o valor intrínseco da Natureza, têm muitas diferenças entre si nas suas formulações e aplicações. Mas têm também muitos pontos convergentes, como, por exemplo, a crítica ao valor instrumental da Natureza. Essa crítica, quando vista pelo diversificado prisma da Educação Ambiental, adquire múltiplas facetas. A principal, a meu ver, é a crítica à racionalidade econômica dominante. O racionalismo econômico ou neoliberalismo se torna impraticável em uma política ambiental que enfatize o valor intrínseco da Natureza. Afinal, não podemos considerar a Natureza como mero *recurso natural*.”

Lencastre (2006, p. 30) coloca as duas questões em paralelo, colocando as duas ordens no mesmo grau de importância:

“Assim, ao naturocentrismo ou ao sociocentrismo de certos discursos parcelares, opõe-se actualmente uma visão integradora que mostra que as duas ordens se revelam indispensáveis para uma compreensão suficientemente esclarecida tanto dos fenómenos ecológicos, como dos fenómenos educativos próprios ao humano.”

Bovo (2004, p. 5) discorre sobre a questão ética no campo da transversalidade, considerando que, “no Brasil, a ética seria significativa como eixo norteador dos outros temas para serem trabalhados numa perspectiva transversal. Entretanto para transformar os temas transversais em eixos que estruturam a aprendizagem e a adequação dos objetivos dos conteúdos marcados pelo currículo em cada etapa da escola, é necessário considerar a realidade educativa, marcada pelo ambiente sócio cultural predominante no meio onde os alunos estão inseridos”. Para Bovo (2004, p. 5), alguns temas são sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no que ele considera serem temas constituídos pela Ética, situando a ética como tema transversal nuclear:

“Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos dizer, que estão sugeridos os temas Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, constituídos pela ‘Ética’. É nesse sentido que enfatizamos a ética como tema transversal nuclear. A Ética é o tema transversal nuclear inseridos

em todas as disciplinas e que impregna todos os demais temas transversais, contribuindo para a concretização do ensino e da aprendizagem.”

Bovo (2004, p. 5) exemplifica situações em que se constata a presença da ética como tema eixo:

“a) Meio Ambiente. Para administrar a problemática do lixo, é necessária uma combinação de metas, que vão da redução dos rejeitos durante a produção, até as soluções técnicas de destinação, como a reciclagem, a compostagem, o uso de depósitos, etc. Entretanto para que esse processo ocorra é preciso que condutas valorativas estejam presentes nos educandos e no educador para desenvolver atitudes de compromisso com o ambiente.

b) Saúde: A análise das condições de vida da população brasileira a partir de informações como níveis de renda, taxa de escolarização, saneamento básico, diversidade no acesso ao lazer e ao serviço de saúde é uma forma de verificar as associações entre qualidade de vida e saúde. Nesse sentido também é preciso adoção de condutas éticas nos educandos e no educador.”

Lencastre (2006, p. 41) elucida as obrigações dos humanos quando se coloca como dominante frente aos demais seres do planeta:

“A presença humana é, definitivamente, dominante à face do planeta. Mas esse facto não lhe confere só direitos no exercício do poder – uma das faces da dominância historicamente por certas culturas humanas – mas obriga-o a levar a sério os cenários que adivinha como efeitos da sua própria dominância – a outra face das culturas no poder, que é a da responsabilidade, e dos deveres, face a esse poder.”

Lencastre (2010, p. 123-124) conclui seu texto trazendo a lume considerações sobre problemas inéditos e questões complexas que devem ser levadas em consideração contemporaneamente:

“As situações contemporâneas confrontam-nos com problemas inéditos na história da humanidade: desde as questões da bioética até aos novos problemas ambientais, todos apelam à consciência deliberativa no sentido de escolher o melhor bem. Mas estas situações levantam problemas de percepção e de compreensão a muitos níveis. Rompem com os hábitos comportamentais e não permitem uma percepção directa sobre o seu grau de necessidade moral. Impõem-se em cenários distantes no tempo e no espaço, e resultam muitas vezes de previsões não inteiramente clarificadas pelos conhecimentos disponíveis. Estas novas questões implicam novas respostas educativas e novos valores morais: uma literacia que saiba lidar com a complexidade e a imprevisibilidade dos cenários sociais e ambientais contemporâneos e uma ética sensível à condição dos outros, humanos e não humanos, presentes e futuros. A disposição bondosa associada a uma compreensão mais profunda do sentido colectivo da vida sobre a terra estão na origem da abertura a esse todo. A inteligência emocional pode então encontrar as soluções cooperativas que o nosso futuro conjunto espera de nós.”

Assim, fica claro que as atitudes a serem tomadas implicam em novas respostas educativas e novos valores morais, privilegiando-se o sentido coletivo, em uma ética sensível a condição dos outros, humanos e não-humanos, presentes e futuros.

## **CAPÍTULO II –TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

Metodologia é ação. Ao conceituar metodologia, Minayo(2001, p. 16) afirma:

“Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

O endeusamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estereis.

Nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador.”

Já quanto aos conceitos de pesquisa e investigação, Minayo(2001, p. 17-18) ressalta:

“Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.

Toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais.”

Atento ao conceito de pesquisa acima transcrito, desenvolvemos o presente trabalho, instigados pela busca de respostas às questões propostas no início.

### **2.1. OBJETIVOS**

Neste capítulo, disporemos sobre os objetivos desta investigação, delimitando nosso campo de atuação metodológica e da pesquisa de campo.

#### **2.1.1. Geral**

Verificar o modo de abordagem da temática da educação ambiental no âmbito do conceito da sustentabilidade, na concepção dos professores e alunos do ensino superior em direito, ofertado em Instituições de Ensino Superior.

### **2.1.2. Específicos**

- Mapear como se apresenta nas disciplinas de direito ambiental, direito agrário e ética, a temática de educação ambiental e o conceito de sustentabilidade, nos cursos de graduação em direito oferecidos nas IES pesquisadas.
- Analisar as concepções dos docentes em relação às temáticas da educação ambiental e da sustentabilidade nas disciplinas objeto de estudo desta investigação.
- Analisar a concepção dos discentes acerca da educação ambiental e da sustentabilidade nas disciplinas para sua formação acadêmica no curso de direito.

## **2.2. MÉTODO ESCOLHIDO**

### **2.2.1. Pesquisa quantitativa/qualitativa**

Sobre o conceito de pesquisa Minayo (1993, p. 23) aponta que:

“É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.”

Richardson (2010, p. 16), assevera que “como ferramenta para adquirir conhecimento, a pesquisa pode ter os seguintes objetivos: resolver problemas específicos, gerar teorias ou avaliar teorias existentes.” E, ainda, que “os objetivos mencionados são relativamente arbitrários e não excludentes (...), portanto, não se pode dizer que um dos objetivos seja superior aos outros, e os três podem complementar-se.”

Acerca dos métodos de pesquisa, Richardson(2010, p. 70) aponta que “há dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo. Esses métodos se diferenciam não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas sobretudo, pela forma de abordagem do problema.”

No que tange à pesquisa qualitativa, Gonzaga (2006, p. 70) afirma que esta “apresenta como característica peculiar a diversidade metodológica, de tal maneira que permite extrair dados da realidade com o fim de ser contrastados a partir do prisma do método.”

Em linhas gerais, a pesquisa qualitativa tem como preocupação essencial a compreensão ou interpretação de determinado fenômeno.

Sobre a abordagem qualitativa Minayo (1992, p. 244) assevera que:



“Do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significados. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considera os instrumentos, os dados e análise numa relação interior com o pesquisador e as contradições como a própria essência dos problemas reais.”

Afirma, ainda, a mesma autora (p. 101), que “a investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos.” Além disso, aduz que nesse tipo de investigação há uma menor preocupação “com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação.”

Sobre o método quantitativo, Richardson (2010, p. 70) assevera que “este é frequentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.”

Ainda de acordo com o sobredito autor, há que se observar que a pesquisa quantitativa deve ser entendida como aquela em que se emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema, bem como pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Tendo como foco atender a nossa questão de partida e considerando a sua abrangência, optamos pela utilização de uma abordagem quanti-qualitativa, por ser um método que associa análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, o que proporciona uma melhor compreensão do objeto de estudo e consequentemente facilita a interpretação dos dados obtidos (Figueiredo, 2008).

Nesse aspecto, afirmam Laville e Dione (1999, p. 43):

“Na realidade, esse debate, ainda que muito presente, parece frequentemente inútil e até falso. Inútil, porque os pesquisadores aprenderam, há muito tempo, a conjugar suas abordagens conforme as necessidades. Vê-se agora pesquisadores de abordagem positivista deixar de lado seus aparelhos de quantificação de entrevistas, de observações clínicas, etc., e inversamente, vê-se pesquisadores adversários da pesquisa positivista que não procedem de outro modo quando é possível tratar numericamente alguns de seus dados para melhor garantir sua generalização.”

No dizer de Minayo (1993, p. 240), “ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares.”

Ainda segundo Minayo (1993, p.247):

“se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.”

Atualmente, observa-se no meio científico uma tendência que aponta para o surgimento de um novo modelo metodológico, o método misto, que é capaz de suprir satisfatoriamente as necessidades do pesquisador, qual seja o modelo quanti-qualitativo (Gomes; Araújo, 2005).

Quanto ao método misto, Creswell (2015, p. 22) considera que uma definição para métodos mistos deve incorporar muitos pontos de vista diferentes, “Ela combina métodos, uma filosofia e uma orientação do projeto de pesquisa. Também destaca os componentes fundamentais que entram no planejamento e na condução de um estudo de métodos mistos”. Assim, arremata Creswell (2015, p. 22), informando que o pesquisador:

“- coleta e analisa de modo persuasivo e rigoroso tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos (tendo por base as questões de pesquisa);  
- mistura (ou integra ou vincula) as duas formas de dados concomitantemente, combinando-os (ou misturando-os) de modo sequencial, fazendo um construir o outro ou incorporando um no outro;  
- da prioridade a uma ou ambas as formas de dados (em termos do que a pesquisa enfatiza);  
- usa esses procedimentos em um único estudo ou em múltiplas fases de um programa de estudo;  
- estrutura esses procedimentos de acordo com visões de mundo filosóficas e lentes teóricas; e  
- combina os procedimentos em projetos de pesquisa específicos que direcionam o plano para a condução do estudo.”

### 2.3. *Locus* da Pesquisa

**Figura 1 – Estado do Rio Grande do Norte**



O Estado do Rio Grande do Norte, localizado no nordeste do Brasil, faz fronteira com os estados do Ceará e da Paraíba. O Rio Grande do Norte possui 167 municípios e tem como capital do Estado a cidade do Natal.

As quatro Instituições de Ensino Superior estudadas são: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Potiguar (UNP) e Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte foi criada, na cidade de Mossoró, no ano 1968. Nasceu com o nome de Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), vinculada à Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN). Em 15 de dezembro de 1999, sua denominação foi alterada para Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

A instituição possui seis *campi* no Estado do Rio Grande do Norte, conta com 31 cursos de graduação. Registre-se que a referida instituição possui dois cursos de direito, sendo um sediado em Natal/RN e outro em Mossoró/RN, sendo apenas este último objeto de nosso estudo.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido foi criada, na cidade de Mossoró, no ano de 1967. Nasceu com o nome de Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM). No ano de 2005 sua denominação foi alterada para Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

A instituição possui quatro *campi* no Estado do Rio Grande do Norte, conta com 31 cursos de graduação. Registre-se que a referida instituição possui apenas um curso de direito, sediado em Mossoró, o qual será objeto de nosso estudo.

A Universidade Potiguar foi criada, na cidade de Natal, no ano de 1981. Nasceu com o nome de Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (UNIPEC). No ano de 1996 sua denominação foi alterada para Universidade Potiguar (UnP).

A instituição possui quatro *campi* no Estado do Rio Grande do Norte, conta com 87 cursos de graduação. Registre-se que a referida instituição possui três cursos de direito, sendo dois sediados em Natal/RN e um em Mossoró/RN, sendo apenas este último objeto de nosso estudo.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi foi criada, na cidade de Mossoró, no ano de 2001. A instituição possui apenas um *campus* no Estado do Rio Grande do Norte, conta com quatro cursos de graduação, dos quais somente o curso de direito será objeto de nosso estudo.

## **2.4. Sujeitos da Pesquisa**

Foram escolhidas três disciplinas de cada Instituição de Ensino Superior estudada, o que importaria na entrevista de 12 (doze) professores, no total. Porém, observou-se que em duas instituições de ensino superior inexistia na grade curricular a disciplina de direito agrário, o que reduziu nossa pesquisa para 10 (dez) professores.

O critério de inclusão dos docentes residiu em estarem ministrando disciplinas foco desta pesquisa.

Já os critérios para a escolha dos alunos a responderem os questionários foi estarem cursando o último ano do curso de direito de cada IES pesquisada, não havendo qualquer critério quanto a sexo, faixa etária, etc., sendo utilizados um total de 83 discentes.

## **2.5. INSTRUMENTOS DE COLETA DA PESQUISA**

Os dados da presente investigação foram coletados através de entrevista semiestruturada e questionário.

### **2.5.1. Questionário**

O questionário é um instrumento de investigação muito utilizado para facilitar o conhecimento acerca de determinada população, assim como para a compreensão de alguns fatores sociais que, de outro modo, seriam difíceis de avaliar.

Para Laville e Dionne (1999, p.183) o questionário é um instrumento “econômico e que permite alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas”.

De acordo com Richardson (2010, p. 189) o questionário é o mais comum dos instrumentos de coleta de dados quando se trata da obtenção de informações acerca de grupos sociais e possui como principais funções “descrever as características e medir determinadas variáveis em um grupo social.”

Ainda segundo Richardson (2010, p. 190), existem duas espécies de classificações para os questionários, sendo estas de acordo com o tipo de pergunta feita aos entrevistados, quais sejam: “questionários de perguntas fechadas, questionários de perguntas abertas e questionários que combinam ambos os tipos de perguntas e questionários e pelo modo de aplicação do questionário, ou seja, por contato direto e por correio.”

### **2.5.2. Adaptação do Questionário**

O questionário foi adaptado do autor Santos Neto (2013), de quem requeremos e obtivemos autorização (Apêndice I).

O questionário Original consta de 15 (quinze) questões que foram organizadas em sequência de afinidade de forma a facilitar a compreensão lógica dos alunos que o responderam, e também, para proporcionar uma maior eficiência na catalogação e exposição dos dados obtidos. Assim o questionário foi organizado da seguinte maneira: as questões 01, 02 e 03 abordam aspectos conceituais para que fosse possível perceber o nível de compreensão dos alunos acerca do tema da pesquisa; as questões 04, 05, 06, 07 e 08 destacam as ações de cunho ambiental possivelmente desenvolvidas pela/na escola e salientam a participação dos professores no desenvolvimento dessas ações, de forma a comprovar a vivência desses temas; as questões 09,10, 11, 12 e 13 têm como foco as disciplinas de Português, História e Ciências, para que fosse possível descobrir o nível de engajamento dos profissionais em educação representantes das três áreas de conhecimento no desenvolvimento dessas ações; por fim as questões 14 e 15 expõem a participação e o interesse dos alunos sobre a EA trabalhada de forma transversal no ambiente escolar, visando descobrir o nível de percepção e importância dado ao tema em questão.

**Quadro 2 – Descrição das variáveis do questionário original de Santos Neto (2013) aplicado aos alunos**

Descrição das variáveis do questionário aplicado aos alunos	
<b>Q01</b>	Conceito de Meio Ambiente.
<b>Q02</b>	Conceito de EA.
<b>Q03</b>	Conceito de Tema Transversal.
<b>Q04</b>	Ações de Educação Ambiental realizadas na escola.
<b>Q05</b>	Utilização de temas ambientais na escola.
<b>Q06</b>	Datas comemorativas vivenciadas na escola.
<b>Q07</b>	Atividades ecológicas desenvolvidas pela escola.
<b>Q08</b>	Participação dos professores nas ações ambientais desenvolvidas pela escola.
<b>Q09</b>	Disciplinas mais presentes nas ações ambientais desenvolvidas pela escola.
<b>Q10</b>	Disciplinas que já abordaram temas referentes ao Meio Ambiente e EA.
<b>Q11</b>	Presença do tema meio ambiente nas aulas de Português.
<b>Q12</b>	Relações de fatos históricos com questões ambientais nas aulas de História.
<b>Q13</b>	Atividades de Educação Ambiental desenvolvidas em Ciências.
<b>Q14</b>	Participação dos alunos nas atividades de EA desenvolvidas pela escola.
<b>Q15</b>	Interesse dos alunos em trabalhar o tema Meio Ambiente nas disciplinas.

Fonte: Questionários aplicados em 2011

O tipo de questionário escolhido para utilização no presente estudo foi o de perguntas abertas e fechadas e por contato direto.

A metodologia de apresentação foi a mesma para todas as IES visitadas. Em todas as IES, pedimos autorização aos gestores do curso para visitarmos os alunos em intervalos das aulas, sempre nas turmas do último semestre letivo, onde foram visitadas 01 (uma) turma em cada IES; na IES 1 fizemos a aplicação com 13 (treze) alunos; na IES 2 fizemos a aplicação com 27 (vinte e sete) alunos; na IES 3 fizemos a aplicação com 20 (vinte) alunos; na IES 4 fizemos a aplicação com 23 (vinte e três) alunos. Ao todo as quatro IES juntas somaram um total de 83 (oitenta e três) alunos respondentes ao questionário.

### **2.5.3. Entrevista**

Após a busca pelo respaldo em um aporte teórico, foi realizada a pesquisa de campo por meio de entrevista, a qual Richardson (2010, p. 207) define da seguinte forma:

“O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas.”

De acordo com Laville e Dione (1999, p. 190) “a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais marcantes no âmbito das ciências sociais.” É possível, por meio da entrevista, obterem-se informações “acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.” (Selltize et al., 1967; p. 273 apud Gil, 2011; p. 109)

Entrevista é, portanto, uma forma de interação social. É a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe faz perguntas, com o objetivo de coletar dados que interessam à investigação (Gil, 2011).

Sobre as facetas que envolvem a entrevista, afirmam, ainda, Laville e Dione (1999, p. 187) que:

“A entrevista oferece maior amplitude do que o questionário, quanto à sua organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados, os entrevistadores permitem-se, muitas vezes, explicitar algumas questões no curso da entrevista, reformulá-las para atender às necessidades do entrevistado. Muitas vezes, eles mudam a ordem das perguntas em função das respostas obtidas, a fim de assegurar mais coerência em suas trocas com o interrogado. Chegam até a acrescentar perguntas para fazer precisar uma resposta ou para fazê-la aprofundar.”

O tipo de entrevista escolhido para utilização no presente estudo é denominada de semi-estruturada, a qual é definida por Trivín (1987, p. 146) como:

“aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.”

A entrevista semi-estruturada formulada na presente investigação foi constituída por questões previamente elaboradas, através de um guião (apêndice V), porém não rígidas, permitindo que o entrevistador fizesse as necessárias adaptações. Através desse recurso metodológico buscou-se identificar o conhecimento dos professores das disciplinas de Direito Ambiental, Direito Agrário e Ética do curso de direito, acerca da temática de educação ambiental no âmbito da sustentabilidade.

### Quadro 3 – Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores

<b>Q1</b>	<b>Identificação pessoal e profissional dos professores (idade, gênero, tempo de formação e tempo na instituição pesquisada)</b>
<b>Q2</b>	Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas
<b>Q3</b>	Concepção dos docentes sobre sustentabilidade
<b>Q4</b>	Sustentabilidade, prática pedagógica e meio ambiente

Os questionamentos apresentados aos sujeitos referiam-se sobre a presença do tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, nas atividades desenvolvidas em sala de aula; qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada; qual a relação feita entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito; qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada; qual a relação existente entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito e, finalmente, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado na prática cotidiana de sala de aula.

#### 2.6. Procedimento da Pesquisa

Inicialmente realizamos uma pesquisa através dos *sites* de *internet* das Instituições de Ensino Superior pesquisadas, nas respectivas matrizes curriculares do curso de direito, em específico nas ementas das diversas disciplinas que compõem o curso, sejam disciplinas obrigatórias, sejam eletivas (facultativas).

A amostra de disciplinas foi escolhida tendo por base dois critérios: Primeiro, verificou-se nas ementas das disciplinas lecionadas no curso de direito quais disciplinas faziam referência à temática ambiental, sendo coincidentes as disciplinas de Direito Ambiental e Direito Agrário.

De forma a enriquecer a pesquisa, optamos por acrescentar uma disciplina básica, que tivesse a característica de provocar debates sobre aspectos sociais, morais e filosóficos nos alunos. Nesse contexto, a disciplina de ética apresenta-se como capaz de provocar tais questões. Assim, a escolha da disciplina que envolvesse a temática da ética teve por escopo uma escolha analítica, baseada em conhecimentos doutrinários acerca da ética moderna, em que se considera imprescindível o estudo da ética ambiental na sociedade atual.

Acrescente-se que a disciplina de ética recebe nomenclatura distinta nas matrizes curriculares das IES pesquisadas, sendo apresentada como “Ética Profissional, Fundamentos de Filosofia e Ética, Ética geral e Profissional ou como Introdução à Filosofia e Ética.



As entrevistas com os docentes foram presenciais, com a participação do entrevistador realizando as perguntas pré-estabelecidas no guião de entrevistas, com intervenções, quando necessário, para instigar no entrevistado respostas condizentes com o objeto de estudo pesquisado.

Após delimitarmos as disciplinas a serem estudadas, através da observação da pertinência temática das ementas das disciplinas e matrizes curriculares do curso, passamos a identificar quais seriam os alunos que melhor responderiam ao objetivo proposto no presente estudo.

Analisando a estrutura e organização das IES pesquisadas, entendemos ser conveniente questionar os alunos concluintes do curso de direito de cada Instituição de Ensino estudada, haja vista ser maior o aproveitamento em pesquisar alunos que já tivessem tido acesso ao maior número de disciplinas ofertadas durante o curso de direito.

Os questionários foram apresentados aos alunos pessoalmente pelo entrevistador, sendo explicado o objetivo da pesquisa, após a recoha do questionário para análise das respostas.

## **2.7. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS**

### **2.7.1. Pesquisa Quantitativa/Mapeamento Estatístico**

Objetivando a análise dos dados foi construído um banco no programa EPI INFO, versão 3.5.2, o qual foi exportado para o software SPSS, versão 17, onde foi realizada a análise. Para avaliar a distribuição da percepção dos alunos acerca da vivência do estudo de temas relacionados ao meio ambiente e as temáticas trabalhadas; a percepção dos alunos acerca do envolvimento da IES na realização de ações e utilização de temas voltados para educação ambiental durante as aulas e a opinião dos alunos acerca da importância do estudo da educação ambiental no curso e o uso do tema sustentabilidade nas disciplinas do curso, foram calculadas as frequências percentuais e construídas as distribuições de frequência. A comparação da opinião/percepção dos alunos, acerca dos fatores avaliados, entre as instituições consideradas no estudo, foi feita pela tabela de contingência e aplicação do teste Exato de Fisher. Todas as conclusões foram tiradas considerando o nível de significância de 5%.

### 2.7.2. Pesquisa qualitativa

Para análise dos dados obtidos através das entrevistas, foi utilizada a linha teórica da Análise do Discurso, a fim de analisar as construções ideológicas presentes nos discursos dos professores das disciplinas de direito ambiental, direito agrário e ética das instituições de ensino superior do município de Mossoró.

A escolha desta técnica justifica-se pelo fato de trazer à baila os sentidos e os significados dos discursos dos docentes.

Fairclough (2001, p. 90) assevera que discurso é “o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. Orlandi (2013, p. 15), por sua vez, aduz que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.”

Sobre discurso, Foucault (2005, p. 54) assevera que:

“Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.”

A análise do discurso, de acordo com Caregnato e Mutti (2006, p. 680) “trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido.”

Ainda sobre o tema, as sobreditas autoras (p.681) afirmam que:

“o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar.”

Para Foucault (2005, p. 171), a Análise do Discurso significa “fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que elas desempenham; é

manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.”

A análise do discurso, portanto, não trata resumidamente da língua e/ou da gramática. Ela trata efetivamente do discurso, o que no dizer de Orlandi (2013, p. 15), “é uma palavra em movimento, é uma prática de linguagem. Não há começo absoluto ou ponto final para o discurso.”

## **CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

### **3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA**

Para análise dos dados foi construído um banco no programa EPI INFO, versão 3.5.2, o qual foi exportado para o software SPSS, versão 17, onde foi realizada a análise. Para avaliar a distribuição da percepção dos alunos acerca da vivência do estudo de temas relacionados ao meio ambiente e as temáticas trabalhadas; a percepção dos alunos acerca do envolvimento da IES na realização de ações e utilização de temas voltados para educação ambiental durante as aulas e a opinião dos alunos acerca da importância do estudo da educação ambiental no curso e o uso do tema sustentabilidade nas disciplinas do curso, foram calculada as frequências percentuais e construídas as distribuições de frequência. A comparação da opinião/percepção dos alunos, acerca dos fatores avaliados, entre as instituições consideradas no estudo, foi feita pela tabela de contingência e aplicação do teste Exato de Fisher. Todas as conclusões foram tiradas considerando o nível de significância de 5%.

#### **3.1.1. Distribuição da vivência dos alunos na vida acadêmica com temas relacionados ao meio ambiente na IES e as temáticas trabalhadas, segundo a universidade/faculdade onde estuda.**

Na tabela 1 temos a distribuição da percepção dos alunos acerca da vivência do estudo de temas relacionados ao meio ambiente e as temáticas trabalhadas, segundo a universidade/faculdade onde estuda. Verifica-se que a maioria dos alunos afirmou que durante a vida acadêmica já estudou temas relacionados ao meio ambiente no curso de direito (73,5%). Tal prevalência foi maior na UNP (95,0%), seguida da UERN (85,2%) e MATER CHRISTI (56,6%). Na UFERSA o percentual de alunos que afirma trabalhar com temas relacionados ao meio ambiente foi de 46,2%. O teste de homogeneidade da opinião dos alunos das faculdades/universidade avaliadas foi significativo ( $p\text{-valor} = 0,004$ ), indicando que na UNP e UERN a prevalência do uso de temas relacionados ao meio ambiente é relevantemente maior do que as demais instituições.

O resultado em geral se mostra satisfatório, pois os alunos, em sua maioria (73,5%), afirmam que durante a vida acadêmica já estudou temas relacionados ao meio ambiente no curso de direito. Porém, especialmente no que pertine à UFERSA, o resultado é preocupante. Por ser uma Universidade Rural, a expectativa seria de haver um numero mais elevado de resposta positiva aos estudos relacionados ao tema meio ambiente, e não uma resposta de

46,2%, pois as universidades rurais têm a característica de promover maior interação e estudo de temáticas voltadas ao meio de vida rural, impossível de dissociar dos temas que envolvem meio ambiente.

Reigota (2008, p. 09) reforça a ideia de que a responsabilidade de educar para a sustentabilidade é de todos, não se limitando apenas a disciplinas específicas da área ambiental, considerando que “é cada vez mais consensual a ideia de que o tema ‘Meio Ambiente’ pode ser estudado em todas as áreas do conhecimento presentes no cotidiano escolar...”.

Acerca da frequência da abordagem da educação ambiental na temática meio ambiente, a maioria dos alunos afirmaram que as vezes ocorre tal abordagem (45,8%) e 33,7% dos alunos avaliados afirmaram que essa abordagem é frequente. Ao avaliar por instituição observa-se que na UNP e UFERSA houve maior prevalência da afirmação dos alunos quanto a grande frequência da abordagem da educação ambiental na temática meio ambiente (65,0% e 46,2%, respectivamente). Na instituição MaterCristi e UERN a maior prevalência foi da resposta "às vezes" para essa questão avaliada (56,5% e 55,6, respectivamente). O teste de homogeneidade da opinião dos alunos das faculdades/universidade avaliadas não pode ser calculado, porém, observa-se proximidade na prevalência de respostas dos alunos das instituições indicando possível igualdade de opinião acerca da frequência da abordagem da educação ambiental dentro da temática meio ambiente.

Quanto à abordagem da EA na temática relacionada ao Meio Ambiente, entendemos que, nas quatro instituições de ensino estudadas, a EA mostrou-se pouco presente, sendo frequente em apenas 33,7% dos alunos. Mais uma vez, destacamos o fraco desempenho da UFERSA neste quesito, quando esperava-se um melhor resultado, diante da peculiaridade de ser uma Universidade Rural.

Registramos a UNP como IES que possui os melhores resultados, sendo a IES em que notou-se maior presença da temática da EA nos temas relacionados ao Meio Ambiente.

Preocupa o fato da pouca presença da EA na temática relacionada ao meio ambiente, evidenciando deficiência na forma como estes alunos estão sendo apresentados à temática, o que, no dizer de Jacobi (2005, p. 244), “a dimensão ambiental representa a possibilidade de lidar com conexões entre diferentes dimensões humanas, possibilitando entrelaçamentos e trânsitos entre múltiplos saberes. Atualmente, o desafio de fortalecer uma educação para a cidadania ambiental convergente e multi-referencial se coloca como prioridade para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a crise ambiental e os problemas sociais. Assim, o entendimento sobre os

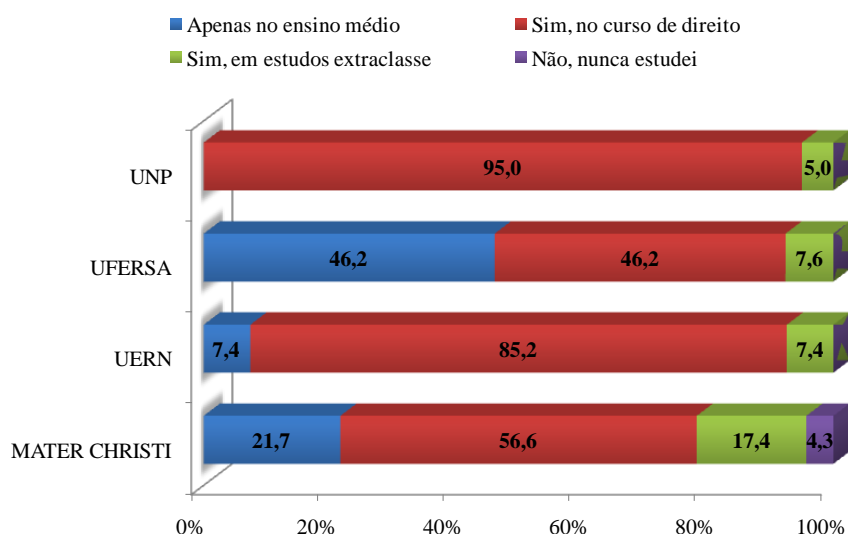
problemas ambientais se dá por meio da visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construídos, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse”.

Acerca da frequência da abordagem da sustentabilidade na temática meio ambiente, a maioria dos alunos da UNP, UFRSA e UERN afirmaram que essa abordagem ocorre com frequência (75,0%, 46,2% e 40,8%, respectivamente). Na instituição Mater Christi a maioria dos alunos afirmaram que tal abordagem ocorre às vezes (43,5%). O teste de homogeneidade da opinião dos alunos das faculdades/universidade avaliadas não foi significativo ( $p$ -valor = 0,064), indicando que a abordagem da sustentabilidade dentro da temática meio ambiente ocorre de forma semelhante nas instituições avaliadas e que tais abordagens ocorrem frequentemente/as vezes.

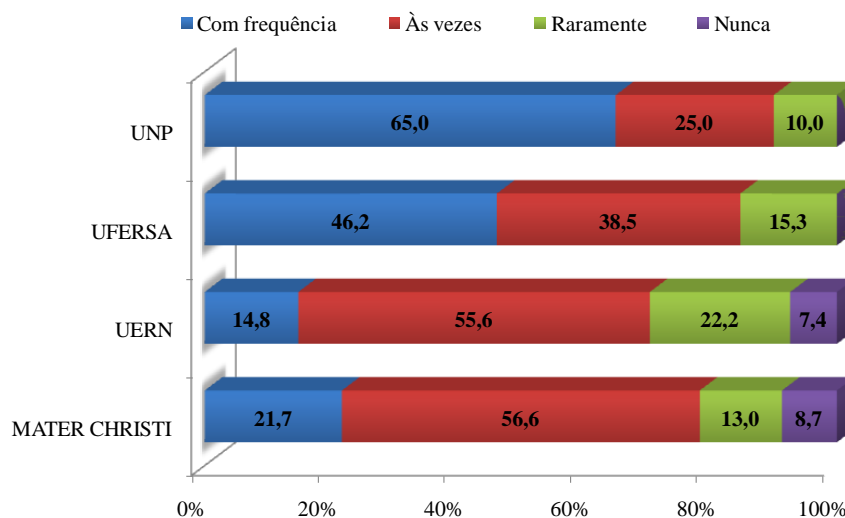
Mais uma vez, a UNP se mostra com maior presença positiva quanto aos questionamentos, neste caso, quanto à presença da sustentabilidade na temática ambiental.

Leff (2007, p. 15) bem situa a importância da temática da sustentabilidade, como princípio a ser observado, afirmando que o “princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza.”

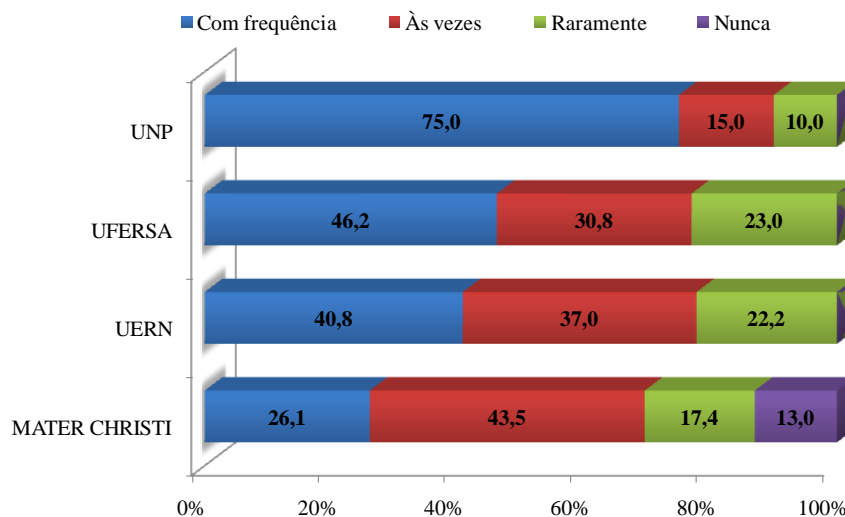
**Figura 2. Distribuição da vivência dos alunos na vida acadêmica com temas relacionados ao meio ambiente na IES.**



**Figura 3. Distribuição da frequência da abordagem da educação ambiental dentro do tema meio ambiente na IES.**



**Figura 4. Distribuição da frequência da abordagem da sustentabilidade dentro do tema meio ambiente na IES.**



**Tabela 1. Distribuição da percepção dos alunos acerca da vivência do estudo de temas relacionados ao meioambiente e as temáticas trabalhadas, segundo a universidade/faculdade onde estuda.**

Fator avaliado	TOTAL n(%)	Universidade/faculdade				p-valor
		MATER CHRISTI	UERN	UFERSA	UNP	
<b>Q1 - Na sua vida acadêmica, você já estudou temas relacionados ao meio ambiente.</b>						
Apenas no ensino médio	13(15,7%)	5(21,7%)	2(7,4%)	6(46,2%)	0(0,0%)	0,004 <sup>2</sup>
Sim, no curso de direito	61(73,5%)	13(56,6%)	23(85,2%)	6(46,2%)	19(95,0%)	
Sim, em estudos extracurriculares	8(9,6%)	4(17,4%)	2(7,4%)	1(7,6%)	1(5,0%)	
Não, nunca estudei	1(1,2%)	1(4,3%)	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	
<b>Q2 - Dentro da temática meio ambiente, a educação ambiental foi abordada.</b>						
Com frequência	28(33,7%)	5(21,7%)	4(14,8%)	6(46,2%)	13(65,0%)	-
Às vezes	38(45,8%)	13(56,6%)	15(55,6%)	5(38,5%)	5(25,0%)	
Raramente	13(15,7%)	3(13,0%)	6(22,2%)	2(15,3%)	2(10,0%)	
Nunca	4(4,8%)	2(8,7%)	2(7,4%)	0(0,0%)	0(0,0%)	
<b>Q3 - Dentro da temática meio ambiente, a sustentabilidade foi abordada.</b>						
Com frequência	38(45,8%)	6(26,1%)	11(40,8%)	6(46,2%)	15(75,0%)	0,064 <sup>2</sup>
Às vezes	27(32,5%)	10(43,5%)	10(37,0%)	4(30,8%)	3(15,0%)	
Raramente	15(18,1%)	4(17,4%)	6(22,2%)	3(23,0%)	2(10,0%)	
Nunca	3(3,6%)	3(13,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	

<sup>1</sup>p-valor do teste Exato de Fisher (se p-valor < 0,05 a opinião dos alunos acerca do fator avaliado difere entre as instituições). - Não foi possível aplicar o teste.

### 3.1.2. Distribuição da percepção dos alunos acerca do envolvimento da IES na realização de ações e utilização de temas voltados para educação ambiental durante as aulas, segundo a universidade/faculdade onde estuda

Na tabela 2 temos a distribuição da percepção dos alunos acerca do envolvimento da IES na realização de ações e utilização de temas voltados para educação ambiental durante as aulas, segundo a universidade/faculdade onde estuda. Verifica-se que a maioria dos alunos afirmaram que raramente são realizadas ações de educação ambiental na IES (42,2%). Ao observar as prevalências por instituição temos que na UERN, UFERSA e UNP a maioria dos alunos concordaram que as ações ambientais ocorrem de forma rara (59,3%, 53,8% e 45,0%, respectivamente). Na instituição Mater Christi a maior prevalência foi de alunos que afirmaram que as ações de educação ambiental ocorre com frequência (39,2%). O teste de homogeneidade não pôde ser aplicado o que impossibilita a comparação dessa opinião entre as instituições.

Em relação aos momentos que é percebida maior utilização de temas ambientais pela IES, a maioria dos alunos citaram o seminário como sendo o evento de maior uso desta abordagem (38,6%). Na Mater Christi, UFERSA e na UNP houve concordância de opinião da



maioria dos alunos (52,2%, 46,2% e 50,0%) ao indicar os seminários como momento de maior utilização dos temas ambientais pela IES. Na instituição UERN a maior prevalência foi do uso de temas ambientais em outros momentos que não sejam datas comemorativas, seminários e palestras (33,4%). Os itens citados como outros pelos alunos da UERN foram: Disciplina/aula e desastre ambiental.

Neste ponto do questionário, consideramos que os projetos extra classe pouco trazem dentre suas temáticas os temas relativos à temática ambiental. Nota-se, pois, a ausência ou a pouca prática do conceito da transversalidade no estudo da temática ambiental, na contramão do que leciona os teóricos como Yus (1998, p. 17), conceituando os temas transversais como “um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que não estando ligados em nenhuma matéria em particular, pode-se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar disciplinas novas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola”.

Bursztyn (2004, p. 70) reforça a importância da temática, ao afirmar que:

“após décadas de especialização, fragmentação, compartimentalização e auto-enclausuramento das ciências disciplinarizadas, a questão ambiental suscita um movimento reverso de des-especialização. A própria natureza e complexidade dos problemas a serem tratados no universo dos temas ambientais – sinergias, objetos mutantes, abrangências, interesses envolvidos, superposição de diferentes escalas, revisão de paradigmas consagrados etc. – exige que as competências a serem mobilizadas sejam amplas”.

Quanto a participação dos docentes quando são desenvolvidas ações ambientais na IES, a maioria dos alunos afirmaram que são poucos docentes que participam (56,3%). Olhando o opinião por instituição percebe-se que a UERN, UFERSA e UNP apresentaram maior prevalência de alunos afirmando que a participação dos docentes nas ações ambientais é mínima (74,1%, 75,0% e 52,7%). Na instituição Mater Christi a opinião mais prevalente dos alunos é que a maioria dos docentes participam das ações ambientais desenvolvidas IES (59,1%). O teste de homogeneidade foi significativo ( $p\text{-valor} = 0,005$ ), indicando que a participação dos docentes é mais efetiva na instituição Mater Christi do que nas demais instituições.

Quanto à disciplina que está mais presente nas ações ambientais, a maioria dos alunos afirmou que a disciplina de direito ambiental é a mais efetiva (86,6%). Ainda, observa-se que o teste de homogeneidade não foi significativo ( $p\text{-valor} = 0,269$ ), indicando que os alunos das instituições avaliadas apresentaram mesma opinião e com prevalência superior a 75% em cada instituição.

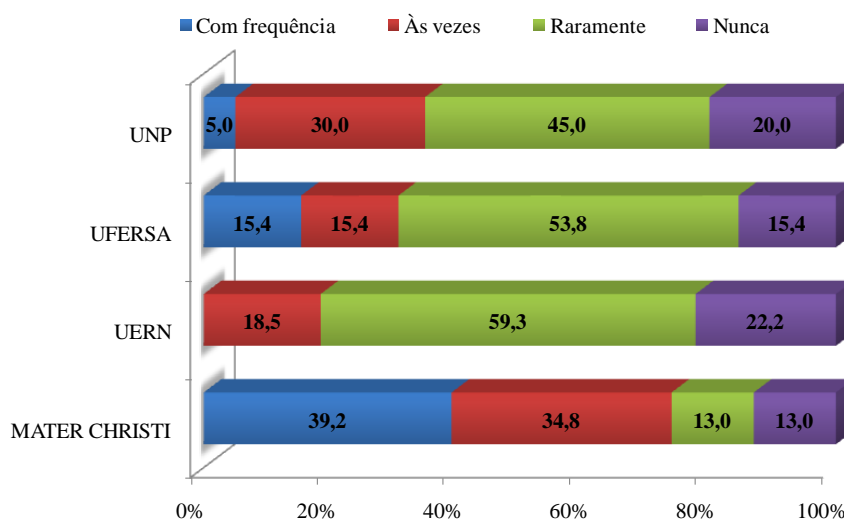
Este fator é relevante, demonstrando o pouco envolvimento dos docentes, de forma geral, com exceção dos docentes da disciplina direito ambiental, quanto a participação nas ações relacionadas a EA. Como dito, a Resolução CNE/CP 2/2012 sugere que a EA seja incluída nos currículos em todos os níveis de ensino: pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; ou pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. Reigota (2008, p. 09) leciona sobre o tema, considerando que:

“é cada vez mais consensual a ideia de que o tema ‘Meio Ambiente’ pode ser estudado em todas as áreas do conhecimento presentes no cotidiano escolar...”, assumindo dessa forma que a responsabilidade de educar para a sustentabilidade é de todos, não se limitando apenas a disciplinas específicas da área ambiental.”

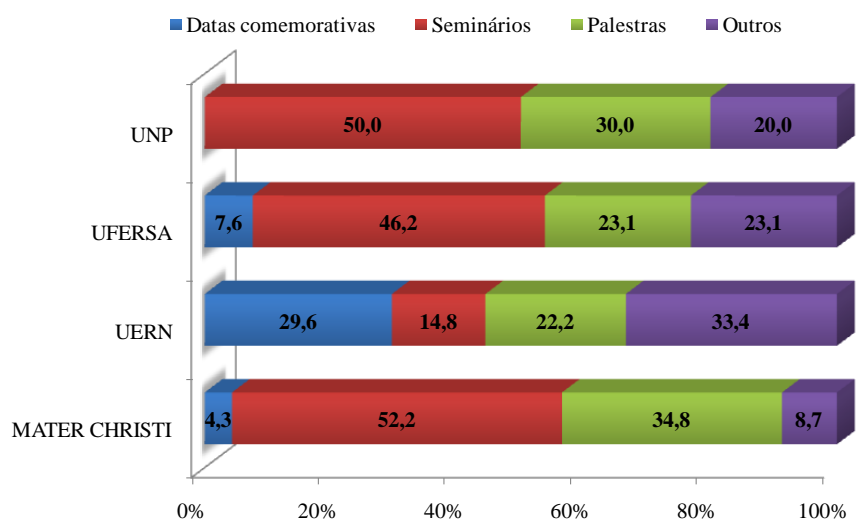
Morin (2002) vai mais além ao deixar claro que a educação não se limita apenas aos saberes científicos, mas acima de tudo está presente nas relações sociais permeadas pela ética e que são fundamentais à sobrevivência do planeta.

“Estamos comprometidos, na escala da humanidade planetária, na obra essencial da vida, que é resistir à morte. Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevida da humanidade. A consciência de nossa humanidade nesta era planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comisseração recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária.” (Morin, 2002, p.78)

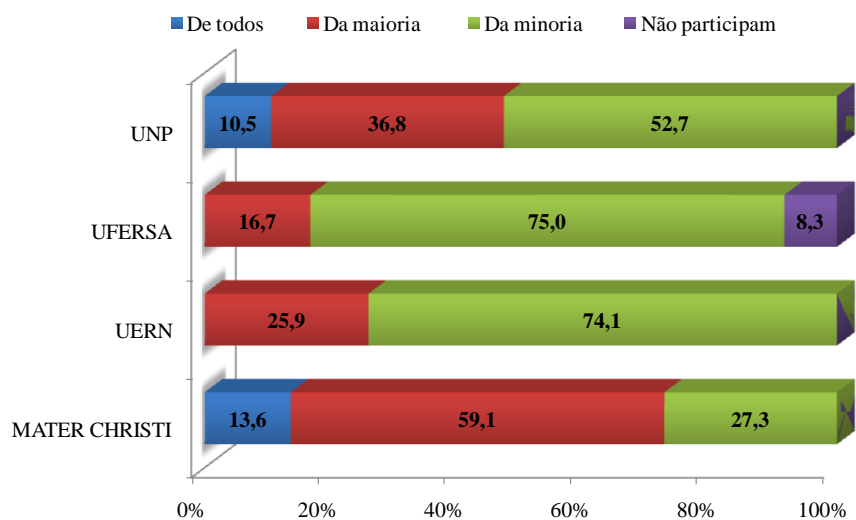
**Figura 5. Distribuição da frequência de realização de ações de educação ambiental na IES.**



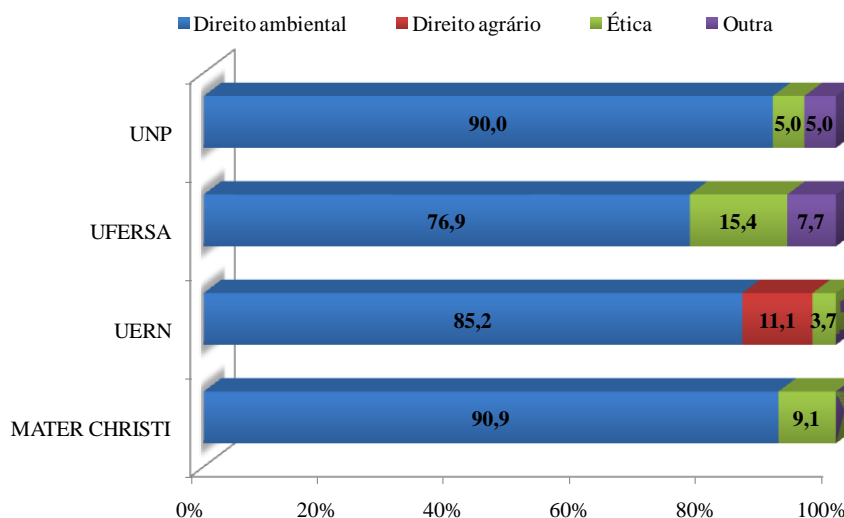
**Figura 6. Distribuição do momento de maior utilização de temas ambientais na IES.**



**Figura 7. Distribuição do nível de participação dos professores nas ações ambientais desenvolvidas na IES.**



**Figura 8. Distribuição da disciplina mais presentes nas ações ambientais desenvolvidas pelas IES.**



**Tabela 2. Distribuição da percepção dos alunos acerca do envolvimento da IES na realização de ações e utilização de temas voltados para educação ambiental durante as aulas, segundo a universidade/faculdade onde estuda.**

Fator avaliado	TOTAL n(%)	Universidade/faculdade				p-valor
		MATER CHRISTI	UERN	UFRSA	UNP	
<b>Q4 – Na IES que você estuda, são realizadas ações de educação ambiental.</b>						-
Com frequência	12(14,4%)	9(39,2%)	0(0,0%)	2(15,4%)	1(5,0%)	
Às vezes	21(25,3%)	8(34,8%)	5(18,5%)	2(15,4%)	6(30,0%)	
Raramente	35(42,2%)	3(13,0%)	16(59,3%)	7(53,8%)	9(45,0%)	
Nunca	15(18,1%)	3(13,0%)	6(22,2%)	2(15,4%)	4(20,0%)	
<b>Q5 – Em quais momentos você percebe uma maior utilização de temas ambientais na IES.</b>						-
Datas comemorativas	10(12,0%)	1(4,3%)	8(29,6%)	1(7,6%)	0(0,0%)	
Seminários	32(38,6%)	12(52,2%)	4(14,8%)	6(46,2%)	10(50,0%)	
Palestras	23(27,7%)	8(34,8%)	6(22,2%)	3(23,1%)	6(30,0%)	
Outros	18(21,7%)	2(8,7%)	9(33,4%)	3(23,1%)	4(20,0%)	
<b>Q6 – Quando são desenvolvidas ações ambientais na IES você percebe a participação dos professores.</b>						0,005 <sup>2</sup>
De todos	5(6,2%)	3(13,6%)	0(0,0%)	0(0,0%)	2(10,5%)	
Da maioria	29(36,3%)	13(59,1%)	7(25,9%)	2(16,7%)	7(36,8%)	
Da minoria	45(56,3%)	6(27,3%)	20(74,1%)	9(75,0%)	10(52,7%)	
Não participam	1(1,2%)	0(0,0%)	0(0,0%)	1(8,3%)	0(0,0%)	
<b>Q7 – Em geral, quais disciplinas você percebe mais presentes nessas ações.</b>						0,269 <sup>2</sup>
Direito ambiental	71(86,6%)	20(90,9%)	23(85,2%)	10(76,9%)	18(90,0%)	
Direito agrário	3(3,7%)	0(0,0%)	3(11,1%)	0(0,0%)	0(0,0%)	
Ética	6(7,3%)	2(9,1%)	1(3,7%)	2(15,4%)	1(5,0%)	
Outra	2(2,4%)	0(0,0%)	0(0,0%)	1(7,7%)	1(5,0%)	

Nota: <sup>1</sup>p-valor do teste Exato de Fisher (se p-valor < 0,05 a opinião dos alunos acerca do fator avaliado difere entre as instituições). - Não foi possível aplicar o teste.

### **3.1.3. Distribuição da opinião dos alunos acerca da importância do estudo da educação ambiental no curso e o uso do tema sustentabilidade nas disciplinas do curso**

Na tabela 3 temos a distribuição da opinião dos alunos acerca da importância do estudo da educação ambiental no curso e o uso do tema sustentabilidade nas disciplinas do curso. Verifica-se que a maioria dos alunos considera muito importante o estudo de educação ambiental nas disciplinas do curso (91,6%). Ainda, tal percepção é encontrada com alta prevalência em todas as instituições avaliadas (acima de 85%). Além disso, o teste de homogeneidade não foi significativo ( $p\text{-valor} = 0,352$ ), indicando que essa opinião é semelhante aos alunos de todas as instituições avaliadas.

Quanto à importância do entendimento da educação ambiental na vida quotidiana presente e futura, a maioria dos alunos considera muito importante tal conhecimento (92,6%). Ao avaliar a opinião dos alunos em cada instituição pesquisada, observa-se que a alta importância do entendimento ambiental foi citada por mais de 84% dos alunos. Além disso, o teste homogeneidade não foi significativo ( $p\text{-valor} = 0,476$ ), indicando que a opinião dos alunos sobre o grau de importância do entendimento da educação ambiental é semelhante nas instituições avaliadas.

Em relação à participação dos alunos nas atividades de educação ambiental, a maioria afirmou que participa por que gosta (64,2%). Tal representatividade da participação espontânea foi verificada em todas as instituições avaliadas. Ainda, observa-se que o teste de homogeneidade não foi significativo ( $p\text{-valor} = 0,557$ ), indicando que a maioria dos alunos das instituições avaliadas participam das atividades de educação ambiental pelo prazer de trabalhar tal tema.

Nesses itens, fica evidente que o interesse dos alunos na temática ambiental é positivo, diante da grande importância dada a educação ambiental nas disciplinas do curso (91,6 %), na vida quotidiana presente e futura (92,6 %), bem como na participação espontânea nas atividades de educação ambiental, tendo 64,2% afirmado que participam porque gostam.

Tal resultado coloca-se em lugar antagônico se analisados os quesitos anteriores quanto a participação dos docentes quando são desenvolvidas ações ambientais na IES, onde a maioria dos alunos afirmaram que são poucos docentes que participam (56,3%), chegando-se a considerar em alguns casos a opinião de alunos afirmando que a participação dos docentes nas ações ambientais é mínima.

Os resultados merecem reflexão por parte dos docentes, que estão, na opinião dos alunos, ausentes das ações desenvolvidas em matéria ambiental, quando os alunos declararam

achar importantes a temática tanto na vida acadêmica quanto na vida quotidiana. Como afirma Jacobi (2005, p. 246), o professor deve entender seu papel na formação da consciência crítica para a construção de uma cidadania ambiental:

“o desafio político-ético da educação ambiental, apoiado no potencial transformador das relações sociais, encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção de uma cidadania ambiental. Nesse sentido, o papel dos educadores e professores é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de uma visão crítica, de valores e de uma ética para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável”.

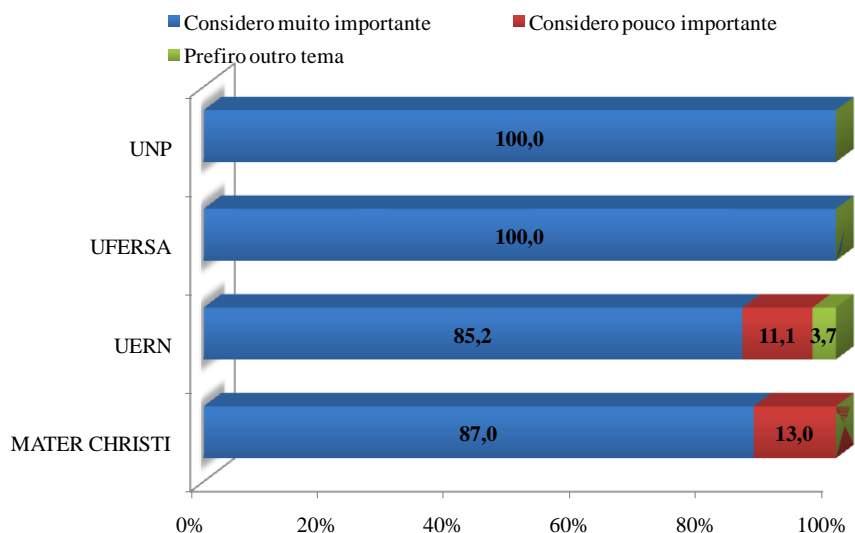
Quando perguntados o quanto interessante é o trabalhar do tema sustentabilidade em todas as disciplinas do curso, a maioria dos alunos afirmou que é interessante tal disseminação do tema entre as demais disciplinas do curso, pois é um tema importante para a vida humana (50,6%), porém, 47,0% dos alunos afirmaram que tal inclusão do tema em todas as disciplinas é interessante em parte, pois nem todas as disciplinas tem relação com o tema sustentabilidade. Ao avaliar tal questão por instituição, observa-se que na Mater Christi e UNP a maioria dos alunos afirmou que é interessante a inclusão em todas as disciplinas (56,5% e 60,0%, respectivamente). Na UERN e UFERSA a maioria dos alunos afirmou que a inclusão é interessante em parte (51,9% e 53,8%). Mesmo havendo pequena variação da opinião dos alunos sobre a inclusão do tema sustentabilidade em todas as disciplinas do curso, o teste de homogeneidade não foi significativo ( $p\text{-valor} = 0,66$ ), indicando que a opinião dos alunos das instituições avaliadas são semelhantes e dividem-se em incluir o tema na disciplinas do curso, em parte ou na totalidade.

Os resultados destas questões deixam claro que os alunos, apesar de entenderem importante o estudo da temática da educação ambiental, ainda não associam seu estudo ao desenvolvimento sustentável. Amartya Sen (2004), citado por Jacobi (2005, p. 235) acrescenta informações sobre a evolução do conceito de desenvolvimento, com incremento de um viés social e cultural.

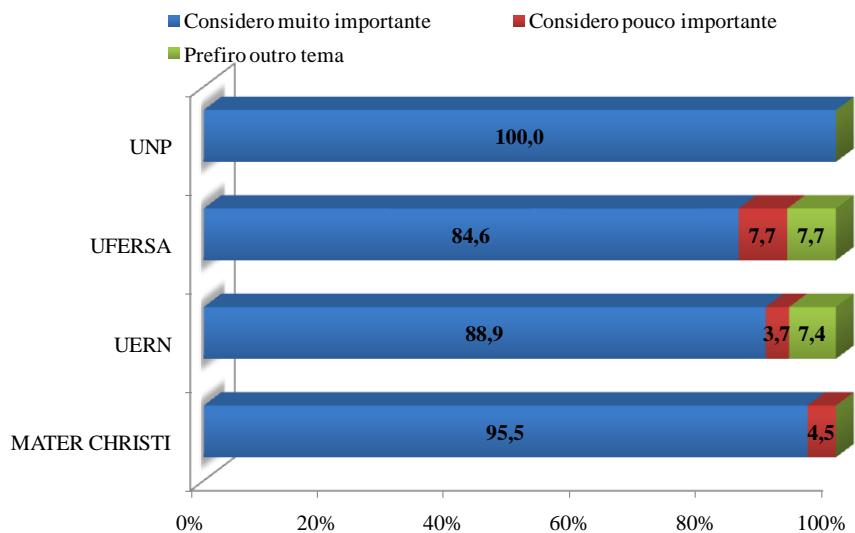
Relativizando os fatores materiais e os indicadores econômicos, Sen insiste na ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas. A base material do processo de desenvolvimento é fundamental, mas deve ser considerada como um meio e não como um fim em si. Além da capacidade produtiva, ao postular a melhoria da qualidade de vida em comum, a confiança das pessoas nos outros e no futuro da sociedade, destaca as possibilidades das pessoas levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar seu potencial criativo e contribuir efetivamente para a vida coletiva. Sen resume suas idéias sobre o desenvolvimento como as possibilidades que a cooperação e a solidariedade entre os membros da sociedade trazem ao transformar o crescimento econômico de destruidor das relações sociais em processo de

formação de capital social ou em “desenvolvimento como liberdade” (Sen, 2004). Para Sen, a expansão da liberdade é o principal fim e meio do desenvolvimento, e só há desenvolvimento quando os benefícios servem à ampliação das capacidades humanas. Segundo ele, isto requer que sejam superadas.

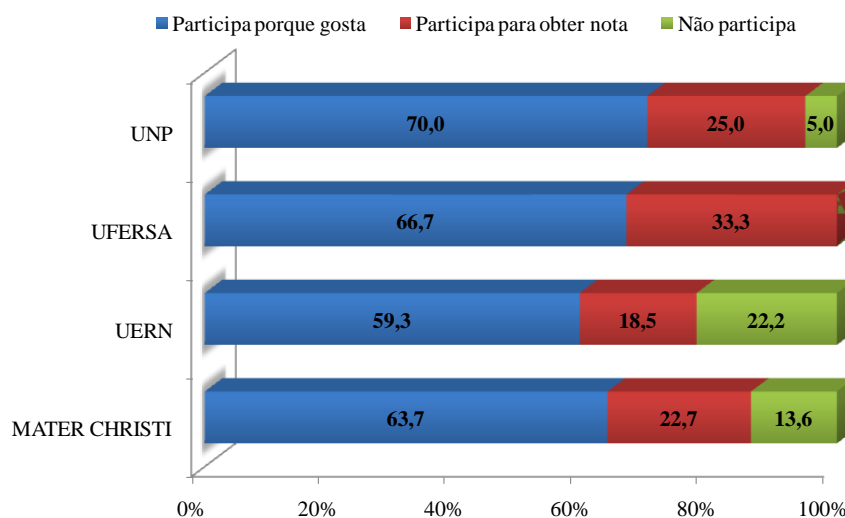
**Figura 9. Distribuição do grau de importância atribuído ao estudo de educação ambiental em disciplinas do curso.**



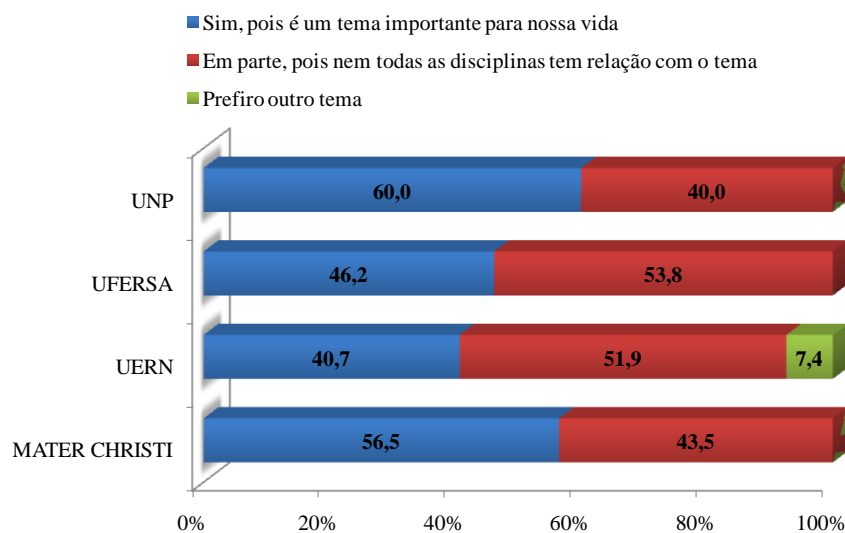
**Figura 10. Distribuição do grau de importância atribuído ao entendimento acerca da educação ambiental para a vida cotidiana.**



**Figura 11. Distribuição da motivação de participação dos alunos nas atividades de educação ambiental realizada na IES.**



**Figura 12. Distribuição do interesse do trabalho do tema sustentabilidade em todas as disciplinas do curso.**





**Tabela 3. Distribuição da opinião dos alunos acerca da importância do estudo da educação ambiental no curso e o uso do tema sustentabilidade nas disciplinas do curso, segundo a universidade/faculdade onde estuda.**

Fator avaliado	TOTAL n(%)	Universidade/faculdade				p-valor
		MATER CHRISTI	UERN	UFERSA	UNP	
<b>Q8 – Você considera importante o estudo de educação ambiental nas disciplinas do curso, ou poderia ser substituída por outro tema que você considera mais relevante.</b>						
Considero muito importante	76(91,6%)	20(87,0%)	23(85,2%)	13(100,0%)	20(100,0%)	0,352 <sup>2</sup>
Considero pouco importante	6(7,2%)	3(13,0%)	3(11,1%)	0(0,0%)	0(0,0%)	
Prefiro outro tema	1(1,2%)	0(0,0%)	1(3,7%)	0(0,0%)	0(0,0%)	
<b>Q9 – Na sua vida cotidiana, presente e futura, você considera importante o entendimento acerca da educação ambiental.</b>						
Considero muito importante	76(92,6%)	21(95,5%)	24(88,9%)	11(84,6%)	20(100,0%)	0,476 <sup>2</sup>
Considero pouco importante	3(3,7%)	1(4,5%)	1(3,7%)	1(7,7%)	0(0,0%)	
Prefiro outro tema	3(3,7%)	0(0,0%)	2(7,4%)	1(7,7%)	0(0,0%)	
<b>Q10 – Quando são desenvolvidas atividades de educação ambiental, você:</b>						
Participa porque gosta	52(64,2%)	14(63,7%)	16(59,3%)	8(66,7%)	14(70,0%)	0,557 <sup>2</sup>
Participa para obter nota	19(23,5%)	5(22,7%)	5(18,5%)	4(33,3%)	5(25,0%)	
Não participa	10(12,3%)	3(13,6%)	6(22,2%)	0(0,0%)	1(5,0%)	
<b>Q11 – Você acha interessante trabalhar o tema sustentabilidade em todas as disciplinas.</b>						
Sim, pois é um tema importante para nossa vida	42(50,6%)	13(56,5%)	11(40,7%)	6(46,2%)	12(60,0%)	0,656 <sup>2</sup>
Em parte, pois nem todas as disciplinas tem relação com o tema	39(47,0%)	10(43,5%)	14(51,9%)	7(53,8%)	8(40,0%)	
Prefiro outro tema	2(2,4%)	0(0,0%)	2(7,4%)	0(0,0%)	0(0,0%)	

<sup>1</sup>p-valor do teste Exato de Fisher (se p-valor < 0,05 a opinião dos alunos acerca do fator avaliado difere entre as instituições). - Não foi possível aplicar o teste.

## 3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

### 3.2.1. Formação Discursiva (FD) – Identificação do entrevistado

A partir das entrevistas realizadas com 10 professores que fizeram parte desta investigação, foi possível traçar um breve perfil dos mesmos, agrupando em uma FD “identificação do entrevistado”, abordando questões sobre idade, gênero, tempo de formação e tempo de formação da IES pesquisada.

#### Quadro 4 - Distribuição tabular da identificação pessoal e profissional dos professores

Professor	Idade	Gênero	Tempo de formação	Tempo na IES Pesquisada
P1	31 anos	Feminino	05 anos	03 anos
P2	38 anos	Masculino	15 anos	10 anos
P3	44 anos	Masculino	12 anos	05 anos
P4	32 anos	Feminino	06 anos	06 anos
P5	34 anos	Feminino	06 anos	03 anos
P6	30 anos	Masculino	07 anos	05 anos
P7	39 anos	Feminino	14 anos	11 anos
P8	29 anos	Feminino	07 anos	03 anos
P9	27 anos	Masculino	02 anos	03Meses
P10	42 anos	Masculino	09 anos	04 anos

Fonte: Entrevista realizada em 2016

Como se pode observar na tabela acima, existe um equilíbrio quanto a questão de gênero, onde percebemos igualdade quanto ao numero de professores dos gêneros masculino e feminino. Quanto à idade, observa-se profissionais contando em média, com 34,6 anos de idade. Considerando o tempo de formação, percebe-se a média de 8,3 anos, considerando-se a média de 05 anos na IES pesquisada.

#### 3.2.2 Formação Discursiva (FD) – Presença da Educação Ambiental nos conteúdos.

Através desta FD buscamos averiguar a presença da temática da Educação Ambiental nos conteúdos das disciplinas e de que forma ela vem sendo abordada pelos docentes. Buscou-se saber se a temática da EA é abordada de forma direta, inserida no conteúdo da disciplina, ou de forma transversal/interdisciplinar.

A Educação Ambiental é conteúdo obrigatório a ser ministrado em todos os níveis de ensino, conforme determina a Legislação Federal no Brasil (Plano Nacional de Educação) Lei 9.795/1999, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), traz ainda temas específicos quanto a operacionalização da EA nos diversos âmbitos educacionais, inclusive com disposições acerca da formação inicial de professores, quando preceitua em seu artigo 11, que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”, evidenciando o caráter transversal da educação ambiental nos diferentes espaços e tempos das instituições educacionais, sendo este artigo de observância obrigatória, requisito inclusive a ser observado pelo MEC para autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada”.

Dispostemos no quadro os excertos de depoimentos (ED) por ordem de disciplinas locionadas, sendo as disciplinas de direito ambiental identificadas de P1 a P4, direito agrário em P5 e P6, e as disciplinas relacionadas a ética de P 7 a P 10.

#### Quadro 5 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “presença da educação ambiental nos conteúdos”

FD: Presença da Educação Ambiental nos conteúdos das disciplinas	
Professor	Excerto de Depoimento (ED)
<b>P1</b>	“(…) O tema Educação Ambiental, eu não tenho aula específica (...)” “(…) mas o tema Educação Ambiental sempre está relacionado com as aulas, especialmente quando há exemplos de sustentabilidade no que tange a educação ambiental na sua vida, no seu próprio meio, mas eu não dou uma aula específica sobre esse assunto (...)” “(…) de forma transversal (...)”
<b>P2</b>	“(…) a gente reserva algo em torno de duas horas/aula para tratar especificamente só sobre educação ambiental (...)” “(…) o tema educação ambiental é pulverizado nas demais aulas (...)”
<b>P3</b>	“(…) Sim, esteve presente, curricularmente, quando nós tratamos dos princípios ambientais, no começo da primeira unidade, dos conteúdos, quando a gente tratou do princípio da educação ambiental, e depois esteve presente na política nacional do meio ambiente, sempre relacionado com o artigo 225 da Constituição, com essa obrigação de que o ensino público e privado trate dos temas da educação ambiental. Então todos os momentos esteve presentes na disciplina (...)”
<b>P4</b>	“(…) De forma direta a educação ambiental não é abordada, como um tema específico (...)” “(…) a educação ambiental não está no programa da disciplina (...)” “(…) a educação ambiental é visualizada no final de cada semestre, onde há o simpósio de gestão ambiental. Nesse simpósio sempre a gente oferece minicursos, dentre os minicursos um que está presente é o de educação ambiental (...)”
<b>P5</b>	“(…) O tema do meio ambiente ele entra no direito agrário de uma forma transversal (...)” “(…) elas não são o objeto de todas as normas, mas aparecem sempre nas atividades de direito agrário (...)”
<b>P6</b>	“(…) tem uma relação íntima com a pauta ambiental. Portanto, seja expressamente ou de maneira transversal o tema do meio ambiente sempre foi presente nas aulas. Não foi usual a terminologia “educação ambiental”, apesar da temática ter sido debatida a partir de outras perspectivas (...)” “(…) Acredito que a educação ambiental deveria assumir um papel central na formação dos alunos de direito, todavia, ainda é um tema secundarizado (...)”
<b>P7</b>	“(…) Interdisciplinaridade, observação de que o direito tem uma proteção ampla (...)”
<b>P8</b>	“Sim. Costumo trabalhar textos na 3ª unidade que tratam, dentre outros temas, da ética ambiental”
<b>P9</b>	“(…) A temática ambiental é presente na disciplina não de forma direta, mas sim transversal (...)” “(…) Acredito que o Curso de Direito, no modelo atual, deixa muito a desejar em termos de educação ambiental (...)”
<b>P10</b>	“(…) Não diretamente. A gente não tem na disciplina de filosofia e ética algo direcionado ou focado para as questões ambientais. Obviamente que a gente discute a vida do homem em sociedade, como é que ele deve proceder quando está em ambiente coletivo, a questão do fazer a coisa certa em sociedade, de seguir os valores éticos (...)”

Fonte: Entrevista realizada em 2016

No que tange a presença da educação ambiental nos conteúdos das disciplinas ministradas pelos entrevistados, estes demonstram, em sua maioria, que a temática da educação ambiental não é abordada de forma específica, como componente curricular. O pensamento quase unânime dos professores é que a educação ambiental é abordada de forma pulverizada durante as aulas, por vezes considerando o aspecto transversal ou interdisciplinar da abordagem da EA.

Nota-se que ainda que alguns dos entrevistados demonstram uma aproximação maior com a temática da Educação Ambiental, ao considerarem, por exemplo, reservarem carga horária específica para tratar de EA (P2), afirmar especialmente que a EA está presente “curricularmente” na disciplina (P3) e que tem uma relação íntima com a pauta ambiental (P6). Porém, alguns destes concluem suas falas considerando que a temática da Educação Ambiental é pulverizada (P2) e que “não foi usual a terminologia “educação ambiental”, apesar da temática ter sido debatida a partir de outras perspectivas” (P6), demonstrando contrariedade quanto a abordagem direta da EA na disciplina.

Até mesmo **P3**, o único que afirma haver uma presença curricular da Educação Ambiental, acaba por remeter a abordagem aos princípios ambientais, relacionando com a legislação que dispõe sobre a obrigatoriedade de que o ensino público e privado trate dos temas da educação ambiental, e não propriamente com conceitos e teóricos ligados a EA.

### **3.2.3 Formação Discursiva (FD) – Entendimento acerca da sustentabilidade nos conteúdos das disciplinas e no curso de direito.**

O objetivo desta FD é averiguar entendimento acerca da sustentabilidade nos conteúdos das disciplinas, bem como no curso de direito, especificamente de que forma ela é entendida pelos alunos. Buscou-se saber, na concepção dos docentes, qual o papel da Sustentabilidade tanto na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada, bem como no curso de direito.

Da mesma forma, organizamos no quadro os excertos de depoimentos (ED) por ordem de disciplinas lecionadas, sendo as disciplinas de direito ambiental identificadas de P1 a P4, direito agrário em P5 e P6, e as disciplinas relacionadas a ética de P 7 a P 10.

## Quadro 6 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “entendimento acerca da sustentabilidade nos conteúdos das disciplinas e no curso de direito”.

### FD: Entendimento acerca da sustentabilidade nos conteúdos das disciplinas e no curso de direito.

Professor	Excerto de Depoimento (ED)
<b>P1</b>	“(…) sustentabilidade, como elemento, ela está presente em todos os instrumentos de direito ambiental (...)” “(…) então a sustentabilidade, digamos assim, é um elemento que perpassa por tudo, todos os elementos de direito ambiental (...)” “(…) Eu espero que sim. Eu espero que eles tenham sim o entendimento acerca da sustentabilidade, especialmente quando eles fazem essa relação com o econômico (...)”
<b>P2</b>	“(…) A ideia da sustentabilidade, a meu ver, ela é um pouco mal compreendida (...)” “(…) essa visão é meio estanque, é separado mesmo, e acaba mantendo essa visão geral do que é educação e do que é sustentabilidade (...)”
<b>P3</b>	“(…) Não, eles não têm. Inclusive quando agente vai ministrar esses instrumentos de proteção ambiental, eles acham que tudo hoje é para não permitir a atividade econômica, embargar, eles não tem a noção de que deve ser permitido o crescimento econômico, eles não têm (...)” “(…) eles não sabem o que é o desenvolvimento sustentável enquanto princípio do direito ambiental (...)” “(…) Mas a todo momento o entendimento de sustentabilidade dos alunos precisa ser melhor explicado (...)”
<b>P4</b>	“(…) O tema sustentabilidade, diferente do enfoque primordial de educação, ele é mais explorado sim, principalmente pelo princípio do desenvolvimento sustentável (...)” “(…) eles saem da disciplina com uma importância da sustentabilidade muito grande (...)” “(…) Eles saem com uma visão da importância da sustentabilidade para si, bem como para as futuras gerações, que é quando a gente traz o princípio do desenvolvimento sustentável (...)”
<b>P5</b>	“(…) nós não temos temas específicos sobre sustentabilidade (...)” “(…) a gente pode relacionar também com a ideia da sustentabilidade, porque não adianta se falar em garantir uma produção agrária, se essa produção vai esgotar a terra, se daqui a pouco não se vai mais tirar a produção daquela terá (...)” “(…) também tem por obrigação sim, procurar nas suas atuações enxergar saídas jurídicas, ou formas, relações jurídicas enfim, que tenham também essa tendência, que fortaleçam vias sustentáveis, modos sustentáveis de vida (...)”
<b>P6</b>	“(…) Na verdade a sustentabilidade tem um papel importantíssimo para além da formação acadêmica, ela se insere na construção do sujeito enquanto inserido em uma sociedade (...)” “(…) Se o estudante tem uma preocupação maior com a questão ambiental ele será um profissional com atitudes mais protetivas, mas se ele não tem essa preocupação irá reproduzir em seu cotidiano as lógicas de devastação (...)”
<b>P7</b>	
<b>P8</b>	“(…) certamente será um profissional mais preparado para ser agente positivo da sociedade em que está inserido”
<b>P9</b>	“(…) se não pautarmos a nossa conduta de maneira sustentável com o planeta, as futuras gerações não terão onde morar (...)” “(…) Conhecimentos relacionados à sustentabilidade, apesar de não ser a meta principal do curso de formação jurídica, são nele imprescindíveis (...)”
<b>P10</b>	“(…) Uma coisa, pra mim, está ligada a outra, como falei: em preservação ambiental ou questões ambientais, o tema da sustentabilidade caminha lado a lado (...)”

Fonte: Entrevista realizada em 2016

A análise dos ED dos entrevistados mostra uma grande discordância de opiniões acerca do entendimento da sustentabilidade por parte dos alunos. Apesar de haver uma compreensão acerca da importância do entendimento sobre sustentabilidade por parte dos entrevistados, há incerteza sobre o entendimento dos alunos quanto ao conceito abordado.

Observemos a fala de P2 e P3 quando diz que “a ideia da sustentabilidade, a meu ver, ela é um pouco mal compreendida” ou “eles não sabem o que é o desenvolvimento sustentável enquanto princípio do direito ambiental” que se afirma categoricamente que os alunos não têm o correto entendimento acerca da temática da sustentabilidade.

Já P5 salienta a omissão quanto ao tema, informando que a disciplina não aborda temas específicos sobre sustentabilidade.

Nas demais falas, apesar de haver relato, por exemplo, da presença da sustentabilidade “em todos os instrumentos de direito ambiental” (P1), de que os alunos “saem da disciplina com uma importância da sustentabilidade muito grande” (P4), do “papel importantíssimo para além da formação acadêmica” (P6), costumam trabalhar a questão da sustentabilidade (P8), dequeconhecimentos relacionados à sustentabilidade são nele imprescindíveis (P9), não se extrai dos discursos, materialmente, informações que evidenciem a presença positiva da sustentabilidade na disciplina, tampouco de que os alunos demonstrem entendimento acerca do tema.

A sensação aqui demonstrada, de que o entendimento acerca da sustentabilidade não se materializa, compõe o sentimento dos alunos, quando aqueles, apesar de compreenderem que o estudo da temática da educação ambiental é importante, ainda não associam seu estudo ao desenvolvimento sustentável.

#### **3.2.4 Formação Discursiva (FD) – Concepção dos professores sobre a relação entre a Educação Ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito**

A FD ora apresentada pretende averiguar, na concepção dos professores, a relação entre o entendimento dos alunos acerca da temática da educação ambiental e sua formação acadêmica no curso de direito.

Organizamos no quadro os excertos de depoimentos (ED) por ordem de disciplinas locionadas, sendo as disciplinas de direito ambiental identificadas de P1 a P4, direito agrário em P5 e P6, e as disciplinas relacionadas a ética de P 7 a P 10.

### **Quadro 7 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “Concepção dos professores sobre a relação entre a Educação Ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito”**

**FD: Concepção dos professores sobre a relação entre a Educação Ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito**

<b>Professor</b>	<b>Excerto de Depoimento (ED)</b>
<b>P1</b>	“(…) O próprio conceito de direito ambiental tem relação com educação ambiental...” “...Então, é relevante (...)”
<b>P2</b>	“(…) Acho que em relação ao entendimento do aluno sobre educação ambiental ele é muito prejudicado (...)”
<b>P3</b>	“(…) Não com relação à educação ambiental, porque eles desconhecem (...)” “(…) talvez fosse a solução para muitos problemas ambientais, se houvesse uma efetiva aplicação da educação ambiental desde cedo (...)”
<b>P4</b>	“(…) Ela é feita de forma extra sala de aula. Ela não está relacionada a uma disciplina lecionada (...)”
<b>P5</b>	“(…) Então, o estudante sair com essa formação, sabendo que o direito ambiental, sabendo que práticas preservacionistas (...)”.
<b>P6</b>	“(…) a educação ambiental deveria assumir um papel central na formação dos alunos de direito, todavia, ainda é um tema secundarizado (...)”
<b>P7</b>	
<b>P8</b>	
<b>P9</b>	“(…) Acredito que o Curso de Direito, no modelo atual, deixa muito a desejar em termos de educação ambiental (...)”
<b>P10</b>	“(…) Foge muito a questão ambiental, pra mim, que não tenho competência para orientar um trabalho específico, que envolve direito e questões ambientais (...)”

Fonte: Entrevista realizada em 2016

A análise dos ED dos entrevistados deixa claro que a relação entre Educação Ambiental e a formação acadêmica no curso de direito é prejudicada.

Em algumas falas, notamos esse entendimento prejudicado em afirmações diretas, como em P2 (em relação ao entendimento do aluno sobre educação ambiental ele é muito prejudicado), P3 (Não com relação à educação ambiental, porque eles desconhecem) e P9 (deixa muito a desejar em termos de educação ambiental). Em outros momentos, a precariedade quanto a esse entendimento é dito de forma indireta, como em P4, que afirma que a temática “é feita de forma extra sala de aula”, ou até como um desejo pessoal de que a temática fosse melhor abordada, como em P6 (educação ambiental deveria assumir um papel central na formação dos alunos).

Chama atenção o fato de que a relevância do tema é reconhecida por quase todos os professores entrevistados, que ressaltam que a EA deveria ser melhor abordada, chegando até a afirmar com ênfase, como disse P1: “é relevante”, porém tratam a temática como algo que não é de sua responsabilidade, como algo distante, omitindo-se como atores centrais responsáveis por essa deficiência de entendimento que eles próprios apontam existir entre os alunos.

Tal omissão também foi observada pelos alunos, quando das respostas aos questionários, onde verifica-se que a maioria dos alunos afirmaram que raramente são realizadas ações de educação ambiental na IES (42,2%). Quanto a participação dos docentes quando são desenvolvidas ações ambientais na IES, a maioria dos alunos afirmaram que são poucos docentes que participam (56,3%).

### **3.2.5 Formação Discursiva (FD) – A consciência dos docentes acerca das normas que disciplinam a presença da Educação Ambiental nos conteúdos.**

A presente FD averiguará a consciência dos docentes acerca das normas que disciplinam a presença da Educação Ambiental nos conteúdos, com considerações a respeito a forma que os docentes trabalham essa normatização.

Repetindo o que fora dito quanto a disposição dos excertos de depoimento, também aqui trataremos por ordem de disciplinas lecionadas.

Buscaremos averiguar a intensidade com que os docentes tratam a matéria, com a análise dos discursos no que pertine a influência, direta ou indireta, do positivismo nas relações dos docentes com a disciplina lecionada.

#### **Quadro 8 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “A consciência dos docentes acerca das normas que disciplinam a presença da Educação Ambiental nos conteúdos”**

<b>FD: A consciência dos docentes acerca das normas que disciplinam a presença da Educação Ambiental nos conteúdos</b>	
<b>Professor</b>	<b>Excerto de Depoimento (ED)</b>
<b>P1</b>	
<b>P2</b>	
<b>P3</b>	“(…)política nacional do meio ambiente, sempre relacionado com o artigo 225 da constituição(…)” “(…)pra tentar demonstrar essa obrigatoriedade, já que a gente tem uma lei federal que institui a política de educação ambiental, porém há essa percepção de que ela não é seguida em todos os níveis de ensino (...)”
<b>P4</b>	“(…)então a gente começa com o art. 225 da constituição, que traz uma abordagem mais direta (...)” “(…) Diga-se de passagem que no instrumento de avaliação do ministério da educação direito ambiental tem que ser obrigatório nas disciplinas (...)”
<b>P5</b>	“(…) um dos elementos da função social, inclusive que constam na nossa constituição, é o respeito ao meio ambiente (...)”. “(…) quando vai ser firmado um contrato de parceria, ou um contrato de renda, ou então pode constar cláusulas de preservação do meio ambiente (...)”
<b>P6</b>	
<b>P7</b>	
<b>P8</b>	
<b>P9</b>	“(…) Trabalhamos ainda com um modelo positivista que se preocupa sobremaneira com a memorização da legislação e, quando muito, com a normatividade interpretativa. Por outro lado, o cerne educacional de práticas preservativas do meio ambiente é largamente esquecido (...)”
<b>P10</b>	

Fonte: Entrevista realizada em 2016



A análise dos ED dos entrevistados evidencia que existe uma abordagem da temática da educação ambiental por imposição legal, por ter previsão expressa na legislação acerca da obrigatoriedade de ser lecionada, em todos os níveis de ensino, a educação ambiental.

Na fala de P3, P4 e P5, fica clara a abordagem da educação ambiental por respeito a normas previstas na Constituição Federal, especificamente no art. 225 da Constituição Federal.

Em lúcido comentário, P9 registra sua posição sobre o tema, considerando que “trabalhamos ainda com um modelo positivista que se preocupa sobremaneira com a memorização da legislação e, quando muito, com a normatividade interpretativa”.

Deixa-se de lado o ensino de valores mais amplos aos alunos, prendendo-se ao positivismo. Gonzáles Lucini (1994), citado por Yus (1998, p. 67) nos informa que “é preciso um projeto a partir de valores como parte essencial do processo educativo da escola por meio de uma perspectiva moral e ética. No projeto os temas justiça, solidariedade, igualdade, vida, saúde, liberdade, tolerância, respeito, paz e responsabilidade” consubstanciam-se valores que representam dominadores comuns de cada um dos temas transversais, já que estes apresentam conteúdos atitudinais (valores, atitudes e normas).

### **3.2.6 Formação Discursiva (FD) – Concepção dos docentes sobre sustentabilidade e transposição didática.**

A presente FD tem objetivo de analisar a concepção dos docentes sobre a sustentabilidade, fazendo a transposição didática colhida nas suas falas, possibilitando perceber de que forma essa abordagem está sendo realizada, e quais variáveis os docentes levam em consideração ao lecionar a disciplina, no que pertine a temática estudada.

Pretende-se extrair dos discursos a percepção dos docentes quanto as temáticas da Educação Ambiental e da Sustentabilidade, especificamente se os entrevistados apresentam sobre os temas propostos uma visão crítica, especializada, politizada, em sua prática pedagógica, considerando a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho e o consumo.

## Quadro 9 - Apresentação de ED dos Professores, agrupados na FD “Concepção dos docentes sobre sustentabilidade e transposição didática”

FD: Concepção dos docentes sobre sustentabilidade e transposição didática	
Professor	Excerto de Depoimento (ED)
P1	“(…) Hoje em dia a gente tem um conceito de direito ao desenvolvimento por parte da ONU, da Organização das Nações unidas, em que esse conceito tem cinco acepções, que é a acepção econômica, obviamente, política, social, cultural e ambiental, no que tange à sustentabilidade (…)” “(…) O próprio conceito de direito ambiental tem relação com educação ambiental, no ambiente que a gente vive, numa universidade, está ligado com a educação (…)” “(…) Eu espero que sim. Eu espero que eles tenham sim o entendimento acerca da sustentabilidade, especialmente quando eles fazem essa relação com o econômico (…)”
P2	“(…) a proteção ao meio ambiente é, de fato, um direito humano universal e que precisa de uma análise, de uma defesa contundente diante até de fenômenos políticos e econômicos internacionais (…)” “(…) permitir que ele pudesse estudar os fenômenos ambientais sobre os mais variados aspectos, da economia e meio ambiente, filosofia e meio ambiente (…)” “(…) aspecto valorativo como o social, ambiental, político, cultural, no sentido de harmonizar essas variáveis (…)” “(…) educação informal é a educação que trabalha a questão da ética individual, ética coletiva, da ordem de conscientização pública (…)”
P3	
P4	“(…) eles trazem desde o descarte de pneus de uma determinada empresa a forma com que uma oficina mecânica retira aquele óleo, pra onde é que vai esse descarte(…)” “(…) Eles conseguem terminar visualizando que a simples redução de um corpo descartável vai ser benéfico para o meio ambiente. Eles conseguem sair com esse aporte que quanto ao meio ambiente a gente tem uma responsabilidade solidária. (…)” “(…) eles vão conseguir tirar isso dos bancos da faculdade e levar para as suas vidas (…)”.
P5	“(…) Desenvolvimento é também você preservar, dar o direito as populações de viverem na sua forma tradicional (…)”
P6	“(…) Tenho pra mim que se queremos aprender sobre a preservação ambiental devemos procurar camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais. Foram eles que durante séculos protegeram o meio ambiente e só em suas culturas está a resposta (…)”
P7	
P8	
P9	“(…) É papel da ciência jurídica desenvolver mecanismos de controle e preservação dos ecossistemas dos mais variados tipos (natural, urbano, cultural e do trabalho), inclusive com uma evolução da concepção antropocêntrica do Direito Ambiental para uma biocêntrica (…)”
P10	“(…) discutindo acima de tudo com vídeos, com filmes que são trabalhados pela indústria cinematográfica, com documentários, com debates, com exposições, com discussões, então a gente está sempre procurando trabalhar os alunos de maneira que eles absorvam determinadas preocupações da contemporaneidade (…)”

Fonte: Entrevista realizada em 2016

A análise dos ED dos entrevistados evidencia que existe fortes contradições entre o que se ensina em sala de aula, e o que é aprendido pelos alunos, dentro da visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista a ser superada.

Percebe-se ainda uma visão ingênua por parte de alguns entrevistados, em discursos que evidenciam pontos de vista incompatíveis com o exercício do magistério em nível superior, conforme se extrai dos discursos de P1 (no ambiente que a gente vive, numa universidade, está ligado com a educação), P4 (descarte de pneus de uma determinada empresa) “a forma com que uma oficina mecânica retira aquele óleo” “redução de um corpo descartável vai ser benéfico

para o meio ambiente” “eles vão conseguir tirar isso dos bancos da faculdade e levar para as suas vidas), P5 (Desenvolvimento é também você preservar, dar o direito as populações de viverem na sua forma tradicional), P6 (devemos procurar camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais. Foram eles que durante séculos protegeram o meio ambiente e só em suas culturas está a resposta) e P10 (discutindo acima de tudo com vídeos, com filmes).

Contrapondo-se a esse discurso ingênuo, P1, P2 e P9 levantam questões especializadas, a exemplo de discussões mais aprofundadas como de P9 sobre “mecanismos de controle e preservação dos ecossistemas dos mais variados tipos (natural, urbano, cultural e do trabalho), inclusive com uma evolução da concepção antropocêntrica do Direito Ambiental para uma biocêntrica”, P2 considerando o estudo dos “fenômenos ambientais sobre os mais variados aspectos, da economia e meio ambiente, filosofia e meio ambiente (...)”, valorando aspectos “como o social, ambiental, político, cultural, no sentido de harmonizar essas variáveis”, ponderando ainda a importância da educação informal, como sendo “a educação que trabalha a questão da ética individual, ética coletiva, da ordem de conscientização pública”, e P1 quanto as cinco acepções da sustentabilidade: “econômica, política, social, cultural e ambiental”.

No discurso de P1, apesar de ter demonstrado inicialmente conhecimento sobre a temática, citando inclusive as modernas acepções da sustentabilidade (econômica, política, social, cultural e ambiental), complementa sua fala, mais adiante, com conceitos vagos e ingênuos acerca da educação ambiental, considerando que esta seria notada por estar em um ambiente de uma instituição de ensino superior, concluindo por não ter a certeza se os alunos conseguem absorver o conteúdo. Assim, demonstra deficiência em sua própria forma de avaliação dos alunos, ao considerar que “espera que os alunos tenham o entendimento acerca da sustentabilidade”, manifestando um desejo que os alunos tenham adquirido o conhecimento que ela leciona em sua disciplina.

A forma de abordagem dos professores, muitas vezes, como dito, de forma ingênuo, mostra a necessidade de aperfeiçoamento e revisão da forma de lecionar a temática da EA, conforme ensina Leff (2010, p. 247/248) ao propor uma pedagogia que esteja atenta à essas questões, a qual intitula de pedagogia da sustentabilidade:

“A pedagogia da sustentabilidade convida-nos a questionar o ensino e a aprendizagem. Não se trata apenas de informar sobre a crise ambiental e o aquecimento global, mas de descobrir suas causas profundas. É uma prática pedagógica que, mais do que dar ao aluno os conhecimentos atuais e as normas sociais (e ambientais), vai além do conceito da educação como um educere, um deixar brotar o potencial do aluno, essa ideia de que toda a aprendizagem nasce daquilo que já está inscrito na mente

(socialmente condicionada) do educando. Não é apenas induzir a interdisciplinaridade e ensinar a pensar de maneira complexa. É preparar o pensamento e a vida para o incógnito, para pensar o impensado, para desconstruir teórica e praticamente o mundo, para ensaiar outros modos de pensar-sentir- agir, para ouvir o inefável, para olhar o outro intraduzível para mim e para si mesmo; para unir-se em um diálogo de saberes, em que a fecundidade não brota do juízo da verdade provada, mas do por-vir provável.” (Leff, 2010, pp. 247/248)

Maisque uma reflexão essas questões conduzem a uma reeducação, para que dessa forma possamos conhecer as verdadeiras causas da crise ambiental, bem como dos valores que foram se estabelecendo nas concepções que trazemos de mundo, e aos preceitos epistemológicos inerentes à ele.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *locus* da presente investigação situa-se no semi árido nordestino, região de precipitações pluviométricas irregulares e de população dependente, tanto economicamente quanto socialmente, do abastecimento hídrico para sua sobrevivência, seja em termos comerciais, culturais, sociais, entre outros.

A inserção de temas ligados à temática ambiental no ambiente acadêmico é de grande importância para o desenvolvimento desta região, que tem a necessidade de melhor aproveitar os recursos naturais disponíveis, além de ser imprescindível a convivência com as fontes de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Iniciamos esta investigação com o objetivo de verificar a presença e a forma de abordagem da temática da educação ambiental no âmbito do conceito da sustentabilidade, na concepção dos professores e alunos do ensino superior em direito ofertado nas Instituições de Ensino Superior estudadas. Após a pesquisa percebemos que a temática da EA e da Sustentabilidade é abordada de forma superficial e indireta nas disciplinas estudadas, sentimento baseado nas entrevistas com os professores e nas respostas dos alunos aos questionários.

O discurso dos professores aponta que a temática abordada ainda merece amplo debate por parte da comunidade acadêmica, aprofundando-se as questões pertinentes à Educação Ambiental e a Sustentabilidade, associadas à forma transversal de apresentação dos conteúdos e à ampliação de conceitos éticos sobre os novos problemas sentidos pela sociedade.

A despeito de ser a Educação Ambiental conteúdo obrigatório a ser ministrado em todos os níveis de ensino, conforme determina a Legislação Federal no Brasil (Plano Nacional de Educação) Lei 9.795/1999, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), grande parte dos professores ainda não tomou consciência da necessidade de se aperfeiçoar profissionalmente e se dispor a fazê-lo, para que possa inserir temas relacionados ao meio ambiente de forma eficaz, como cita Araujo (2004, p. 74/75):

“Com efeito, o professor, para agir sob a égide da educação ambiental, deve adquirir conteúdos teóricos, procedimentais e atitudinais mediante exercício de aprendizagem. Nesse sentido, é de fundamental importância que o professor, que deseja agir nessa abordagem de educação, tenha sua formação pedagógica alinhada à formação ambiental (visão de mundo), mantendo as atenções dedicadas a essa preparação, às questões que estão no entorno e para uma formação profissional continuada.” (Araújo, 2004, pp. 74/75)

Já quanto aos alunos, por exemplo, quando perguntados o quanto interessante é trabalhar o tema sustentabilidade em todas as disciplinas do curso, a maioria afirmou que é interessante tal disseminação do tema entre as demais disciplinas do curso, pois é um tema importante para a vida humana, mostrando a necessidade de aproximar os discursos entre alunos e professores relacionados ao tema estudado.

Os resultados deste trabalho deixa claro que os alunos, apesar de entenderem a importância do estudo da temática da educação ambiental, ainda não associam seu estudo ao desenvolvimento sustentável.

Alguns professores pesquisados têm a consciência dessa má compreensão, quando dizem que “a ideia da sustentabilidade, a meu ver, ela é um pouco mal compreendida” ou “eles não sabem o que é o desenvolvimento sustentável enquanto princípio do direito ambiental”, afirmando categoricamente que os alunos não têm o correto entendimento acerca da temática da sustentabilidade.

Chama atenção o fato de que a relevância do tema é reconhecida por quase todos os professores entrevistados, que ressaltam que a EA deveria ser melhor abordada, chegando até a afirmar com ênfase, como disse P1: “é relevante”, porém tratam a temática como algo que não é de sua responsabilidade, como algo distante, omitindo-se como atores centrais responsáveis por essa deficiência de entendimento que eles próprios apontam existir entre os alunos.

Tal omissão também foi observada pelos alunos, quando das respostas aos questionários, onde verifica-se que a maioria dos alunos afirmaram que raramente são realizadas ações de educação ambiental na IES (42,2%). Quanto a participação dos docentes quando são desenvolvidas ações ambientais na IES, a maioria dos alunos afirmaram que são poucos docentes que participam (56,3%).

Em lúcido comentário, um dos professores pesquisados registra sua posição sobre o tema, considerando que “trabalhamos ainda com um modelo positivista que se preocupa sobremaneira com a memorização da legislação e, quando muito, com a normatividade interpretativa”.

Deixa-se de lado o ensino de valores mais amplos aos alunos, prendendo-se ao positivismo. Gonzáles Lucini (1994), citado por Yus (1998, p. 67) nos informa que “é preciso um projeto a partir de valores como parte essencial do processo educativo da escola por meio de uma perspectiva moral e ética. No projeto os temas justiça, solidariedade, igualdade, vida, saúde, liberdade, tolerância, respeito, paz e responsabilidade” consubstanciam-se valores que

representam dominadores comuns de cada um dos temas transversais, já que estes apresentam conteúdos atitudinais (valores, atitudes e normas).

Jacobi (2005, p. 239) não descarta os avanços das “boas práticas de sustentabilidade” em escala local, ressaltando ainda “que a proliferação de posições sobre a sustentabilidade é um sintoma positivo de dinamismo, já que os debates atuais eram impensáveis há alguns anos. Isto mostra que as mudanças são possíveis, e que a questão da sustentabilidade tem muitas leituras, algumas contraditórias e outras convergentes, apesar de apropriadas de forma diferenciada pelos grupos e pessoas que atuam numa perspectiva de propor uma sustentabilidade articulada a novas realidades materiais e novas posições epistemológicas”.

Dentre as disciplinas elencadas na investigação, a disciplina de Direito Ambiental se mostrou a que mais possui familiaridade com os temas de EA e sustentabilidade. Porém, chama atenção à ausência até do oferecimento da disciplina Direito Agrário em duas das IES pesquisadas, mostrando a falta de valorização da temática numa região do país onde se deveria valorizar as boas práticas sustentáveis como o desenvolvimento da agricultura e sua relação com o meio ambiente. A disciplina de ética também mostrou estar dissociada da discussão ambiental, em contraponto ao que se observa na produção acadêmica na área.

Outro aspecto que merece atenção é a participação dos alunos na avaliação realizada. Nota-se que o pensamento dos alunos é divergente do sentimento dos professores, no que pertine ao entendimento acerca da temática da EA e da Sustentabilidade. Este fato é facilmente sentido ao compararmos os excertos de depoimento dos professores com as respostas dos questionários dos alunos, por exemplo, quanto à questão do entendimento acerca da sustentabilidade.

Percebe-se que existe uma preocupação por parte dos professores em responder às questões postas na entrevista de forma defensiva, tendente a informar a presença dos conteúdos da EA e sustentabilidade nas suas disciplinas, mesmo que de forma transversal, porém ao aprofundarmos os questionamentos nota-se que as respostas ficam sem substância, sem materialização prática, demonstrando que na realidade os conteúdos não são ministrados de forma eficaz.

Esperamos que esta investigação contribua para a reflexão de docentes e discentes, para que passem por aperfeiçoamento quanto à educação ambiental e a sustentabilidade, de forma transversal nos conteúdos das disciplinas no ensino superior em direito, aprimorando a discussão com a necessária inserção de princípios éticos na temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M. I. O. (2004). “A universidade e a formação de professores para a educação ambiental”. In: *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. nº 0 Nov. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental. pp. 71-78.
- BOURDIEU, P. (2008). *A economia das trocas linguísticas: o que dizer*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_, (2010). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 10 ed. Campinas: Papirus.
- BOVO, M. C. (2004). “Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógica”. In: *Revista Urutágua*, v. 7, p. 1-12.
- BURSZTYN, M. (2004). *Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico*. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9778>. Acesso em: 24 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_, *Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios ao Novo Século*. 2 edição, (2001).
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. (2006). *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto Contexto Enferm, v. 15, n. 4, p. 679-84.
- CARSON, R. (2010). *Primavera silenciosa*. 1. ed. São Paulo: Gaia.
- CARVALHO, I. C. de M. (2008). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_, (2008). *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- CRESWELL, J. W., & CLARK, V. L. P. (2015). *Pesquisa de Métodos Mistos -*: Série Métodos de Pesquisa. Penso Editora.
- FAIRCLOUCH, N. (2001) *Discurso e mudança social*. Editora Universidade de Brasília. Brasília
- FIGUEIREDO, N. (2008). *Método e metodologia na pesquisa científica*. 3. ed. São Paulo: Yendis.
- FOUCAULT, M. (2004). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- GADOTTI, M. (2008). *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- \_\_\_\_\_, (2010). *A carta da terra na educação*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- GIL, A. C. (2011). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.



- GOMES, A. et al. (2000). *Organizações em transição: contributo da Psicologia do Trabalho e das Organizações*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GOMES, F. P.; ARAÚJO, R. M. de. (2005). *Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo*. Seminários em Administração 8.
- GONÇALVES, C. E. (2013). *A educação ambiental no ensino técnico: trabalho e interdisciplinaridade*.
- GONZAGA, A. M. (2006). *A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa*. São Paulo: Loyola.
- GRUN, M. *A pesquisa em Ética na Educação Ambiental*. Pesquisa em Educação ambiental, v. 2, n. 1.
- GUIMARÃES, M. (2003). *Educadores ambientais em uma perspectiva crítica: reflexões em Xerém*. 168 p. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_, M. et al. (2009). *Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégias*. Cadernos CEDES, Campinas, vol. 29, nº 77, jan./abr. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 27 de junho de 2010.
- JACOBI, P. R. (2005 ). *Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 31, n. 2, p. 233-250. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022005000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007&lng=en&nrm=iso)>.AccessOn 10 Sept. 2016.
- JAPIASSÚ, Y. G. C. (2009). *Educação ambiental: agenda 21 nas escolas públicas estaduais do tocantins–Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- KITZMANN, D. I. S. (2009). *Ambientalização sistêmica na gestão e na educação ambiental: estudo de caso com o ensino profissional marítimo –EPM*.
- LAVILLE, C., & DIONNE, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Ed. Artes Médica; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- LEFF, E. (2007). *Epistemologia ambiental*. 4.ed. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Discursos sustentáveis*. São Paulo: Cortez.
- LENCASTRE, M. (2006). “Ética ambiental e educação nos novos contextos da ecologia humana”. In: *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, vol. 08, p. 29-52. Disponível em: <http://www.rleducacao.ulusofona.pt/>. Acesso em: 22 de março de 2016.

- \_\_\_\_\_, (2010). “Bondade, altruísmo e cooperação. Considerações evolutivas para a educação e a ética ambiental”. In: *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, vol. 15, p. 113-124. Disponível em: <http://www.rleducacao.ulusofona.pt/>. Acesso em: 22 de março de 2016.
- LUCK, H. (2009). *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, J. T. (2008). *Um estudo diagnóstico da educação ambiental nas escolas do ensino fundamental do município de Piracicaba/SP*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MINAYO, M. C. de S. (1992). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec-Abrasco.
- \_\_\_\_\_, (org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- MORIN, E. (2002). *Ciência com consciência*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertand.
- NETO, J. J. dos S. et al. (2013). *A transversalidade do tema meio ambiente na prática pedagógica*.
- ORLANDI, E. P. (2013). *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. 11ª edição. Campinas: Pontes Editores.
- PELIZZOLI, M. L. (2007). *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- POMBO, O. (2004). *Interdisciplinaridade – ambições e limites*. Lisboa: Relógio D’Água.
- \_\_\_\_\_, (2006). *Interdisciplinaridade e integração dos saberes*. Link em revista, v. 1, n. 1, 2006, p. 3-15. Disponível em <http://www.ibict.br/liine>. Acesso em 24 de março de 2016.
- \_\_\_\_\_; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas*. LEVY, T., GUIMARÃES, H.; POMBO, O. *A interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. 2a ed. revista e aumentada. Lisboa: Texto, p. 8-14, 1994.
- REIGOTA, M. (2001). *O que é educação ambiental*. Brasiliense.
- \_\_\_\_\_, (2007). *O estado da arte da pesquisa em Educação Ambiental no Brasil*. Pesquisa em educação ambiental, v. 2, n. 1, p. 33-66.
- \_\_\_\_\_, (2007). *Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental*.
- RICHARDSON, R. J. (2010). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed., São Paulo: Atlas.
- SANTOS, M. A. (2008). *Cidadania e educação ambiental*. Psicol. soc.(Impr.), v. 20, n. esp, p. 61-69.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.

SILVA, L. M. A. (2010). *De que natureza se fala na escola: representação social dos professores e alunos no contexto da educação ambiental*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

SILVA, F. B. (2004). *Histórico, classificação e análise de centros de educação ambiental no Brasil*. Piracicaba: Universidade de São Paulo.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

YUS, R. (1998). *Temas transversais: em busca de uma nova escola*. Porto Alegre: Artmed.

## **LEIS E DECRETOS**

Brasil. Ministério da Educação do (1996) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brasil. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. 3ª ed. Brasília: MMA, 2005.

Brasil. Educação ambiental – aprendizes de sustentabilidade. Brasília: MEC/SECAD, 2007

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE I. Carta à Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi**



UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

À  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA MATER CHRISTI

Venho por meio deste, mui respeitosamente, apresentar o mestrando, WELLINGTON DE CARVALHO COSTA FILHO, como aluno da Universidade Lusófona de Portugal, que tem como tema de sua pesquisa de mestrado a Educação Ambiental e Sustentabilidade. Seu projeto já passou pelo exame de qualificação, sendo aprovado, e por tal, faz-se necessário, para a continuidade da pesquisa, a realização de entrevistas com os docentes, mais especificamente os professores das disciplinas Direito Ambiental, Direito Agrário e Ética; bem como aplicar questionários aos alunos do curso.

Certos da presteza que é peculiar a esta Instituição, nos colocamos a disposição para maiores informações, ao mesmo passo que encaminhamos o mestrando para a realização da coleta de dados.

Recife/PE, 18 de setembro de 2015.

---

**Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida**  
(Prof<sup>a</sup> do PPG em Extensão Rural e Desenvolvimento Local POSMEX –UFRPE)

## **APÊNDICE II. Carta à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN**



**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

À  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Venho por meio deste, mui respeitosamente, apresentar o mestrando, WELLINGTON DE CARVALHO COSTA FILHO, como aluno da Universidade Lusófona de Portugal, que tem como tema de sua pesquisa de mestrado a Educação Ambiental e Sustentabilidade. Seu projeto já passou pelo exame de qualificação, sendo aprovado, e por tal, faz-se necessário, para a continuidade da pesquisa, a realização de entrevistas com os docentes, mais especificamente os professores das disciplinas Direito Ambiental, Direito Agrário e Ética; bem como aplicar questionários aos alunos do curso.

Certos da presteza que é peculiar a esta Instituição, nos colocamos a disposição para maiores informações, ao mesmo passo que encaminhamos o mestrando para a realização da coleta de dados.

Recife/PE, 18 de setembro de 2015.

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida**  
(Prof<sup>a</sup> do PPG em Extensão Rural e Desenvolvimento Local POSMEX –UFRPE)

### **APÊNDICE III. Carta à Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA**



UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

À  
UFRSA

Venho por meio deste, mui respeitosamente, apresentar o mestrando, WELLINGTON DE CARVALHO COSTA FILHO, como aluno da Universidade Lusófona de Portugal, que tem como tema de sua pesquisa de mestrado a Educação Ambiental e Sustentabilidade. Seu projeto já passou pelo exame de qualificação, sendo aprovado, e por tal, faz-se necessário, para a continuidade da pesquisa, a realização de entrevistas com os docentes, mais especificamente os professores das disciplinas Direito Ambiental, Direito Agrário e Ética; bem como aplicar questionários aos alunos do curso.

Certos da presteza que é peculiar a esta Instituição, nos colocamos a disposição para maiores informações, ao mesmo passo que encaminhamos o mestrando para a realização da coleta de dados.

Recife/PE, 18 de setembro de 2015.

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida**  
(Prof<sup>a</sup> do PPG em Extensão Rural e Desenvolvimento Local POSMEX –UFRPE)

## APÊNDICE IV. Carta à Universidade Potiguar –UNP



UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

À  
UNP

Venho por meio deste, mui respeitosamente, apresentar o mestrando, WELLINGTON DE CARVALHO COSTA FILHO, como aluno da Universidade Lusófona de Portugal, que tem como tema de sua pesquisa de mestrado a Educação Ambiental e Sustentabilidade. Seu projeto já passou pelo exame de qualificação, sendo aprovado, e por tal, faz-se necessário, para a continuidade da pesquisa, a realização de entrevistas com os docentes, mais especificamente os professores das disciplinas Direito Ambiental, Direito Agrário e Ética; bem como aplicar questionários aos alunos do curso.

Certos da presteza que é peculiar a esta Instituição, nos colocamos a disposição para maiores informações, ao mesmo passo que encaminhamos o mestrando para a realização da coleta de dados.

Recife/PE, 18 de Setembro de 2015.

---

**Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida**  
(Prof<sup>a</sup> do PPG em Extensão Rural e Desenvolvimento Local POSMEX –UFRPE)



## APÊNDICE V. Guião de Entrevista



### MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wellington de Carvalho Costa Filho

e-mail: [wf\\_adv@hotmail.com](mailto:wf_adv@hotmail.com)

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Ataíde de Almeida(UFRPE)

e-mail: [ataide@hotlink.com.br](mailto:ataide@hotlink.com.br)

### GUIÃO DE ENTREVISTA

Prezado Professor:

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, sob a orientação da profa. Dra. Maria das Graças Ataíde de Almeida (UFRPE), que tem por objetivo avaliar se a temática da Sustentabilidade e da Educação Ambiental estão presentes no Curso de Direito das instituições de ensino superior sediadas em Mossoró/RN. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

#### Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade
- Gênero
- Tempo de formação
- Tempo na instituição pesquisada

#### Q2. Presença da Educação Ambiental nas Disciplinas Lecionadas.

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?
- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

**Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?
- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

**Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática quotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

## APÊNDICE VI. Questionário



### MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wellington de Carvalho Costa Filho

e-mail: [wf\\_adv@hotmail.com](mailto:wf_adv@hotmail.com)

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Ataíde de Almeida(UFRPE)

e-mail: [ataide@hotlink.com.br](mailto:ataide@hotlink.com.br)

### ORIENTAÇÕES

Prezado Educando:

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado, sob a orientação da profa. Dra. Maria das Graças Ataíde de Almeida (UFRPE), que tem por objetivo avaliar se a temática da Sustentabilidade e da Educação Ambiental estão presentes no Curso de Direito das instituições de ensino superior sediadas em Mossoró/RN. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. As informações coletadas serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q01 – NA SUA VIDA ACADÊMICA, VOCÊ JÁ ESTUDOU TEMAS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE?

- ☐ Apenas no ensino médio.
- ☐ Sim, no curso de direito.
- ☐ Sim, em estudos extra classe.
- ☐ Não, nunca estudei.

Q02 – DENTRO DA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL FOI ABORDADA?

- ☐ Com frequência
- ☐ As vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

Q03 – DENTRO DA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE, A SUSTENTABILIDADE FOI ABORDADA?

- ☐ Com frequência
- ☐ As vezes
- ☐ Raramente

☐ Nunca

Q04 – NA IES QUE VOCÊ ESTUDA, SÃO REALIZADAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

☐ Com frequência

☐ As vezes

☐ Raramente

☐ Nunca

Q05 – EM QUAIS MOMENTOS VOCÊ PERCEBE UMA MAIOR UTILIZAÇÃO DE TEMAS AMBIENTAIS NA IES?

☐ Datas comemorativas

☐ Seminários

☐ Palestras

☐ Outros: \_\_\_\_\_

Q06 – QUANDO SÃO DESENVOLVIDAS AÇÕES AMBIENTAIS NA IES VOCÊ PERCEBE A PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES?

☐ De todos

☐ Da maioria

☐ Da minoria

☐ Não participam

Q07 – EM GERAL, QUAIS DISCIPLINAS VOCÊ PERCEBE MAIS PRESENTES NESSAS AÇÕES?

☐ Direito Ambiental

☐ Direito Agrário

☐ Ética

☐ Outra: \_\_\_\_\_

Q08 – VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE O ESTUDO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS DISCIPLINAS DO CURSO, OU PODERIA SER SUBSTITUÍDA POR OUTRO TEMA QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS RELEVANTE?

☐ Considero muito importante

☐ Considero pouco importante

☐ Prefiro outro tema: Justifique: \_\_\_\_\_

Q09 – NA SUA VIDA QUOTIDIANA, PRESENTE E FUTURA, VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE O ENTENDIMENTO ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

☐ Considero muito importante

☐ Considero pouco importante

☐ Prefiro outro tema: Justifique: \_\_\_\_\_

Q10 – QUANDO SÃO DESENVOLVIDAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, VOCÊ:

☐ Participa porque gosta

☐ Participa para obter nota

☐ Não Participa

**Q11 – VOCÊ ACHA INTERESSANTE TRABALHAR O TEMA SUSTENTABILIDADE EM TODAS AS DISCIPLINAS?**

☐ Sim, pois é um tema importante para nossa vida.

☐ Em parte, pois nem todas as disciplinas tem relação com o tema.

☐ Prefiro outro tema: Justifique: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE VII. Respostas das Entrevistas



### Professor P1

#### Q1. Identificação do entrevistado

- Idade: 31 anos
- Gênero: Feminino
- Tempo de formação: 5 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 3 anos

R – Eu leciono direito ambiental e direito econômico, por isso que quando eu vi a questão da sustentabilidade, tem tudo a ver com o que eu trato em direito econômico e a parte de direito ambiental também, especificamente hoje eu estava dando uma aula de direito ao desenvolvimento, a diferença entre direito ao desenvolvimento e direito do desenvolvimento. Hoje em dia a gente tem um conceito de direito ao desenvolvimento por parte da ONU, da Organização das Nações unidas, em que esse conceito tem cinco acepções, que é a acepção econômica, obviamente, política, social, cultural e ambiental, no que tange à sustentabilidade. Então, é um conceito extremamente interligado, não só na área de meio ambiente, mas especialmente na área econômica também, de desenvolvimento, que abrange todas essas acepções. Achei bem interessante essa questão da temática sustentabilidade, porque ela não abrange somente a área ambiental, como você coloca, como você está pesquisando a educação ambiental, não é? Ela é bem abrangente.

#### Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – Está. O tema Educação Ambiental, eu não tenho uma aula específica, porque tem a política nacional de educação ambiental, não é isso? Não tem uma aula específica que eu trato dessa política, mas o tema educação ambiental sempre está relacionado com as aulas, especialmente quando há exemplos, de sustentabilidade no que tange à educação ambiental na sua vida, no seu próprio meio, mas eu não dou uma aula específica sobre esse assunto.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – É como eu já disse, a educação ambiental é um assunto que está intrinsecamente ligado propriamente ao direito ambiental, então, em todo o curso, em todas as aulas e disciplinas ela está ligada, então acho que a formação do aluno, no final das contas, tem a ver com educação ambiental sim, no final do curso.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – O próprio conceito de direito ambiental tem relação com educação ambiental, no ambiente que a gente vive, numa universidade, está ligado com a educação, então eu acho que a formação dos alunos tem, sim, uma relação estreita com a educação ambiental. Foi mais ou menos isso que você me perguntou? Especialmente quando a gente trata de políticas públicas, que é uma das problemáticas de políticas públicas, a educação ambiental. Então, é relevante.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – A sustentabilidade, como elemento, ela está presente em todos os instrumentos de direito ambiental, todos os princípios, como todos os instrumentos: licenciamento, EIA RIMA, princípios como desenvolvimento sustentável, que propriamente trata da sustentabilidade, então a sustentabilidade, digamos assim, é um elemento que perpassa por tudo, todos os elementos de direito ambiental.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Eu espero que sim. Eu espero que sim. Eu espero que eles tenham sim o entendimento acerca da sustentabilidade, especialmente quando eles fazem essa relação com o econômico.

### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática cotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Eu já falei, é de forma transversal, não tem uma aula específica sobre educação ambiental, mas é abordado através até de textos que eu mando e a gente discute, esse tema está relacionado também.



## **Professor P2**

### **Q1. Identificação do entrevistado**

- Idade: 38 anos
- Gênero: Masculino
- Tempo de formação: 15 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 10 anos

### **Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R - Sim, A disciplina apesar de ter uma carga horária reduzida, são 30 horas, mas dessas 30 horas a gente reserva algo em torno de duas horas, duas horas/aula pra tratar especificamente só sobre educação ambiental, a lei que trata de educação ambiental e o tema educação ambiental é pulverizado nas demais aulas, em relação a análise de temas como cidade, desenvolvimento, passa por despertar pela consciência ambiental, enfim.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R - Acho que o papel da educação ambiental é mostrar aos alunos um pouco da questão de que os sujeitos de direito, né..., principalmente, principalmente do homem o centro da preocupação da questão ambiental é principalmente o homem, mas sobre qualquer forma de vida, como a questão ambiental está relacionada a essa vinculação com a qualidade de vida, o foco da educação ambiental é justamente mostrar que a proteção ao meio ambiente é, de fato, um direito humano universal e que precisa de uma análise, de uma defesa contundente diante até de fenômenos políticos e econômicos internacionais.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R - Eu penso que o ideal seria que a gente tivesse uma carga horária mais ampliada, a gente só tem 30 horas, e é uma carga horária realmente muito reduzida, então, acredito que em relação ao entendimento e a compreensão sobre o que é educação ambiental, embora seja passado, mas



por esse pouco contato, pouca carga horária, acredito que, nesse aspecto, os estudantes eles têm um processo de deficiência, na formação, na parte do que tange a educação ambiental. O ideal é que a gente tivesse pelo menos 60 horas aula, entre 60 e 90. Em relação à disciplina com políticas públicas em relação a questão ambiental, ou uma disciplina específica só sobre sustentabilidade, enfim, permitir que ele pudesse estudar os fenômenos ambientais sobre os mais variados aspectos, da economia e meio ambiente, filosofia e meio ambiente, e de certa forma com 30 horas/aula isso é praticamente impossível. Acho que em relação ao entendimento do aluno sobre educação ambiental ele é muito prejudicado.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – A ideia da sustentabilidade, a meu ver, ela é um pouco mal compreendida no seguinte aspecto, e a gente percebe inclusive em relação a própria aplicação do direito, seja nos tribunais, seja na administração, no legislativo e executivo, onde se percebe a própria deficiência da formação acadêmica, porque tem se passado a ideia de que sustentabilidade deve ser vista apenas no aspecto unidimensional, numa única dimensão, muitas vezes a gente vê assim, do ponto de vista de aplicação o ambiental preponderando sob o econômico, ou o econômico preponderando sob o ambiental, e não é isso que se caracteriza a sustentabilidade, que na verdade é um conjunto pluridimensional, com aspecto valorativo como o social, ambiental, político, cultural, no sentido de harmonizar essas variáveis.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Olhe, pelo menos eu procuro trabalhar com os alunos essa visão pluridimensional da sustentabilidade, a partir de estudo de caso, e justamente mostrando o erro que a gente tem, principalmente para a análise da via judicial, da sustentabilidade, por exemplo, o STJ coloca claramente na sua vertente ideológica que as questões ambientais preponderam sob a temática econômica. Isso é totalmente visível quando a gente vê decisões do STJ em que estão em conflito a questão ambiental e a questão social do direito a moradia, e claramente tem-se dito que deve preponderar a questão ambiental em detrimento da questão do direito a moradia...

...A visão que eles têm sobre educação ambiental e desenvolvimento, ela é uma visão, imagino eu... não posso responder pelos outros colegas, porque a ideia de educação ambiental, ela vai ser interdisciplinar, então, não é só na disciplina de direito ambiental, direito constitucional tem direito ambiental; direito econômico tem direito ambiental; consumo tem meio ambiente,

consumo sustentável; administração, direito administrativo, tem responsabilidade administrativa envolvendo meio ambiente; a questão penal tem direito ambiental, os crimes ambientais; o direito civil, responsabilidade civil, então imagino que para uma boa formação do estudante em direito, e dentro dessa concepção da verdadeira educação ambiental todas essas disciplinas eram pra ser trabalhadas de forma conjugada, uma visão mesmo interdisciplinar, mas a gente sabe que o currículo, principalmente aqui da universidade, da UERN, essa visão é meio estanque, é separado mesmo, e acaba mantendo essa visão geral do que é educação e do que é sustentabilidade.

#### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática cotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Sustentabilidade eu já falei, não é? Dentro dessa perspectiva de várias dimensões. Na educação ambiental eu procuro trabalhar o contexto histórico de formação, da educação, essa parte da competência distoforme, do documento, distinção da educação ambiental em vários instrumentos internacionais, e a divisão da educação ambiental em duas esferas, educação formal e da educação informal. Educação formal, a educação do ensino, a educação estatal, e a educação informal é a educação que trabalha a questão da ética individual, ética coletiva, da ordem de conscientização pública, então pra trabalhar essa dicotomia nessas divisões, na educação formal e da educação informal, como complementares.



**Professor P3**

**Q1. Identificação do entrevistado**

- Idade: 44 anos
- Gênero: Masculino
- Tempo de formação: 12 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 05 anos

**Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – Sim, esteve presente, curricularmente, quando nós tratamos dos princípios ambientais, no começo da primeira unidade, dos conteúdos, quando a gente tratou do princípio da educação ambiental, e depois esteve presente na política nacional do meio ambiente, sempre relacionado com o artigo 225 da constituição, com essa obrigação de que o ensino público e privado trate dos temas da educação ambiental. Então todos esses momentos esteve presentes na disciplina.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Na disciplina, é mais fácil se lidar com educação ambiental dentro de uma disciplina de direito ambiental, porque eles estão já visualizando os demais conteúdos, esse componente curricular, sentem, há essa tendência, por ser uma disciplina que é voltada para essa visão antropocêntrica, fica mais fácil nós lidarmos. Então, o papel da educação ambiental, ele, talvez não fosse tão relevante se fosse ministrado em outro curso que não fosse o direito, a gente entendendo que o direito ao meio ambiente ele é um direito humano fundamental, fica mais fácil para os alunos terem a percepção de que a educação ambiental ela está inerente, então ela está inserida na formação desse acadêmico.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Foi preciso então voltar para, especificamente, para as obrigações dentro da principiologia toda do direito ambiental, pra tentar demonstrar essa obrigatoriedade, já que a gente tem uma lei federal que institui a política de educação ambiental, porém há essa percepção de que ela

não é seguida em todos os níveis de ensino, que inclui até o curso superior, então a gente relaciona da seguinte forma/; e se não fizessemos direito, não fôssemos operador do direito? Algum outro curso, aqui, por exemplo, nesta instituição, além de gestão ambiental, ou em outra instituição que tenha biologia, geografia, trataria de questões ambientais voltadas a educação ambiental? Então essa é dúvida que fica, não é? Será que ela realmente é cumprida? Então nos sempre relacionamos dentro dessa linha de que é uma política, é uma obrigatoriedade, há que ser implantada no Brasil, e há essa consciência crítica dos acadêmicos, percebe que nem sempre, ela está presente em todos os níveis de ensino.

Perguntas: Já havia um entendimento anterior dos alunos, antes de participarem da disciplina, sobre educação ambiental?

R – Não com relação à educação ambiental, porque eles desconhecem, eles até ficam pasmos, perplexos: “ah, era pra ser obrigatório? E se fizessemos outra graduação?”. Mesmo pelo fato de ser num final de curso, talvez eles tenham consciência ambiental, mas não a percepção de que isso deveria ter sido sanado e talvez fosse a solução para muitos problemas ambientais, se houvesse uma efetiva aplicação da educação ambiental desde cedo.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Eu sempre relaciono, inclusive o que alguns livros, manual de direito ambiental, em que ao final de cada capítulo, ele sempre fala: como que você aplica? Da flora, da fauna, como que você aplica o princípio do desenvolvimento sustentável naquele capítulo? Então ele foi elaborado de uma forma, então como eu utilizei isso lá na minha graduação, eu fiz um curso de direito numa instituição privada no estado de Mato Grosso em que eu tive, além do direito ambiental, eu tive processo ambiental, , política nacional do meio ambiente, segurança ambiental, foram quatro disciplinas porque havia já essa tendência de voltar o curso para o direito ambiental, então a sustentabilidade sempre foi de extrema importância na minha disciplina, então em tudo eu sempre gosto de exemplificar, quando eu vou ministrar licenciamento ambiental, é uma das maneiras de você aplicar o desenvolvimento sustentável, você permite aquela atividade, como? Você não necessariamente vai negar a licença, mas você autoriza dentro dos limites das condicionantes, que vão da melhor forma tomar as medidas mitigadoras, e assim você permitir essa atividade econômica, mas na melhor adequação com as questões ambientais.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Não, eles não têm. Inclusive quando agente vai ministrar esses instrumentos de proteção ambiental, eles acham que tudo hoje é para não permitir a atividade econômica, embargar, eles não tem a noção de que deve ser permitido o crescimento econômico, eles não têm. Eles não têm essa percepção, e vão entender, alguns, quando começa a entender o que efetivamente é o desenvolvimento sustentável, que é para permitir as atividades, eles vão ver que já sabiam, já tinham uma noção disso mas não com o nome “desenvolvimento sustentável”. O que eu percebo também, dentro dessa relação, é que há uma confusão muito grande entre a sustentabilidade, quando você está voltado a economia, pronto, para citar um exemplo: essa comunidade rural, ela já é auto sustentável, eles já caminham com as próprias pernas, eles já produzem, fruticultura, melão, e eles não sabem o que é o desenvolvimento sustentável enquanto princípio do direito ambiental. Então isso aí, há uma dificuldade no momento em que eu vou relacionar essa sustentabilidade. Mas a todo momento o entendimento de sustentabilidade dos alunos precisa ser melhor explicado. Em todos os momentos, quando você vai falar de código florestal, quando você vai falar de lei de crimes ambientais, é preciso trazer sempre à tona esse conceito de sustentabilidade como que se aplica, para que eles consigam entender. Aqueles que já tinham o entendimento, aí vão perceber: ah, sim, eu já pensava dessa forma, mas não com o nome sustentabilidade, depois é que eles vão saber o que realmente é, e alguns ainda fazem confusão sobre isso, quando uma comunidade é sustentável, eles não estão entendendo aquilo como um princípio do direito ambiental. Sustentar significa... talvez por ser uma instituição particular, você percebe o nível, quando, você já ministrou em públicas, você percebe essa diferença do nível do acadêmico.

#### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática cotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Como conteúdos curriculares, inicialmente, e quando se vai exemplificar, sempre que se vai se tratar de resíduos sólidos, mostrar pra eles a legislação, a gente sempre relaciona quando dá os exemplos, a falta de cumprimento das normas, porque isso poderia ser evitado se a população e empresários tivesse um entendimento correto e tivesse uma educação ambiental adequada. E com relação à sustentabilidade, como é que eu trato, é usando o que a própria doutrina sugere, o manual de direito ambiental, do doutrinador Luís Paulo Sirvinskis, o próprio

Edis Milaré, Celso Antônio Fiorillo, em que a todo momento, quando se vai se explicar, quando se é necessário exemplificar, sempre se coloca a questão do desenvolvimento sustentável, colocando de que maneira, naquele assunto, naquele conteúdo, a gente pode fazer essa correta aplicação, e se é possível naquela atividade econômica alguma medida, uma maneira que a gente aplique na prática o desenvolvimento sustentável.



**Professor P4**

**Q1. Identificação do entrevistado**

- Idade: 38 anos
- Gênero: Feminino
- Tempo de formação: 15 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 10 anos

**Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – De forma direta a educação ambiental não é abordada, como um tema específico, mas toda abordagem da disciplina a gente acaba abordando o direito ambiental porque se estamos falando dos princípios do direito ambiental, sobretudo o maior dos nossos enfoques é o desenvolvimento sustentável, então a gente começa com o art. 225 da constituição, que traz uma abordagem mais direta, já que foi a primeira constituição a trazer o tema do meio ambiente. Então essa abordagem mais generalizada é enfocada sim. Porém, de forma direta, a educação ambiental não está no programa da disciplina.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Como falei, não há essa educação ambiental especificamente mencionada na disciplina, mas de modo institucional a educação ambiental é visualizada no final de cada semestre, onde há um simpósio de gestão ambiental. Nesse simpósio sempre a gente oferece minicursos, dentre os minicursos um que está sempre presente é o de educação ambiental. A gente chama algum professor externo que possa nos dar uma clareada nesse assunto. Então, assim, os alunos aqui da Mater Christi, não só os de direito como os de toda a instituição eles têm a passagem da educação ambiental por eles de modo institucional. Nas disciplinas as abordagens são todas de forma mais indireta. Tem um artigo que eles fazem semestralmente, todos relacionados ao direito ambiental,

onde uns eles trazem o enfoque da educação ambiental, mas, conforme falei, não é um tópico que está abordado diretamente no programa da disciplina.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Ela é feita de forma extra sala de aula. Ela não está relacionada a uma disciplina lecionada. Ela é feita de forma institucional. Então a abordagem, a visão da Mater Christi relacionada a educação ambiental, como um ramo da gestão ambiental, ela é sim presente, não de forma direta na disciplina, e sim de modo institucional, nos simpósios que acontecem todo final de semestre.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – O tema sustentabilidade, diferente do enfoque primordial de educação, ele é mais explorado sim, principalmente pelo princípio do desenvolvimento sustentável. A disciplina é extremamente teórica, com a ressalva dos artigos que são elaborados pelos alunos, que a minha exigência é que sejam casos práticos. Então eles trazem desde o descarte de pneus de uma determinada empresa a forma com que uma oficina mecânica retira aquele óleo, pra onde é que vai esse descarte. Até falei que essa educação ambiental não é de forma direta, mas eles saem da disciplina com uma importância da sustentabilidade muito grande. Eles conseguem terminar visualizando que a simples redução de um corpo descartável vai ser benéfico para o meio ambiente. Eles conseguem sair com esse aporte que quanto ao meio ambiente a gente tem uma responsabilidade solidária. Então nessa questão da sustentabilidade cada um tem a sua parte, não é só o poder público. Eles saem com uma visão da importância da sustentabilidade para si, bem como para as futuras gerações, que é quando a gente traz o princípio do desenvolvimento sustentável, muito presente, no artigo 225. A gente sabe que a população em geral não tem essa prioridade de ser sustentável, nas suas próprias casas, e o objetivo muito grande que eu tenho na disciplina é que os alunos terminem o semestre com a importância de serem autossustentáveis porque se a gente começa, cada um dentro das nossas residências, utilizando a sustentabilidade como uma forma de melhorar o meio ambiente, eles vão conseguir tirar isso dos bancos da faculdade e levar para as suas vidas e agente conseguiria um número maior de pessoas envolvidas com a recuperação ambiental.



- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – A presença desse conceito de sustentabilidade ela é tida no sétimo período, diretamente na disciplina de direito ambiental. Antes desse momento, os que têm o conhecimento são os que participam dos mini cursos dos simpósios de gestão ambiental, porque esse simpósio é aberto do primeiro ao décimo, então os alunos se matriculam em vários. Aqui já teve mini curso diretamente em educação ambiental, já teve mini curso do desenvolvimento sustentável na constituição federal de 1988. Então essa formação acadêmica deles pode começar no primeiro período, desde que se matriculem nos mini cursos ofertados no simpósio de gestão ambiental, ou, necessariamente, no sétimo período, dentro da disciplina de direito ambiental, que hoje, na nossa matriz 2016.1 é, inclusive, uma disciplina obrigatória. Diga-se de passagem que no instrumento de avaliação do ministério da educação direito ambiental tem que ser obrigatório nas disciplinas. E mais um detalhe é que esse simpósio que a gente oferece todo final de semestre ele está dentro também de uma exigência do instrumento de avaliação, no momento em que eles perguntam o que a universidade faz para dar esse aporte de gestão ambiental aos alunos na sua formação. Então essa pergunta – qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica – hoje é uma exigência do ministério da educação existir essa relação, por isso que nós fazemos o simpósio, o que caracteriza o lado institucional, bem como a disciplina de direito ambiental que passou a ser obrigatória.

#### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática cotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Em todas as aulas eu sempre trago alguma discussão, algo que eu tenha vivenciado também lá na UFRSA, onde eu fiz o meu mestrado em meio ambiente, tecnologia e sociedade, com uma visão mais voltada para o licenciamento ambiental. Então eu costumo trazer alguns casos que a gente visualizou na época e a gente discute. Ultimamente eles têm falado muito sobre lixo, como é o descarte do lixo. Então, assim, a educação ambiental eu falo que ela não está no programa, mas não deixa de que em todas as discussões abordadas ela terminar numa ramificação da educação ambiental.



### **Q1. Identificação do entrevistado**

- Idade: 31 anos
- Gênero: Feminino
- Tempo de formação: 5 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 3 anos

### **Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – O tema do meio ambiente ele entra no direito agrário de uma forma transversal, eu não abordo, não tenho como objeto norma de direito ambiental, mas o direito agrário sempre se remete ao direito ambiental, por exemplo, quando a gente estuda a função social da terra, um dos elementos da função social, inclusive que constam na nossa constituição, é o respeito ao meio ambiente, então sempre que a gente vai estudar as normas referentes ao direito agrário, por exemplo, normas acerca de reforma agrária, normas acerca de contratos agrários, a obrigação ou obrigações acerca do meio ambiente, elas estão presentes, elas não são o objeto de todas as normas, mas aparecem sempre nas atividades de direito agrário.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – No caso para compreender o direito agrário, para ter uma boa formação em direito agrário, é necessário que se compreenda, que o estudante compreenda a importância do meio ambiente, a importância de normas que promovam a recuperação do meio ambiente, como elementos para entender o direito agrário, essa exigência da disciplina. Como eu disse, a gente não esmiúça normas de direito ambiental, mas eles têm que saber que obrigações ambientais, no caso de proprietário de terra, por exemplo, ou de quem vai cultivar, trabalhar na terra, elas devem estar sempre presentes no meio agrário, então assim: a gente não estuda, por exemplo, educação ambiental, normas específicas dentro do direito agrário, mas sempre está sendo pautado que nas obrigações dos agraristas tem que aparecer o direito ambiental, por exemplo: quando vai ser

firmado um contrato de parceria, ou um contrato de renda, ou então pode constar cláusulas de preservação do meio ambiente, tem que saber que proprietários de terra tem obrigações, por exemplo, de de manterem determinadas reservas nas suas terras, por exemplo, a reforma agrária, ela pode ter dentro de seu objeto, no momento da distribuição de lotes de terra, obrigações pros beneficiários de promover determinadas práticas de preservação, e também em relação a sanções que proprietários de terra podem ter quando não atendem ao elemento da função social da terra que é a preservação do meio ambiente. Então, como eu disse, a gente não vê tópicos específicos de educação ambiental, mas esse elemento, a ideia de preservação do meio ambiente, e a ideia de que sempre as relações de direito agrário tem que respeitar normas ambientais, está presente na disciplina.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – A meu ver é fundamental, a gente tem hoje preocupações com o meio ambiente que elas refletem muito a nossa capacidade destrutiva, refletem inclusive um potencial de inviabilizar a vida na terra ou inviabilizar um mínimo de qualidade de vida, então, aquela pessoa que recebe formação em direito, que vai ser um profissional em direito, um jurista, ela deve ter noção de que a sua atuação, ela não vai estar desvinculada de uma consciência ambiental, porque hoje em dia, nossas ações privadas, que vão ser regidas por normas privatistas, por exemplo, elas podem se refletir no meio ambiente, podem ter consequências ambientais. As relações de empresas, também, elas vão ter consequências ambientais, a depender de qual campo de atuação empresarial, e dentro do direito público, as responsabilidades dos entes públicos, enquanto responsabilidade do estado, enquanto sua obrigação de promover a higidez do meio ambiente. Então, o estudante sair com essa formação, sabendo que o direito ambiental, sabendo que práticas preservacionistas, elas estão atreladas por exemplo, as responsabilidades que o Estado deve ter, que o direito deve ter, a meu ver é fundamental, um profissional do direito que não tem essa consciência, vai ser um profissional incompleto, um profissional que não vai ter uma plena noção do que é interesse público.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Da mesma forma, a gente quando está dentro da disciplina de direito agrário, nós não temos temas específicos sobre sustentabilidade, sobre direito ambiental, mas por exemplo há momentos em que nos estudamos modelos produtivos, e aí nos vemos modelos produtivos

adotados no Brasil, que são predatórios, e a gente vê alternativas de modelos produtivos que são sustentáveis, dentro da agricultura, por exemplo, a produção orgânica, a produção agroecológica, nós, como eu disse, a gente não desce as minúcias porque, o direito agrário é muito mais a relação com a terra e com a produção agrarista, ou agrária, mas sempre perpassa conhecermos as maneiras de o ser humano lidar com a terra na sua produção agrária, e dentre essas maneiras a gente vai ver que existem formas que são predatórias, esgotam os recursos naturais e tem formas que são sustentáveis, que não levam ao esgotamento, ou que não são tão agressivas à terra. Inclusive, assim, na constituição, quando se fala em função social da terra, existe uma exigência de respeito as normas ambientais, e também do uso racional dos meios de produção, e esse uso racional ele se refere muito a uma utilização de tecnologia adequada, que seja apropriada a vocação que a terra tem, e vai também, a gente pode relacionar também com a ideia da sustentabilidade, porque não adianta se falar em garantir uma produção agrária, se essa produção vai esgotar a terra, se daqui a pouco não se vai mais tirar a produção daquela terra. Então, a sustentabilidade deve ser incorporada, ela precisa ser incorporada também sempre nas normas de direito agrário, porque senão o direito agrário, depois, não vai ter o que normatizar, porque a terra esgotada, os meios de recurso naturais esgotados, vai regulamentar o que? Então, eu considero fundamental, certeza.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – A mesma coisa, assim, fundamental, porque quando estes estudantes se transformam em juristas e vão atuar em diversos campos do direito, eles precisam ter certas concepções de que, digamos, que são necessárias, são de interesse público, pra poderem atuar. Então, por exemplo, não adianta na sua atuação eles esquecerem, ou deixarem de mão, ou não terem compreensão, de que práticas sustentáveis, nas relações de consumo, por exemplo, nas relações empresariais, nas relações de produção, que essas práticas são necessárias inclusive para a continuidade da nossa vida, para nos potencializarmos nosso acesso a bens que vão gerar um conforto na vida agora esse acesso a bens e esse conforto ele tem que ser ponderado com a nossa capacidade de renovar os recursos, de preservar, de não fazer uso predatório dos recursos naturais, senão também isso que a gente considera desenvolvimento, isso que a gente considera conforto, em determinado momento vai esgotar a terra, a terra, nós não vamos ter condições de manter esse estilo de vida, então não só ambientalistas, não só cientistas das ciências naturais têm essa missão ou essa obrigação de atuarem no sentido de encontrar modos de vida ou modos produtivos sustentáveis mas também o profissional do direito, no que atua nas relações sociais,

ele também tem por obrigação sim, procurar nas suas atuações enxergar saídas jurídicas, ou formas, relações jurídicas enfim, que tenham também essa tendência, que fortaleçam vias sustentáveis, modos sustentáveis de vida. Aí a gente pode verificar, por exemplo, quando os profissionais atuam no setor público, eles vão fortalecer políticas públicas que promovam práticas sustentáveis de produção, por exemplo, e que venham a sancionar práticas produtivas que não são sustentáveis, são predatórias, isso aí o profissional do direito é fundamental para ajudar nessa regulamentação, por exemplo. No âmbito privado, também, as relações entre empresas ou relações de consumo, em que possam ser premiadas as práticas sustentáveis também, quem produz e quem consome.

#### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática cotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Assim, eu acho que, como a gente já conversou antes, a exploração que eu faço é sempre quando, tem alguns momentos que são cruciais na disciplina, alguns conceitos que são básicos, por exemplo, conceito de função social, que eu já falei antes, e aí sempre eu dou destaque quando eu estou explicando pra turma, e colocando que este é o principal conceito que a gente estuda dentro do direito agrário, a ideia de respeito as normas ambientais e a necessidade de práticas sustentáveis no direito agrário, dentro da produção agrícola. Quando nos estudamos modelos produtivos, no Brasil, e aí, por exemplo, normas que são, quando eu apresento normas sobre a regulamentação do uso de agrotóxico, por exemplo, e aí sempre faço uma crítica porque o Brasil é muito permissivo com essa utilização e acaba sendo, nos acabamos tendo produções que são muito dependentes de agrotóxicos, dos químicos, e que já tem demonstrado que estes produtos estão desgastando a terra ao ponto de, em determinado momento, elas fiquem inutilizadas mesmo, grandes faixas de terra, formando os desertos, que a gente diz. Também, quando a gente estuda reforma agrária, também destaco que pode estar dentro dos objetivos de assentamentos da reforma agrária criados, normas de preservação ambiental e também da utilização de produção e técnicas produtivas sustentáveis por parte dos beneficiários, tanto que, alguns assentamentos já têm um plano de desenvolvimento, e aí a parte técnica do plano de desenvolvimento ela é toda baseada na agroecologia, por exemplo, que é uma técnica, uma prática produtiva sustentável, e também quando nos estudamos demarcação de terras indígenas e quilombolas, a gente destaca também o elemento, tem a questão da preservação étnica da, quando, demarcação de terras indígenas e quilombolas tem o elemento étnico, o elemento de

preservar o estilo de vida de povos tradicionais, de preservar a sua identidade, e também dentro desse elemento tenha a ideia de que os territórios são também preservados, tenha o seu meio ambiente, tenham o meio ambiente preservado, tenha o modo de vida, que é sustentável, dentro daquela sociedades tradicionais, então elas tem um modo de vida que não é predatória, diferente do nosso estilo de vida, e que por isso precisam também, mais uma razão para serem preservadas, inclusive os preceitos de preservação da identidade dos povos tradicionais, ele vai muito de encontro com as técnicas predatórias que a gente tem hoje de exploração da terra, porque se a gente tem uma ideia hoje que é de eficiência na produção, que ela passa por uma produção em larga escala, de explorar a terra ao máximo, se nos temos essa ideia hoje, que isso significa desenvolvimento, a ideia de preservar a identidade cultural de povos vai se contrapor a isso e dizer o seguinte, que desenvolvimento não é só você extrair o máximo economicamente do que a terra pode gerar inclusive sem pensar nas consequências. Desenvolvimento é também você preservar, dar o direito as populações de viverem na sua forma tradicional, de viverem sua identidade cultural e garantir que aquela área de terra, aquela extensão de terra, não venha a ser utilizada, apropriada por esse modo de produção que é predatório, que esgota a terra, mas sim que ela seja espaço vital de comunidades que estão aqui no Brasil, que são seculares, tem um estilo de vida que somente agora nos temos, e mal-e-mal a gente tem feito esse reconhecimento e garantido esse modo de vida, e aí a sustentabilidade dessas sociedades também está dentro dessa reflexão.



**Professor P6**

**Q1. Identificação do entrevistado**

- Idade: 30
- Gênero: masculino
- Tempo de formação: sete anos
- Tempo na instituição pesquisada: cinco anos

**Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – Fui professor de direito agrário (UERN), que tem uma relação íntima com a pauta ambiental. Portanto, seja expressamente ou de maneira transversal o tema do meio ambiente sempre foi presente nas aulas. Não foi usual a terminologia “educação ambiental”, apesar da temática ter sido debatida a partir de outras perspectivas.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Acredito que a educação ambiental deveria assumir um papel central na formação dos alunos de direito, todavia, ainda é um tema secundarizado.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Um juiz, uma promotora, um advogado que tem uma sensibilidade quanto à educação ambiental será, sem sombra de dúvidas, um profissional diferente. O problema é que apesar de termos uma legislação ambiental considerada até avançada, os juristas não percebem a importância de seu aprofundamento e aplicação.

**Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Na verdade a sustentabilidade tem um papel importantíssimo para além da formação acadêmica, ela se insere na construção do sujeito enquanto inserido em uma sociedade.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Parece-me algo bem direto. Se o estudante tem uma preocupação maior com a questão ambiental ele será um profissional com atitudes mais protetivas, mas se ele não tem essa preocupação irá reproduzir em seu cotidiano as lógicas de devastação.

#### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática quotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Esses dois conceitos estão, pra mim, na lista dos mais complexos da atualidade, especialmente o de sustentabilidade. De início ele surgiu com a percepção da necessidade de se preservar o meio ambiente para as gerações futuras, todavia, com o tempo, ele foi reificado, coisificado. Nasceu o capitalismo verde. O que de início tinha como mote a preocupação ambiental transformou-se na principal publicidade das grandes empresas. Isso é preocupante. Além de que houve um apartamento do meio ambiente dos seres humanos, projetos e produtos são considerados sustentáveis, “verdes”, mesmo expulsando índios, quilombolas e camponeses de seus territórios ancestrais. Em minhas aulas tenho a preocupação de fazer essa análise crítica: não há sustentabilidade e educação ambiental dentro da lógica de consumo. Não há como, ao mesmo tempo, se preocupar com a natureza e continuar inserido em uma lógica de exploração irresponsável. A sustentabilidade passa, portanto, pela crítica ao capitalismo. Tenho pra mim que se queremos aprender sobre a preservação ambiental devemos procurar camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais. Foram eles que durante séculos protegeram o meio ambiente e só em suas culturas está a resposta. Guardo o ensinamento de Leonardo Boff “a natureza vencerá o capitalismo”.





**Professor P7**

### **Q1. Identificação do Entrevistado**

- Idade: 39
- Gênero: Feminino
- Tempo de formação: 14 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 11 anos

### **Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – Sim.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R - Interdisciplinaridade, observação de que o direito tem uma proteção ampla.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R - A consciência ambiental facilita o entendimento da proteção do estado de direito.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R - A concepção social deve ser observada como um todo, logo a ideia é a observância das práticas sociais para uma sociedade mais harmônica em seu estado de direito.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R - O entendimento de sustentabilidade faz como que os alunos consigam perceber os diversos institutos do direito sob a ótica multidisciplinar.

### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática quotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R - A abordagem dar-se pela evolução do direito segundo a ética, observamos que o foco de proteção do estado democrático de direito tem se mobilizado ao longo do tempo. Assim, temos que novos critérios de proteção social são elegidos para uma sociedade mais harmônica.



**Professor P8**

**Q1. Identificação do Entrevistado:**

- Idade: 29 anos
- Gênero: Feminino
- Tempo de formação: 7 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 3 anos e 10 meses

**Q2. Presença da Educação Ambiental nas Disciplinas Lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – Sim. Costumo trabalhar textos na 3ª unidade que tratam, dentre outros temas, da ética ambiental.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – A educação ambiental é de extrema importância para a formação de uma consciência ambiental sólida e proativa. Isto por questão de qualidade devida, de manutenção da própria vida humana.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Tendo em vista o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado se tratar de um direito fundamental, é importante que o aluno tenha a consciência e educação ambiental para conseguir compreender a dimensão da proteção ao meio ambiente. Acredito que compreendendo a essência do bem jurídico tutelado o aluno e profissional do direito poderá apreender a dimensão da proteção jurídica.

**Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Costumo trabalhar a questão da sustentabilidade não somente nas disciplinas de ética, mas em todas as disciplinas que eu leciono em que cabe discussões nesse sentido. Acredito que a minha educação familiar corroborou muito para que eu trate assim a questão da sustentabilidade.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – O aluno que consegue em sua formação jurídica solidificar a noção de sustentabilidade, aliando teoria e prática, bem como adotando posturas proativas (não só como profissional, mas sobretudo como cidadão) certamente será um profissional mais preparado para ser um agente positivo da sociedade em que está inserido.

#### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática quotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Trabalho com a discussão sobre textos específicos acerca do tema, bem como com a exposição de documentários, seguidos de discussões em grupo e também com o incentivo à produção de artigos sobre o tema.



### **Professor P9**

#### **Q1. Identificação do Entrevistado**

- Idade: 27 anos
- Gênero: Masculino
- Tempo de formação: 2 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 3 meses

#### **Q2. Presença da educação ambiental nas disciplinas lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – A temática ambiental é presente na disciplina não de forma direta, mas sim transversal. Isso porque o conteúdo programático não dispõe diretamente de conceitos jusambientais. Quando trabalho ele com os discentes, faço isso por meio de críticas sociais lançadas por autores como Zygmunt Bauman, Edgar Morin, Enrique Leff, ou seja, trazendo para o conhecimento dos graduandos pensamentos que, se não fazem parte da ciência jurídica propriamente dita, com ela dialogam em termos de sustentabilidade do planeta. Infelizmente, não é algo com que os estudantes estejam previamente familiarizados.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Por se tratar de uma disciplina de ética que não trabalha apenas a questão profissional, mas também geral, considero ser imprescindível que os estudantes saiam dela tendo consciência da finitude dos recursos naturais e da necessidade de preservação do planeta oriundos principalmente dos impactos proporcionados há cerca de dois séculos na Revolução Industrial. Os alunos devem compreender que a forma como o ser humano lida com a Terra mudou radicalmente nos últimos anos e isso impacta diretamente na possibilidade de habitação desta pelas próximas gerações. Sem uma modificação no modo como lidamos com o ecossistema, fatalmente diminuiremos a capacidade de manutenção do homem no planeta.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Acredito que o Curso de Direito, no modelo atual, deixa muito a desejar em termos de educação ambiental. Trabalhamos ainda com um modelo positivista que se preocupa sobremaneira com a memorização da legislação e, quando muito, com a normatividade interpretativa. Por outro lado, o cerne educacional de práticas preservativas do meio ambiente é largamente esquecido. As próprias disciplinas mais ligadas ao tema, como Direito Ambiental e afins, dispõem de conteúdos programáticos ainda arraigados à tradição de pensar o Direito não sob a ótica educacional, mas sim como se o que importasse fosse apenas decorar estatutos normativos.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – A partir dos ensinamentos da Ética e dos seus pensadores, devem os estudantes, num arquétipo ideal, compreender que, se não pautarmos a nossa conduta de maneira sustentável com o planeta, as futuras gerações não terão onde morar, a menos que partamos para explorações em outros planetas. A sustentabilidade deve servir para conscientizar os discentes e, principalmente, para torná-los reprodutores desse conhecimento e dessa crítica para além da sala de aula, ou seja, nos espaços sociais em que eles estão inseridos (família, trabalho, amigos etc.).

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Conhecimentos relacionados à sustentabilidade, apesar de não ser a meta principal do curso de formação jurídica, são nele imprescindíveis. Um dos ramos que mais cresce no Direito Internacional e nas ordens jurídicas internas é o Direito Ambiental, haja vista a crescente percepção dos Estados e dos órgãos internacionais (com proeminência da Organização das Nações Unidas) acerca da necessidade de se preservar a Terra, em especial após a comprovada capacidade humana de eliminar a capacidade de habitação nela. É papel da ciência jurídica desenvolver mecanismos de controle e preservação dos ecossistemas dos mais variados tipos (natural, urbano, cultural e do trabalho), inclusive com uma evolução da concepção antropocêntrica do Direito Ambiental para uma biocêntrica. Para isso, acredito ser importante consolidar com cada vez maior força a concepção de que a preservação ambiental é um direito humanos passível de proteção individual, difusa ou coletiva, seja nas jurisdições internas, regionais ou internacionais.

**Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática quotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – Na disciplina de Ética, não fazemos isso diretamente, como já anunciado. A educação ambiental e a sustentabilidade são vistos a partir de referenciais teóricos de sociólogos preocupados com o tema, especialmente Bauman, Leff e Morin.



**Professor P10**

**Q1. Identificação do Entrevistado:**

- Idade: 39
- Gênero: Feminino
- Tempo de formação: 14 anos
- Tempo na instituição pesquisada: 11 anos

**Q2. Presença da Educação Ambiental nas Disciplinas Lecionadas.**

- Durante suas aulas, o tema Meio Ambiente, especialmente a Educação Ambiental, está presente nas atividades desenvolvidas?

R – Não diretamente. A gente não tem na disciplina de filosofia e ética algo direcionado ou focado para as questões ambientais. Obviamente que a gente discute a vida do homem em sociedade, como é que ele deve proceder quando está em ambiente coletivo, a questão do fazer a coisa certa em sociedade, de seguir os valores éticos, mas dando razão ou vazão as questões morais que envolvem a sociedade e obviamente que quando a gente fala em ética e moral, tem que seguir o determina ou preceitua a sociedade, e como a gente vive em um período em que se discute muito a questão ambiental, obviamente que essa discussão acaba sendo discutida em sala de aula, mas não como um foco específico para o tema.

- Qual o papel da educação ambiental na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – É, é porque, veja bem, quando a gente fala em educação ambiental, pressupõe-se que o homem teria um olhar diferente para a sociedade, enquanto coletivo, e como a gente aborda essas questões éticas e o papel do homem na sociedade, obviamente que ele tem que levar em consideração a vida em comum, a vida em sociedade, e quando a gente trata desses aspectos, direta ou indiretamente a questão da educação ambiental também está inserida nesse contexto.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da educação ambiental e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?



R – Até antes da graduação, no último ano, que tem o famoso TCC para ser defendido ao final do curso, os alunos se mostram interessados em discutir a questão ambiental em seus artigos de conclusão de curso, e ao concluir a gente percebe que muitos deles tem a perspectiva de trabalhar no futuro com a área, não largando o direito ou abrindo mão do direito, mas unindo o direito, a legislação com a questão ambiental. Tivemos há dois, há um ano ou dois anos, uma pesquisa aqui nesse sentido, e a aluna se mostrou preocupada com as questões ambientais, mas não teve como trabalhar no TCC, porque fugia muito a minha alçada, e a professora Erika estava cheia de coisas e não teve como pegar essa aluna. Foge muito a questão ambiental, pra mim, que não tenho competência para orientar um trabalho específico, que envolve direito e questões ambientais, já foge da minha particularidade da graduação, e a professora Erika que leciona essa disciplina de direito ambiental estava muito cheia, e infelizmente eu não sei como ficou esse trabalho porque a gente perdeu o contato, mas essa aluna já se graduou e a gente vê que existe a preocupação sim, dos alunos, a se graduarem, externarem essa discussão relacionada as questões ambientais.

### **Q3. Concepção dos docentes sobre sustentabilidade.**

- Qual o papel da sustentabilidade na formação acadêmica dos alunos na disciplina lecionada?

R – Uma coisa, pra mim, está ligada a outra, como falei: em preservação ambiental ou questões ambientais, o tema da sustentabilidade caminha lado a lado, e é o que eu disse anteriormente: temos também TCC nessa área da sustentabilidade, tivemos na semana de iniciação científica questões voltadas para o direito ambiental, e acho que a professora Erika deve ter tocado nesse assunto também, sempre assuntos interessantes sendo abordados pelos alunos, seminários, artigos, e a gente está sempre voltado, de maneira geral, de maneira interligada, todas as disciplinas, focalizando direta ou indiretamente as questões ambientais e de sustentabilidade nas discussões em sala de aula.

- Qual a relação que você faz entre o entendimento acerca da sustentabilidade e a formação acadêmica dos alunos no curso de direito?

R – Olhe, aparentemente pode ser meio complicado, porque o direito ele trata de, aparentemente também, de questões travadas, fechadas, e quando a gente fala de questões ambientais e sustentabilidade se mostram coisas mais amplas, digamos assim, mais maleáveis, até certo ponto, mas se a gente for prestar atenção, as discussões em sala de aula têm mostrado, que são coisas, o que a gente pensa do que se pratica e o que é apreendido e defendido pelos alunos é totalmente diferente do que o senso comum nos apresenta: que o direito seria algo fechado, e

não estaria aberto a discutir certos temas que estariam em evidência na sociedade, e é totalmente o contrário, os alunos se mostram abertos.

#### **Q4. Sustentabilidade, Prática Pedagógica e Meio Ambiente.**

- Na sua prática quotidiana de sala de aula, como o conceito de educação ambiental e sustentabilidade tem sido abordado?

R – De maneira indireta, obviamente com temas interdisciplinares, e discutindo acima de tudo com vídeos, com filmes que são trabalhados pela indústria cinematográfica, com documentários, com debates, com exposições, com discussões, então a gente está sempre procurando trabalhar os alunos de maneira que eles absorvam determinadas preocupações da contemporaneidade, e focalizem as ações que o tema ética requer, que a gente abra a mente para as questões e mudem também os nossos comportamentos, não basta, não fique apenas na prática, não fique apenas na teoria, que pratiquemos também essas questões que são trabalhadas em sala de aula e discutidas.